

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

COREIA NO SÉCULO XXI:
UMA PENÍNSULA GLOBAL

ATAS DO SEMINÁRIO
17 DE MAIO DE 2018

Coordenadores

Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Tenente-coronel Rui Jorge Roma Pais dos Santos

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)
Junho de 2019



Os **Cadernos do IUM** têm como principal objetivo divulgar os resultados da investigação desenvolvida no/sob a égide IUM, autonomamente ou em parcerias, que não tenha dimensão para ser publicada em livro. A sua publicação não deverá ter uma periodicidade definida. Contudo, deverão ser publicados, pelo menos, seis números anualmente. Os temas devem estar em consonância com as linhas de investigação prioritárias do CIDIUM. Devem ser publicados em papel e eletronicamente no sítio do IUM. Consideram-se como objeto de publicação pelos Cadernos do IUM:

- Trabalhos de investigação dos investigadores do CIDIUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros;
- Trabalhos de investigação individual ou de grupo de reconhecida qualidade, efetuados pelos discentes, em particular pelos do CEMC e pelos auditores do CPOG que tenham sido indicados para publicação e que se enquadrem no âmbito das Ciências Militares, da Segurança e Defesa Nacional e Internacional;
- Papers, ensaios e artigos de reflexão produzidos pelos docentes;
- Comunicações de investigadores do IUM efetuadas em eventos científicos (e.g., seminários, conferências, workshops, painéis, mesas redondas), de âmbito nacional ou internacional, em Portugal ou no estrangeiro.

N.ºs Publicados:

- 1 – Comportamento Humano em Contexto Militar
Subsídio para um Referencial de Competências destinado ao Exercício da Liderança no Contexto das Forças Armadas Portuguesas: Utilização de um “Projeto STAFS” para a configuração do constructo
Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 2 – Entre a República e a Grande Guerra: Breves abordagens às instituições militares portuguesas
Coordenador: Major de Infantaria Carlos Afonso
- 3 – A Abertura da Rota do Ártico (*Northern Passage*). Implicações políticas, diplomáticas comerciais
Coronel Tirocinado Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão
- 4 – O Conflito da Síria: as Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança (Comunicações no Âmbito da Conferência Final do I Curso de Pós-Graduação em Globalização Diplomacia e Segurança)
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Rui Vieira
Professora Doutora Teresa Rodrigues
- 5 – Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África
Coronel Tirocinado Francisco Xavier Ferreira de Sousa

- 6 – Liderança Estratégica e Pensamento Estratégico
Capitão-de-mar-e-guerra Valentim José Pires Antunes Rodrigues
- 7 – Análise Geopolítica e Geoestratégica da Ucrânia
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel Mendes Martins
Tenente-Coronel Navegador António Luís Beja Eugénio
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Tenente-Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 9 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações de Angola. Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Coronel Tirocinado José Luís de Sousa Dias Gonçalves
Tenente-Coronel de Infantaria José Manuel Figueiredo Moreira
- 10 – O Fenómeno dos “*Green-on-Blue Attacks*”. “*Insider Threats*” – Das Causas à Contenção
Major de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 11 – Os Pensadores Militares
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Carlos Filipe Lobão Dias Afonso
- 12 – *English for Specific Purposes no Instituto Universitário Militar*
Capitão-tenente ST Eling Estela do Carmo Fortunato Magalhães Parreira
- 13 – I Guerra Mundial: das trincheiras ao regresso
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Fernando César de Oliveira Ribeiro
- 14 – Identificação e caracterização de infraestruturas críticas – uma metodologia
Major de Infantaria Hugo José Duarte Ferreira
- 15 – O DAESH. Dimensão globalização, diplomacia e segurança. Atas do seminário 24 de maio de 2016
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Adalberto José Centenico
Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues
- 16 – Cultura, Comportamento Organizacional e Sensemaking
Coordenadores: Coronel Piloto-Aviador João Paulo Nunes Vicente
Tenente-Coronel Engenheira Aeronáutica Ana Rita Duarte Gomes S. Baltazar
- 17 – Gestão de Infraestruturas Aeronáuticas
Major Engenheira de Aeródromos Adelaide Catarina Gonçalves

- 18 – A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas
Major de Cavalaria Marco António Frontoura Cordeiro
- 19 – Classificação e Análise de Fatores Humanos em Acidentes e Incidentes na Força Aérea
Alferes Piloto-Aviador Ricardo Augusto Baptista Martins
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Capitão Engenheiro Aeronáutico Bruno António Serrasqueiro Serrano
- 20 – A Aviação Militar Portuguesa nos Céus da Grande Guerra: Realidade e Consequências
Coordenador: Coronel Técnico de Pessoal e Apoio Administrativo
Rui Alberto Gomes Bento Roque
- 21 – Saúde em Contexto Militar (Aeronáutico)
Coordenadoras: Tenente-Coronel Médica Sofia de Jesus de Vidigal e Almada
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
- 22 – *Storm Watching. A New Look at World War One*
Coronel de Infantaria Nuno Correia Neves
- 23 – Justiça Militar: A Rutura de 2004. Atas do Seminário de 03 de março de 2017
Coordenador: Tenente-Coronel de Infantaria Pedro António Marques da Costa
- 24 – Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate - Moçambique 1964-1975
Coordenadores: Coronel Tirocinado de Infantaria Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-Coronel de Infantaria Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges
- 25 – A República Popular da China no Mundo Global do Século XXI. Atas do Seminário de 09 de maio de 2017
Coordenadores: Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Tenente-coronel de Infantaria Paraquedista Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 26 – O Processo de Planeamento de Operações na NATO: Dilemas e Desafio
Coordenador: Tenente-coronel de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 27 – Órgãos de Apoio Logístico de Marinhas da OTAN
Coordenador: Capitão-tenente de Administração Naval Duarte M. Henriques da Costa
- 28 – Gestão do Conhecimento em Contexto Militar: O Caso das Forças Armadas Portuguesas
Coordenador: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 29 – A Esquadra de Superfície da Marinha em 2038. Combate de alta Intensidade ou Operações de Segurança Marítima?
Capitão-de-mar-e-guerra Nuno José de Melo Canelas Sobral Domingues

- 30 – Centro de Treino Conjunto e de Simulação das Forças Armadas
Coronel Tirocinado de Transmissões Carlos Jorge de Oliveira Ribeiro
- 31 – Avaliação da Eficácia da Formação em Contexto Militar: Modelos, Processos e Procedimentos
Coordenadores: Tenente-coronel Nuno Alberto Rodrigues Santos Loureiro
Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 32 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963-1974).
Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Brigadeiro-general Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-coronel de Administração Domingos Manuel Lameira Lopes
- 33 – O Direito Português do Mar: Perspetivas para o Séc. XXI
Coordenadora: Professora Doutora Marta Chantal Ribeiro
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação (2.^a edição, revista e atualizada)
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima

Como citar esta publicação

Rodrigues, T.M.F., & Santos, R.J.R.P. (2019). *Coreia no século XXI: Uma península global (Atas de seminário)*. Cadernos do IUM, 34. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Presidente

Tenente-general Manuel Fernando Rafael Martins

Editor-chefe

Major-general Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade (Doutor)

Coordenador Editorial

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos (Mestre)

Chefe do Núcleo Editorial

Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada (Doutora)

Capa – Composição Gráfica

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Soldado Rui Miguel da Silva Porteiro

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar

Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa

Tel.: (+351) 213 002 100

Fax: (+351) 213 002 162

E-mail: cidium@ium.pt

<https://cidium.ium.pt/site/index.php/pt/publicacoes/as-colecoes>

Pré-Impressão e Distribuição

Sumário Colorido

Rua de Palames, Edifício Caravelas 1º esq.

2970-703 Sesimbra

Tel: (+351) 932 696 712

E-mail: sumariocolorido@gmail.com

ISBN: 978-989-54293-9-4

ISSN: 2183-2129

Depósito Legal: 457994/19

Tiragem: 150 exemplares

© Instituto Universitário Militar, junho, 2019.

Nota do Editor:

Os textos/conteúdos do presente volume são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



ÍNDICE DE ASSUNTOS

NOTA INTRODUTÓRIA	1
ATA DAS COMUNICAÇÕES	13
1. <i>Korea in the 21st Century: A Global Peninsula</i>	15
PARTE I – AS DINÂMICAS POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS	29
2. ASEAN e a Coreia do Norte - O papel do ARF na resolução de conflitos	31
3. A Desnuclearização Coreana e o Organismo do Kedo	37
4. Uma Negociação sem BATNA	45
PARTE II – A DIMENSÃO SECURITÁRIA	49
5. As Forças da Coreia do Norte no atual contexto de Crise Nuclear na Península da Coreia	51
6. Estados Unidos da América: Opções de Resposta Militar	57
PARTE III – A PENÍNSULA COREANA NO HORIZONTE 2030	71
7. Exercício de Cenerização: A Península Coreana no Horizonte 2030	73
POSFÁCIO DE AUTORES	113



NOTA INTRODUTÓRIA

Teresa Maria Ferreira Rodrigues

Professora Associada com Agregação
NOVA FCSH e NOVA IMS
Instituto Português de Relações Internacionais
Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM
trodrigues@fcs.unl.pt

Rui Jorge Roma Pais dos Santos

Tenente-coronel de Infantaria Paraquedista
Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM
Instituto Português de Relações Internacionais
santos.rjrp@ium.pt

A presente obra dá corpo às intervenções no Seminário “Coreia no século XXI: uma Península Global”, que, simultaneamente, foi o Seminário Final da V edição da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança, e que decorreu no Instituto Universitário Militar a 17 de maio de 2018.

A Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança é desenvolvida com base numa proveitosa cooperação entre a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (NOVA FCSH), da Universidade Nova de Lisboa, o Instituto Universitário Militar (IUM) e o Instituto Diplomático (IDi). Esta Pós-Graduação propõe-se a conferir formação avançada na área da diplomacia e da segurança, dotando os discentes de competências para o exercício de funções de liderança e de assessoria em organizações estatais, públicas e privadas, de âmbito nacional e internacional. O projeto educativo permite aos discentes adquirirem e desenvolverem conhecimentos científicos, instrumentos de análise e metodologias para a avaliação, gestão e tomada de decisão, perante problemas multidimensionais, tão característicos do ambiente geopolítico e geoestratégico contemporâneo.

No sentido de operacionalizar os objetivos da Pós-Graduação, é selecionado em cada edição um tema central, a ser desenvolvido em profundidade no decorrer das sessões das diversas unidades curriculares e no Seminário que marca o final do Curso. Neste contexto, para a edição de 2017/18 escolheu-se a Península da Coreia como tema central de análise e investigação.

O Seminário foi estruturado em três painéis, antecédidos e sucedidos, respetivamente, pelas sessões de abertura e de encerramento. A sessão de abertura dividiu-se em duas partes. A primeira parte contou com as intervenções do Comandante do Instituto Universitário Militar Vice-Almirante Edgar de Bastos Ribeiro, do Diretor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade

Nova de Lisboa) Professor Doutor Francisco Caramelo e do Diretor do Instituto Diplomático Embaixador Freitas Ferraz. Seguiu-se a intervenção do Embaixador da República da Coreia em Portugal, Embaixador Chul-min Park.

O primeiro painel intitulado “As Dinâmicas Político-Diplomáticas” foi moderado pelo Diretor de Serviços da Ásia e da Oceânia, da Direção-Geral de Política Externa, Conselheiro de Embaixada Eduardo Manuel da Fonseca Fernandes Ramos e contou com as intervenções do Professor Doutor Miguel Santos Neves, do Embaixador José Duarte de Jesus (docente da Pós-graduação) e dos discentes mestre Andreia Pires e Dr. Tiago Chaves. Seguiu-se o painel “A Dimensão Securitária”, que foi conduzido sobre a moderação do Coordenador da Área de Ensino de Estratégia, do Instituto Universitário Militar, Coronel Piloto-Aviador Rui Pedro Matos Tendeiro. Neste painel intervieram o Professor Doutor Armando Marques Guedes, o Tenente-Coronel João Manuel Pinto Correia (docente da Pós-graduação) e o Dr. José Maria Passanha de Muller e Sousa (aluno da Pós-Graduação). O terceiro painel foi moderado pelo Professor Doutor Félix Ribeiro e subordinou-se à apresentação do resultado de um exercício de cenarização, que teve como pano de fundo a “Península Coreana no horizonte 2030”. Este exercício foi conduzido pelos discentes, que para o efeito foram divididos em dois Grupos de Trabalho, cabendo a apresentação dos resultados à mestre Andreia Pires e aos Drs Andreia Graça, Stella Menezes e Tiago Chaves, em representação dos Grupos de Trabalho 1 e 2.

O livro que aqui se publica acompanha a estrutura do Seminário, estando por isso dividido em quatro partes. Destacam-se de seguida as principais linhas de força de cada intervenção e, conseqüentemente, dos que compõem esta publicação.

O Embaixador da República da Coreia em Portugal, Embaixador Chul-min Park iniciou a sua comunicação com um enquadramento da Coreia do Sul à luz da sua história recente e dos acontecimentos da atualidade. O orador colocou um particular enfoque no papel que este Estado teve na ONU, particularmente por ser o berço de um Secretário-Geral e por ter tido representação por duas vezes no Conselho de Segurança.

Reconhecendo que como Embaixador deveria assumir uma posição de otimismo cauteloso, afirmou que pessoalmente se sentia muito confiante. Explicou que a confiança residia no facto de à data do Seminário se estar a caminhar para uma reunião de líderes, que estava associada à adoção de um conjunto de medidas com uma calendarização para a sua implementação. Ou seja, não se tratava apenas de uma reunião entre burocratas, ou *middle level players*. Ao longo da sua intervenção focou a importância das relações diretas ao mais alto nível entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul. Mas também relevou o papel das relações bilaterais com diversos Estados, em particular os Estados Unidos da América e a República Popular da

China. Focou ainda a relevância das *Six-Party Talks*, enquanto mecanismo de cooperação multilateral.

Na segunda parte da sua comunicação, o Embaixador Chul-min Park apresentou diversos dados e factos (que identificou como “provocações”) com vista a contextualizar a postura da Coreia do Norte. Clarificou que a Coreia do Norte, além da mediática capacidade nuclear, possui uma elevada capacidade convencional, abrindo a possibilidade de este ator dispor ainda de outras armas de destruição em massa... Contrapôs com outros dados e factos que denominou como sendo de sucesso, ou seja, de aproximação entre o Norte e o Sul. Dos quais salientou o encontro de 27 de abril, entre os presidentes das duas Coreias, que na sua opinião abriu muito boas perspetivas para o futuro.

As restantes três partes estão diretamente relacionadas com os painéis do Seminário e são constituídas pelos textos disponibilizados pelos conferencistas.

No painel intitulado “As dinâmicas político-diplomáticas”, assistiu-se a quatro apresentações. A primeira comunicação dedicada ao tema “A política da RPC para a Península da Coreia e as *Six-party talks*”, foi proferida pelo Professor Doutor Miguel Santos Neves (texto não incluído no livro, por o autor não o ter disponibilizado). A audiência foi conduzida pela dialética entre a via multilateral e a via bilateral na procura de avanços para a situação da Província Coreana. Tal como o título da comunicação fazia antever, o orador dedicou-se a explorar a relação entre a China e a Coreia do Norte. Neste contexto salientou os avanços e recuos na cláusula de defesa-mutua existente no Tratado entre estes dois Estados e na relação económica entre eles. O autor enfatizou que a República Popular da China pretende ser reconhecida como “o” mediador entre a Coreia do Norte e a comunidade internacional, pois, isso contribuiria para o prestígio internacional da China.

O autor salientou que a China considera que o programa nuclear coreano contribui para a contenção dos Estados Unidos e dos seus aliados, o que se constitui como uma espada de dois gumes, pois perante uma situação em que a Coreia do Norte se desintegre, ou seja desintegrada, a China poderia ver-se confrontada com forças militares americanas na sua fronteira...

Assim, o Professor Doutor Miguel Santos Neves considera que a prioridade da República Popular da China deixou de ser a manutenção do regime norte coreano, mas sim a manutenção do seu *status quo* como poder responsável. O que implica a procura da estabilidade na Península Coreana. Tanto que a política chinesa tornou claro que não interferirá num conflito em larga escala iniciado pela Coreia do Norte.

Acervou que Pequim, concorrentemente, estreitou relações com a Coreia do Sul, o que não só lhe permite ter alternativas na Península, mas também exercer pressão sobre os dois lados da DMZ. Ou seja, assiste-se e ir-se-á continuar a assistir

a uma posição mais assertiva da República Popular da China na defesa de uma solução pacífica para o diferendo.

Andreia Pires, após nos ter enquadrado na Associação das Nações do Sudeste Asiático, a ASEAN, transportou-nos para o *ASEAN way*, clarificando que apesar de ser conhecido como o Modo da ASEAN se trata de uma ótica transversal aos Estados da Ásia. A autora lembrou-nos que, com o reconhecimento pela ASEAN do nexos segurança-desenvolvimento, a segurança regional passou a ser um assunto central da organização. Mas, na certeza da impossibilidade de conduzir um processo de paz e estabilidade dentro daquele complexo regional sem abarcar outros atores, a ASEAN chama outros países – naturalmente, com influência na zona – para fundarem o Fórum Regional da ASEAN.

Especificamente sobre o relacionamento entre a Coreia do Norte e os países da ASEAN a Mestre Andreia Pires clarificou que entre a Coreia do Norte e alguns desses países existe um relacionamento que remonta ao período da independência destes últimos, tendo exemplificado com os casos da Indonésia e da Malásia. Não deixando de referenciar o papel dos EUA e da China nesta área geográfica e, conseqüentemente, nestas relações.

Concluiu acervando que o século XXI é século da Ásia, e como tal este será, ou continuará a ser, o palco privilegiado para o relacionamento entre a China e os EUA. Não deixando de enfatizar que a diplomacia apaziguadora do oriente não fará brotar confrontos e atos violentos entre as partes, o que nesta dialética EUA-China, poderá permitir ao herdeiro do Império do Meio promover-se como a fonte de boas práticas e assim caminhar rumo ao ocidente.

Tiago Chaves, na comunicação intitulada “A Desnuclearização Coreana e o Organismo do KEDO”, conseguiu demonstrar como é que a Organização para o Desenvolvimento Energética da Península Coreana (KEDO, na sua sigla em inglês) pode abrir vias para um abrangente entendimento de paz, utilizando a energia como uma ferramenta para levar a paz à península.

Aportando a alguns marcos históricos como a assinatura da Declaração Norte-Sul sobre a Desnuclearização, em 1991; a proibição da entrada das equipas de inspetores da Agência Internacional da Energia Atômica na República Popular Democrática da Coreia, em 1993, e a conseqüente negociação com os Estados Unidos da América que culminou, com a assinatura do *Agreed Framework*, em 1994, o Dr. Tiago Chaves mostrou os antecedentes que levaram à edificação da Organização para o Desenvolvimento Energética da Península Coreana. Este órgão responsável pela desnuclearização, bem como pelas provisões de energia, não conseguiu atingir os seus objetivos finais, tanto que, em 2006 os projetos dos dois reatores de água leve que os EUA se haviam comprometido a construir foram

oficialmente abandonados.

Reportando-se ao encontro histórico entre os líderes das duas coreias, inserido num quadro negocial mais amplo, enfatizou que é preciso encontrar-se uma resposta mais robusta do que a estrutura do KEDO, para evitar que se repitam os mesmos erros do passado “onde todas as partes envolvidas não cumpriram suficientemente o acordo”. Pois se a estrutura do KEDO era concetualmente forte, a disputa política e o aprofundamento das frustrações levaram à sua desintegração. A situação atual enfrenta outras variáveis, basta pensarmos na impulsividade que caracteriza a atuação de dois líderes mundiais, que há poucos meses atrás se ameaçavam mutuamente com a destruição...

Desta forma e em linha com o apresentado no Seminário análogo do ano transato (“A República Popular da China no mundo global do Século XXI”¹), verifica-se profundamente a interligação entre energia e a geopolítica no Nordeste da Ásia, situação a que a República Popular Democrática da Coreia não é exceção. O conferencista concluiu que apesar de todos os fracassos do passado, o KEDO é um modelo do emprego de meios diplomáticos e pacíficos para resolver esta crise que se tem prolongado no tempo.

Relembrando que o KEDO no mínimo permitiu a suspensão da produção de plutónio por parte de Pyongyang, mas aceitando que “todas as negociações, declarações mais ou menos violentas, ou mesmo ameaças, durante décadas não levaram a sítio nenhum” o Embaixador Duarte de Jesus, afirmou manter a convicção de que a solução negocial é a opção que deve ser seguida.

Recordando-nos que nas negociações, um dos momentos mais importantes é a identificação de uma *Zone of Possible Agreement* (ou ZOPA), clarificou que neste caso concreto a comunidade internacional nunca soube aproveitar ou nem sequer teve consciência de ZOPAS que existiram.

A grande conclusão que o Embaixador Duarte de Jesus nos apresentou é que sem uma consciência clara e uma definição prévia da nossa *Best Alternative to a Negotiated Agreement* (BATNA), em contraposição com a *Best Alternative to a Negotiated Agreement* de Pyongyang, será difícil obter-se resultados. Mas, paradoxalmente, o facto de não se vislumbrar um BATNA permite antever com algum otimismo os acontecimentos que se vão seguir.

O segundo painel, moderado pelo Coronel Rui Tendeiro, Coordenador da Área de Estudo das Crises e Conflitos Armados do Instituto Universitário Militar subordinou-se à dimensão securitária.

¹ Atas disponíveis em: Rodrigues, T. M. F. & Santos, R. J. R. P. (Coords.) (2018). *A República Popular da China no mundo global do século XXI*. Cadernos do IUM, 25. Lisboa: Instituto Universitário Militar. Retirado de: <https://cidium.iium.pt/docs/publicacoes/2nepr6qqnvok0gw4s8.pdf>

Na primeira comunicação, o Professor Doutor Armando Marques Guedes (texto não incluído no livro, por o autor não o ter disponibilizado) efetuou uma breve incursão sobre a história e a geografia, para enquadrar o lugar geopolítico da Península da Coreia e a evolução diacrónica do seu papel. Aqui salientou, que não sendo possível de dissociar-se o papel da China, da Rússia e dos Estados Unidos da América na *detent* da conflitualidade na região, se podem encontrar fatores intrínsecos à Península que contribuem para a mesma. Pois, a Coreia do Sul é potencialmente protegida pela existência da DMZ, bem como pela presença militar americana; ao passo que a Coreia do Norte é protegida pela dimensão das suas forças armadas, não sendo displicente o papel das armas nucleares.

A alteração recente de circunstâncias, que irá ter o seu apogeu no encontro dos Presidentes Trump e Kim Jong-un, permitem ao mundo aspirar, ou temer, um novo período de relacionamento entre estes dois atores, com as implicações geoestratégicas e securitárias que daí possam advir. Marques Guedes deixou claro que as implicações potenciais desta nova conjuntura emergente nos planos local, nacional, regional, internacional e global terá consequentemente repercussões nestes mesmo planos. Ou seja, justificando o título do Seminário, pois ao falar-se da Península da Coreia, não se pode esquecer que se está a falar de uma área geograficamente circunscrita e limitada no globo, mas com um impacto global.

Perante a aproximação entre os Estados Unidos da América e a Coreia do Norte, seguidos de afastamento e sucedidos por novas aproximações, o Professor terminou a sua intervenção com o questionamento sobre política externa norte-americana, particularmente sobre as continuidades e / ou transformações esta reserva para o mundo.

Seguiu-se a comunicação “As Forças da Coreia do Norte no atual contexto de Crise Nuclear”. Através de um exercício baseado na matriz SWOT, o Dr. José Muller e Souza demonstrou como a centralidade política da Instituição Militar e a debilidade económica, são respetivamente, a principal força e fraqueza do regime de Pyongyang. Como principal ameaça identificou o perigo de queda do regime e a como melhor oportunidade os potenciais ganhos económicos da exportação de tecnologia de guerra.

Num processo que sintetizou os ensinamentos da geopolítica e da estratégia da estratégia, o conferencista identificou como a principal característica distintiva das forças convencionais da Coreia do Norte, o quantitativo do seu exército e da sua marinha, potenciado por uma força moral, aparentemente superior à dos seus adversários, ou seja a tal conjugação de forças materiais e imateriais a que Cabral Couto alude.

A política Songun, a canalização de um terço do PIB para a Indústria Militar, ou os programas militares de defesa são exemplos das características do

regime de Kim Jong-Un, ou seja fala-se de um Estado que vive numa política e economia de guerra. Neste contexto, o autor conclui que alguma futura mudança do comportamento da Coreia do Norte obrigará à reconfiguração da sua política e da sua economia.

Seguiu-se o Tenente-Coronel João Pinto Correia, que apresentou as possíveis opções de resposta militar dos EUA. Explicando como estas são pertinentes e se justificam, na medida em que o confronto e a hostilidade entre os EUA e a Coreia do Norte não mudaram, não obstante sinais de uma aproximação. O Tenente-Coronel Pinto Correia mostrou que o instrumento militar americano recebeu indicações para desenvolver opções de resposta militar. Estas opções terão que atender que, neste momento a Coreia do Norte, dispõe de capacidade nuclear efetiva e, como tal, o risco de um conflito com os EUA poderá ter proporções catastróficas, caso ascenda a um conflito em larga escala.

Nesta perspetiva, as opções mais prováveis, por esta ordem, são: (1) manter o *status quo* militar, assinalado por uma grande presença militar americana na região; (2) aumentar o *containment* e a *deterrence*, através de uma grande presença militar, bem como da realização de exercícios conjuntos com a República da Coreia e o Japão, entre outras iniciativas; (3) bloquear os portos, através do controlo do mar e do espaço aéreo; (4) conduzir ataques limitados, direcionados para os sistemas de aquisição de alvos da República Popular Democrática da Coreia, ou para os sistemas e as infraestruturas de lançamento de mísseis balísticos, ou ainda para as infraestruturas de produção e armazenamento de armas nucleares; (5) decapitar o regime, através de uma ação cirúrgica; (6) e conduzir um ataque em grande escala, destinado a destruir as capacidades da Coreia do Norte e a depor o regime. Todas estas opções foram submetidas as provas da estratégia: adequabilidade, aceitabilidade e exequibilidade.

Qualquer opção que implique emprego de meios cinéticos no território da Coreia do Norte (nomeadamente as opções 4 a 6) implica riscos muito elevados e, desejavelmente, apenas deverá ser desencadeada em forma de retaliação. Esta é uma condição para diminuir um envolvimento da China no conflito. Em todo o processo deverá existir sempre a possibilidade de diálogo no sentido de limitar o emprego de meios militares e de transformar o conflito numa catástrofe global.

O terceiro painel foi conduzido pelo Professor Doutor Félix Ribeiro e contou com a intervenção dos representantes dos grupos de trabalho dos alunos da Pós-graduação, tendo a audiência sido conduzida através das conclusões mais relevantes de um exercício de cenarização sobre a Península Coreana no horizonte 2030.

Este exercício começou pelo estudo da Península Coreana e respetiva inserção no complexo regional de segurança do nordeste da Ásia. A história não

permite que nos dissociemos da situação geográfica da península da Coreia, que subsiste encravada entre dois impérios: o Império do Sol Nascente e o Império do Meio; que materializam na essência duas civilizações: a Confuciana e a Xintoísta.

Centrando-se no Complexo Regional de Segurança do sudoeste asiático foram identificados pelos oradores os principais atores que nele intervêm: i) a China, como potência central, que se encontra em ascensão em termos militares e assente numa economia mergulhada na Globalização; ii) os EUA, uma outra potência, historicamente exterior ao complexo, mas que tem mantido uma presença militar económica na Ásia Pacífico que permitiu reduzir o padrão de conflitualidade no interior deste Complexo. Não obstante a China e EUA estarem a entrar num período de fortes tensões entre si, pois se a primeira se considera como a potência central no futuro da Ásia, os EUA consideram o seu poder e influência na Ásia como um fator decisivo do seu estatuto de superpotência. Olhando para a situação em que dois gigantes se gladiam, os Grupos de Trabalho, consideram que provavelmente a Coreia do Norte tomou a decisão de avançar para a nuclearização para se proteger de um adversário distante e de um vizinho.

Partindo de cinco Elementos Pré-determinados no Horizonte em estudo, nomeadamente:

- Os EUA e a China vão ambos posicionar-se num espaço estratégico unificado - o Indo-Pacífico;
- Um paralelismo entre a evolução da questão nuclear norte-coreana com a do Irão;
- A China procurará cimentar um Ásia sino-cêntrica, assente num poderoso complexo militar industrial que a ponha fora do “alcance militar” dos EUA – ser um adversário credível;
- A Coreia do Norte procurará evitar que a península da Coreia fique sobre o chapéu da República Popular da China;
- Uma evolução gradual e positiva no relacionamento entre as Coreias, mas ainda não uma reunificação.

Surgem duas incertezas cruciais:

- A 1.^a Incerteza Crucial prende-se com o resultado das negociações em curso no que respeita à celebração de um Tratado de Paz e às garantias de segurança que a Coreia do Norte possa obter (solução bilateral ou multilateral);
- A 2.^a Incerteza Crucial relaciona-se com o resultado a que se chegará nas negociações em curso quanto ao arsenal nuclear da Coreia do Norte, à presença militar dos EUA na Coreia do Sul e à continuação dos programas nucleares e de mísseis balísticos da Coreia do Norte (faseamento ou aceleração seletiva).

Das possíveis respostas a estas incertezas, os membros dos Grupos de

Trabalho identificaram quatro cenários, dos quais foram apresentados o Cenário 2 e o Cenário 4. A escolha destes dois cenários prendeu-se com o facto de os mesmos serem o mais contrastado possível.

Assim na eventualidade de se concretizar o Cenário 2, verificar-se-ia que assinatura de um Tratado de Paz multilateral. Os termos desse Tratado de Paz assegurariam a independência e integridade territorial das duas Coreias. A que se seguiria, um processo dinâmico de desnuclearização da Coreia do Norte abrangendo. Perante a concretização destas etapas, então caminhar-se-ia então para a celebração de acordo de segurança mútua entre as Coreias.

Por sua vez, o Cenário 4 ao concretizar-se implicaria que não é assinado um Tratado de Paz por discordância da China. Assim, seria expectável que os EUA e Coreia do Norte celebrassem um Pacto de não-Agressão. Neste contexto, a Coreia do Norte e o Japão sarariam algumas feridas do passado e poderia ser desenvolvido um programa de apoio económico e tecnológico. No entanto, a Coreia do Norte aceita a proibição de construção de misseis balísticos intercontinentais, mas poderia manter o seu arsenal nuclear atual. Ou seja, o mundo teria de conviver com uma Coreia do Norte nuclearizada.

Mas, não esquecendo que se se desse inicio a uma vaga de proliferação nuclear no Nordeste da Ásia (com as duas Coreias, o Japão e Taiwan, por exemplo) a situação neste complexo regional de segurança poderia ter uma evolução tão dispara do estudado, que torna difícil a antevisão dos cenários possíveis. Esta vaga de nuclearização seria a concretização da tão temida *wild card*.

Os futuros possíveis, não necessariamente certos, estão assim identificados, resta agora a formulação e a edificação de estratégias que permitam moldar os acontecimentos. Mas, isso ficará para outros.

Concluindo, considera-se que este Seminário se materializou como um atividade académica que possibilitou a análise e debate, de forma multidimensional, com particular incidência nas dimensões globalização, diplomacia e segurança de uma área geográfica impactante para a situação internacional – a Península Coreana.

A qualidade dos moderadores e oradores, bem como a pertinência e relevância das temáticas por eles apresentadas, foram um fator crítico para sucesso desta iniciativa. Ao quais muito se agradece, pois sem eles os objetivos propostos para o Seminário “Coreia no século XXI: uma Península Global” não seriam alcançados.

É da mais elementar justiça salientar a qualidade das apresentações dos discentes da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança. Enfatiza-se que as comunicações proferidas pelos discentes resultam de um processo paralelo às atividades letivas. Pese embora, os docentes terem desempenhado um papel

relevante nas orientações do desenvolvimento das intervenções, o mérito reside nos discentes. A qualidade das apresentações evidencia não só a enorme dedicação que os discentes colocaram na sua elaboração, mas também a qualidade da oferta formativa proporcionada pelo Instituto Universitário Militar, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e pelo Instituto Diplomático.

A Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança, que materializa a colaboração destas três instituições, procura habilitar quadros com os conhecimentos científicos, instrumentos de análise e metodologias necessários para avaliar, gerir e tomar decisões, face a problemas concretos decorrentes dos desafios impostos pela complexidade, volatilidade, incerteza e ambiguidade do contexto internacional. A multidimensionalidade do contexto geopolítico e geoestratégico em que se configuram as relações de poder, moldado pela globalização (nas suas diversas dimensões), no qual emergem mecanismos de cooperação internacional, mas também de competição e desafios securitários das mais diversas formas e origens implicam que a compreensão situacional e os processos de decisão estratégica têm de ser equacionados, numa lógica multidisciplinar. Pelo que esta Pós-Graduação se edifica na ligação entre as áreas do conhecimento das relações internacionais, da ciência política e das ciências militares, não descurando o papel dos *media*.

No ano letivo de 2017-18, a Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança teve a sua quinta edição, que no entender da comissão de coordenação, atingiu – mais uma vez – os objetivos propostos. Publicamente se reconhece que os *drivers* do sucesso são a excelência e empenhamento do corpo docente e o comprometimento das três instituições envolvidas. Mas, nada se consegue sem discentes motivados...

Finaliza-se, agradecendo uma vez mais a disponibilidade de todos os moderadores e conferencistas que tornaram possível o Seminário “Coreia no século XXI: uma Península Global” e muito particularmente aos autores que pela cedência dos seus textos tornaram possível este livro.

O nosso muito obrigado,

Pedrouços, 08 de abril de 2019
Os Coordenadores

PROGRAMA

Seminário Internacional 17.MAIO.2018 // 09H30
Curso de Pós-Graduação Instituto Universitário Militar
Globalização, Diplomacia e Segurança Rua de Pedrouços, Lisboa

Coreia no século XXI: uma Península Global



09h30 – Sessão de Abertura

- Coreia no século XXI: uma Península Global (Embaixador da República da Coreia, Chul-min Park)

10h25 – Painel I - As dinâmicas político-diplomáticas

Moderação: Dr. Eduardo Ramos (Diretor de Serviços da Ásia e Oceânia / MNE)

- A política da RPC para a Península da Coreia e as *Six-Party Talks* (Prof. Doutor Miguel Santos Neves)
- ASEAN e a Coreia do Norte - o papel do ARF na resolução de conflitos (Dr.ª Andreia Pires)
- A desnuclearização Coreana e o organismo do KEDO (Dr. Tiago Chaves)
- Uma Negociação sem BATNA (Embaixador Duarte de Jesus)

12h05 – Painel II - A dimensão securitária

Moderação: Coronel Rui Tendeiro (Coordenador da Área de Estudo das Crises e Conflitos Armados / IUM)

- Olhar a península Coreana: a visão geoestratégica (Prof. Doutor Armando Marques Guedes)
- A nuclearização da península coreana (Dr. Francisco Galamas – a confirmar)
- As forças da Coreia do Norte no atual contexto de Crise Nuclear (Dr. José Muller e Souza)
- EUA: Opções de Resposta Militar (Major João Correia)

15h00 – Painel III - A Península Coreana no horizonte 2030

Moderação: Prof. Doutor Félix Ribeiro (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / UNL)

- Cenário I (Grupo de Trabalho I)
- Cenário II (Grupo de Trabalho II)

16h15 – Encerramento do Seminário

- Conclusões

18h30 – Lançamento do livro “Coreia do Norte - A última dinastia Kim”

de José Manuel Duarte de Jesus

- Apresentação por: Prof. Doutor Nuno Canas Mendes

Organização:

Professora Doutora Teresa Rodrigues
Tenente-Coronel Rui Pais dos Santos



Informações e inscrições

até 15 de maio em:

www.ium.pt

www.fchsh.unl.pt





ATAS DAS COMUNICAÇÕES



1. KOREA IN 21ST CENTURY: A GLOBAL PENINSULA

Chul-min Park

Embaixador da República da Coreia em Portugal
embpt@mofa.go.kr

Today the topic is really quite amazing and a good one. I would like to thank the coordinators once more for organizing this very important seminar. In particular, I would like to thank Vice-Admiral Edgar de Bastos Ribeiro, all the Professors and Ambassador Freitas Ferraz. We already had the opportunity to talk to each other and have established a very good relationship and I'm very happy with that.

"Muito obrigado pelo seu convite", but "é tudo". I've only been here for one year and a half and the language is not easy, it is a very *"difícil"*! Nevertheless, I will try to do my best and maybe next year I could give it a try, but this year I'll stop at this point.

Now, since I am under a very tight time constraint, 25 minutes maximum, I'll first say a few words to give you an introduction and then I'll use the slides.

The topic is the Korean peninsula in the 21st century. It is a great honor and privilege for me to be here discussing this topic among friends and fellows.

In a very short time period - Korea was liberated from Japanese colonization a little over seventy years ago - we have achieved a lot. We experienced the worst from 1950 to 1953, but after that we achieved the Han River Miracle in terms of economic growth and democratization. Also, our population is growing, with South Korea now at 51 million and North Korea at 25 million, together making up quite a big population. With population growth, the economy and democratization prospered over a very short period. That is why I'm very proud of my country!

Since Korea was admitted to the United Nations in 1991, we succeeded in getting another big achievement, a quite heavy and promising one: the presidency of the General Assembly of the UN, the presidency of the world organization. In addition, South Korea also attained non-permanent Security Council membership twice. And we are expecting to serve a third time soon. Between the first and the second time we had a fifteen year interval, but between the second and the third, which could come as early as 2024, the interval is getting shorter. The international community wants to keep Korea as a non-permanent Security Council member. As Secretary General of the United Nations, Mr. Ban Ki-moon, who served for ten years just before Mr. Guterres, was most excellent and we are very proud of him, for his very successful achievements and for the many legacies he left behind. And now, Mr. Guterres will follow that legacy that will materialize further and in the best manner.

On the economic front, we are a member of the G20, a member of the OECD² and also a member of the DAC³. A DAC member is the equivalent of a Security Council permanent member in the OECD. As you know, a DAC country is a country most likely to contribute with willingness and intention to less developed countries. As a member of the G20, we also have MIKTA - and we'll have a MIKTA seminar in cooperation with the Diplomatic Institute here in September. MIKTA means Mexico, Indonesia, Korea, Turkey and Australia, five countries with similar GDP that represent the different continents. These countries are agenda-setter countries and also bridge building countries between advanced countries and less developed countries.

But, we have a problem. A big problem, as everyone knows well, and one we have faced for a long time. South and North Korea have fought each other, with many soldiers and innocent people dying during the Korean War. The provocation victimized a lot of people. Truce has induced a period of peace, but a lot of people, including myself, are concerned that a second Korean war could break out any time soon. Having said that, we have been smoothing out our challenges, and as CNN, local newspapers and other broadcasters are saying, we have entered a reconciliation mode. This is a big change, and we are very happy with this speedy pace. This pace of development has come as a surprise to me, but in a very positive way. On the 27th of April, a very successful meeting took place. That meeting bore a fruitful outcome, the Panmunjeom Declaration. Aside from the Panmunjeom meeting itself, we are now awaiting for another summit to be held in Singapore, on June 12th, between Mr. Trump and the North Korean leader Kim Jong-un. We have yet to see the result of this meeting.

The Summit between the two Koreas, the upcoming meeting between Kim Jong-un and Mr. Trump, in Singapore, have only one goal to achieve: the complete denuclearization of the North Korean weapon system. So far, we are comfortable that the meeting will be promising. As an ambassador, I should be cautious and use a cautious approach. We call it cautious optimism. But, in this case, for many reasons, I can afford to be more optimistic. I have professional optimism! Why? The first thing is that it is a meeting of leaders. It is neither a meeting of ambassadors nor a meeting of vice-ministers. So far the meetings between the two Koreas had been on a working level. But with the recent Summit, the meaning becomes very, very important when we take into account that the North Korean leader has previously had one voice, a voice on which everything was decided. The actions taken by North Korea have been very positive in a preemptive way, signaling a

² Organisation for Economic Co-operation and Development.

³ Development Assistance Committee, part of the OECD.

preemptive commitment, not in face of enforcement, but by their own choice, voluntarily. So far, they have declared a moratorium on nuclear weapons tests and on missile launches. And they will now follow up in between May 23rd and 25th, with the dismantling of their nuclear weapons test sites. Of the eight sites, six have been used, but two are new, and all together, eight tunnels must be dismantled. The dismantling process could be broadcasted live and open to the world society. Also, Mr. Mike Pompeo, the Secretary of State visited North Korea twice and met with the North Korean leader Kim Jong-un twice. This is very rare.

Over the last seventy years, it has been very rare, the chances for United States high ranking officers to visit North Korea, although there have been two or three meetings at Minister level. However, there were no chances of meeting with the North Korean leader. But this time, not only once but twice, the North Koreans have exposed this kind of meeting to their people, which is quite a big difference. It was also quite a surprise when Mr. Pompeo brought back with him to the United States, to Washington, three Americans who were released when he visited North Korea. Their detention was a source of tension for a long time, but they were fully released. This happened by North Korea's voluntary choice, no party had mentioned anything about it, neither clandestine or in the open by any means. This was another unexpected gift from North Korea. After all these are indeed good signals, a green light, the reason why I'm expecting a lot from the upcoming summits, meetings and commitments. Also, because the international community is watching the results, everything is being broadcasted live to international society.

Furthermore, the most important thing that has happened is that North Korea is a totally closed society where we don't know what is going on in the inside. Even inside North Korea, the people don't really know what is going on, in Pyongyang, or inside of the office of their leader Kim Jong-un. However, now, everything seems exposed. The ongoing events were publicized to their own people in the North, and this is a big difference, because one cannot back out with that kind of promise, that kind of commitment to their own people. In this context, we now watch carefully, with optimism. However, it's my optimism.

In my case, for a long time I followed up on this kind of things, I was Director of the Disarmament and Non-proliferation Division in the Ministry of Foreign Affairs and was working as OPCW field officer in The Hague. The Hague is the hometown for the Chemical Weapons Convention. I also worked with our permanent mission in New York, as Minister-Counsellor, following up on addressing the North Korean nuclear issue, as well as the Iranian nuclear issue. This is why I know this issue very well. North Korea for quite a long time, pursued weapons of mass destruction and, in particular, since North Korean leader Kim Jong-un took office, has sought two

goals, the complete development of nuclear weapons and economic development. But this could not be possible and although he pretended to try, they faced a big challenge. That is why, in my opinion, he decided to choose a different path in order to be a country, not an eccentric country, but a normal country. This is why I believe in the bright future of the Korean Peninsula. We, the Korean people and the international community, in unison, are looking for it very eagerly.

Why then, has the North Korean leader chosen a different path? In my view, there were many reasons, but I'll mainly talk about two. The first one is the South Korean President's consistent policy towards North Korea. After he was inaugurated he has been consistent. When he was in Berlin - and Berlin is a very symbolic capital because of its reunification process, that took place more than thirty years ago. It was a very great and glorified reunification we have yet to follow - my President made a kind of Berlin Declaration, everything was included there, and the important message was that "we don't insist on reunification by force. We guarantee your regime's safety and security, but you have to dismantle your nuclear weapons program. Then we will grant you with our accumulated budget - money. We have a profuse amount of money, known as Tax for Reunification that has been built up over time. Once North Korea decides, we'll open our safes and the money will be forwarded, invested in North Korea. Like us, other members of the international society are waiting for that day to come".

The second reason came in the form of another timely blessing, the countdown for the Winter Olympic Games. This is a big test for Kim Jong-un to make a kind of face saving. In his New Year's address, he hinted to the international society, in particular to South Korea, that he would work to have a big meeting, a kind of Summit meeting. And also, that he would send his country's athletes to attend the Winter Olympic Games. South Korea then invited them to come and this was much like a starting point, a kick off for reconciliation. Now, everybody knows, the first round of meetings was successful.

Also two different meetings, within a period of fourteen days, were held between North Korea and China. China is a neighbor country and without China we cannot move on smoothly. The two meetings between Xi Jinping and Kim Jong-un have already been successfully done.

Have you heard about the six-party meetings? Six-party includes South and North Korea, Japan, China, Russian Federation and the United States, six countries. The meeting result was shared among peers, through the hot lines or between the summits. This means we are all on the same page and we share information on how to deal with North Korean issues. In this sense, the Russian Federation and China are on our side, on the same boat - in my view.

I'll now use ten more minutes to show you the slides that my colleague has prepared. Then I'll answer a maximum of two questions.

This is the Korean Peninsula, where you can see a green strip (Figure 1). In the map the area looks very wide, but the northern part is 2 km and the southern part is 2 km, together only 4 kms wide. Now, this is a haven for flora and land mines. It has more than one million soldiers facing each other one on one, it's a very heavily fortified zone.



Figure 1 – Korean Peninsula.

Source: Panmunjom Travel Center (2018).

Everything is now ready to be smoothly implemented, in accordance with the Panmunjeom declaration on 27 April. All the soldiers, outposts and vehicles will be moving out. But, in order to clear the land mines, we'll need quite a few years to remove them all. For that we'll need help from the international community. The distance between Seoul and Pyongyang is two hundred kilometers and between Seoul and Panmunjeom fifty kilometers, so it's very close.

The economic comparison between South Korea and North Korea is depicted in Table 1. We are one of the best countries, like Portugal. But in North Korea, according to the statistics, living standards are terribly low.

South Korea			North Korea
51 M		Population	25 M
1.418,5 b	45x bigger	GNI (current prices, US\$)	64,5 b
27.681	22x bigger	GNI per capita (current US\$)	1.255
2,9		GDP Growth Rate (%)	3,9
901,6 b	138x bigger	Trade Volume	6,5 b

Table 1 - Major Economic Indicator's comparison.

Source: Adapted from The Economist (2018)

The North Korean economy is heavily dependent on the mining industry (33,2 % of GDP), fishery and textiles. Infrastructure is terrible. Pyongyang is ok, it's where the elites live and tourism is established. But Pyongyang is a city-state, and beyond its boundaries, life is similar to South Sudan. There is a huge discrepancy in living standards between party member elites and ordinary citizens. The difference in living standards is also very large between the citizens of Pyongyang and citizens outside Pyongyang.

There are a lot of "naked" mountains. The entire Korean Peninsula, South and North, is a mountainous area. The North Korean land was more heavily forested before the division of the Korean peninsula, but now it's almost all naked. According to statistics, North Korea had nine million hectares of forests, of which two thirds have already been deforested. This is a big problem.

In regards to Figure 2, strictly speaking, I will tell you that the Korean Peninsula is not a Peninsula. A Peninsula must be connected with a continent. But the Peninsula actually looks like a big island as a satellite image shows the night lights in the Korean peninsula.



Figure 2 – Korean Peninsula.

Source: Daily Mail (2018)

Regarding Weapons of Mass Destruction (WMD), I don't have time to fully address the situation, and maybe if I get the chance to give a second lecture, I could explain more about this issue. Provocation, provocation, dialogue and back to provocation, this was the routine story of our negotiations with North Korea.

In particular, the big moments - Geneva Agreed Framework and Joint Statement – were just thrown away because of North Korea’s provocations. How many? They held nuclear weapons tests six times (Figure 3).

2. WMD of North Korea (1/6)



➤ Incessant & Continuous Provocations

Announced to withdraw from NPT (May 1993)

Broke down 1994 Geneva Agreed Framework

- Admitted existence of its UEP (Oct 2002)
- ※GAF : [NK] freezing of nuclear materials (Pu) & facilities / remain within NPT
[US] 2 LWRs (\$4.6b) / Heavy Fuel Oil (3.5m tons) /Lifting of Sanctions

Broke down 2005 Joint Statement

- ※ JS : Principle of ‘commitment for commitment’ & ‘action for action’
- NK’s abandonment of nuclear weapons & corresponding measures from other parties

**1st nuclear test (Oct ‘06), test (May ‘09), test (Feb ‘13), test (Jan ‘16),
test (Sept ‘16) and test (Sept ‘17)**

Innumerable BM launches

7

Figure 3 – WMD of North Korea.

Source: Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Korea (2018)

In Figure 4, we have the eight nuclear test sites; six of which were already used. They have decided to dismantle all of them, the used and the fresh ones. Maybe they will broadcast that. Please enjoy it! Enjoy that peaceful moment!



Figure 4 – Nuclear tests of North Korea.

Source: Adapted from Asia News Agency (2018) and Yonhap News (2018).

The military officials in the audience know how serious this is (Figure 5). North Korea bombastically said that they already developed nuclear weapons. They are definitely in the final stage in terms of magnitude, scale or combination of fission materials, plutonium or enriched uranium. They are in a very critical moment.

2. WMD of North Korea (3/6)



North Korea's Nuclear Tests

	1 st	2 nd	3 rd	4 th	5 th	6 th
Date	Oct. 9, 2006	May 25, 2009	Feb. 12, 2013	Jan. 6, 2016	Sept. 9, 2016	Sept. 3, 2017
Yield (estimated)	0.8kt	3-4kt	6-7kt	6kt	10kt	50kt or more
Seismic wave force	3.9Mb	4.5Mb	4.9Mb	4.8Mb	5Mb	5.7Mb
Test site	Punggye-ri eastern shaft	Punggye-ri western shaft	Punggye-ri western shaft	Punggye-ri western shaft	Punggye-ri western shaft	Punggye-ri northern shaft



**NK's 6th Nuclear Test's yield (50kt or more) :
Significantly greater nuclear yield than previous tests**

Figure 5 – North Korea's nuclear tests.

Source: Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Korea (2018)

They have intercontinental ballistic missiles (ICBMs), mid-range missiles and self-propelled artillery guns, which are very dangerous for us. They have more than 12 700 units, among them more than 8 000 units installed or deployed in the Panmunjeom area. In my understanding, once they decide to fire, 500 000 bombs or shells per hour will fall down on Seoul. They have developed long range missiles that can reach the United States. Maybe tomorrow they will reach Lisbon. This is very dangerous.

We are talking about WMD, Weapons of Mass Destruction, there are three types: atomic, biological and chemical. Only one country in the entire globe, at this point in time, possesses the three different types of WMD and that country is North Korea. Also, they remain out of the Chemical Weapons Convention (CWC). We are pushing them for membership of the CWC in an urgent manner. Perhaps this topic is also on the table between the two gentlemen, Trump and Kim Jong-un. We will have to wait and see.

I won't go further on this subject, but our current inter-Korean Policy has three goals:

- Resolution of the NK Nuclear Issue and Establishment of Permanent Peace;
- Development of Sustainable Inter-Korean Relations;
- Realization of a New Economic Community on the Korean Peninsula.

Our policy is enforced by four strategies:

- Step-by-Step and Comprehensive Approach;
- Tackling the Inter-Korean Relations and the North Korean Nuclear Threat Simultaneously;

- Ensuring Sustainability through Institutionalization;
- Founding Peaceful Unification through Mutually Beneficial Cooperation.

In respect of five Principles:

- Korean-led Initiative;
- Interaction with the People;
- Mutual Respect;
- International Cooperation;
- Strong Defense.

South Korea will employ all possible diplomatic means to bring North Korea to the negotiating table for its denuclearization. The key words are: Pressure, Deterrence and Dialogue. Pressure will be achieved by the full implementation of sanctions derived from the United Nations Security Council (UNSC) resolutions and by unilateral sanctions imposed by the United States, Australia, European Union, etc. Deterrence is the number one priority. It is the cornerstone for us to push North Korea in order for the country never to provoke the world again.

And Dialogue, the meeting on 27th April was a very historic moment, because, eleven years after the last summit, this was the first time that the leaders shook hands. And the first time they shook hands in South Korea. The meeting was held in Panmunjeom, at the “truce village” (Figure 6). In the picture, the left upper corner is South Korean soil. Kim crossed over to South Korea, but then my President was guided by him, taken back to the North Korean side. My President was surprised for a short time. But after, as depicted in the picture in the right upper corner, Kim crossed over to the South. The meeting in the foot bridge was only between the two of them, without any note takers, but the broadcasting companies and reporters focused on the mouth of the two leaders and have sought to interpret... the message passed onto the readers. Also, the planting of a tree was very symbolic, a reunification tree. This kind of tree will be planted on the naked soil of North Korea later on. We have further plans on this.



Figure 6 –North Korea’s nuclear tests.

Source: Inter-Korean Summit (2018)

The images of the leaders shaking hands were broadcasted live to the international society and for the North Korean people. That is important! The cutting of a cake that looked like a pumpkin was also broadcasted. According to Korean custom, they should break a pumpkin, expecting some kind of jewel in it. The leaders used a big hammer to break the pumpkin with chocolate topping. Inside there was a shape of the Korean Peninsula. They enjoyed it, they ate it all.

The Panmunjeom Declaration for Peace, Prosperity and Unification of the Korean Peninsula, contains a very good promise. As an example, in order to improve and cultivate inter-Korean relations, the following should be fulfilled:

- Full implementation of all existing agreements and declarations;
- Dialogue and Negotiations at high level in various fields;
- Establishment of a joint liaison office in the Gaeseong region;
- Encouragement for cooperation, exchanges, visits and contacts at all levels;
- Joint participation in international sports events such as the 2018 Asian Games;
- Reunion events for separated families, including Inter-Korean Red Cross Meetings;
- Connection and Modernization of railways and roads.

Additionally, launch joint efforts to alleviate military tension and danger of war, with:

- The cessation of all hostile acts and transformation of the DMZ into a peace zone;

- Turning NLL (North Limit Line) areas into a maritime peace zone;
- Frequent military meetings, including Defense Ministers Meeting.

The Declaration establishes a permanent and solid peace on the Korean Peninsula, supported by:

- Reaffirmation of the Non-Aggression Agreement;
- Disarmament in a phased manner;
- End of the War Declaration during 2018;
- Confirmation of a ‘nuclear-free’ Korean Peninsula.

Now I want to focus on one point, we are looking for great success from the outcome of the United States – North Korea Summit (Figure 7). The date, time and the place was already fixed (June 12, Singapore). After that, maybe next year I will have another chance to speak to you, and I’ll try to follow up on the commitments, both promised and materialized.

5. Post - April 27, 2018



The Road Ahead : Short term

- Dismantlement of nuclear test sites
- Elimination of Propaganda Louder Speakers
- Hot Line Opening
- Reset of NK Time Zone to match SK

The Road Ahead : After success of US-NK Summit (June 12, Singapore)

- CVID of NK WMD
- NK's membership to CWC
- Smooth Operation of Six-Party Talks
- ROK, US, Japan's Embassies in Pyeongyang & vice versa
- Institutionalized Reunion of Separated families
- Realization of Peace Park on DMZ area
- Economic & Social Development in NK along with the International Community
- A 'Genuine' Peninsula, connecting to TSR, TCR

Figure 7 – Post-2018 Inter-Korean Summit.

Source: Embassy of the Republic of Korea (2018)

Complete, verifiable and irreversible dismantlement (CVID) of nuclear weapons is one goal. The program should be completely given up by North Korea. The Korean Peninsula will be nuclear free and WMD free. CWC membership and the smooth operation of the Six-Party Talks mean that a verifiable progress is smoothly going on, in presence of the International Energy Agency. With it will come the normalization of diplomatic relations. This means every country will have their counter-part North Korean Embassy in their capital city.

The Institutionalized Reunion of Separated Families is a humanitarian human rights issue. The DMZ, the heavily fortified 4 kilometers strip, must be transformed into a Peace Park. We'll invite the foreigners to come as tourists and enjoy.

Regarding Economic and Social Development in North Korea, we have to do more in North Korea – currently a totally dilapidated area. We want to be - and I want to see – the Korean Peninsula to be a genuine Peninsula, by connecting trains and roads. I hope to go there from Lisbon, by train, crossing Siberia or whatever.

I don't know as of now when that day will come. But, we have plenty of reasons behind our hope. While we hope for the best, we should prepare for the worst. The soldiers and generals always have to prepare for the worst case scenario. But, at this point in time, the facts are very promising.

Thank you very much.

REFERENCES

- Asia News Agency (2018). [Online]. Retrieved from www.aneusa.com
- Daily Mail (2018). [Online]. Retrieved from www.dailymail.co.uk
- Inter-Korean Summit (2018). [Online]. Retrieved from www.koreasummit.kr
- Ministry of Foreign Affairs of Republic of Korea (2018). [Online]. Retrieved from www.mofa.go.kr
- Panmunjom Travel Center (2000). [Online]. Retrieved from www.koreadmztour.com
- The Economist (2018). [Online]. Retrieved from www.economist.com
- Yonhap News (2018). [Online]. Retrieved from www.yonhapnews.co.kr



PARTE I - AS DINÂMICAS POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS



2. ASEAN E A COREIA DO NORTE - O PAPEL DO ARF NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Andreia Raquel Borges Pires

Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais
Discente da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança, FCSH-IUM-IDI
foholau@gmail.com

Permitam-me antes de mais agradecer publicamente à Professora Doutora Carla Fernandes, da Universidade Nova de Lisboa, que apesar de não estar presente, sei que lhe serão transmitidos os devidos agradecimentos, pelo convite que me endereçou a estar hoje aqui presente e poder dirigir-me a vós.

Durante o fim-de-semana, enquanto preparava este tema, a perspetiva que aqui trazia era a de perceber qual o papel que o Fórum Regional da ASEAN (ARF) teria após o desarmamento nuclear da Coreia do Norte. Contudo, e tendo em conta que não foram as condições atmosféricas o obstáculo a este desarmamento, o cenário que se nos é apresentado hoje voltou a alterar-se. Independentemente disso, a minha apresentação recairá sobre essa possibilidade que permitirá um caminho rumo à estabilidade regional.

A ASEAN foi criada em 1968, ainda durante a guerra fria, com o objetivo declarado de garantir a paz e a estabilidade da região contra possíveis investidas ocidentais e/ou comunistas. É preciso notar que os países assinantes da Declaração de Bangkok, em 1968, passavam por importantes processos de reestruturação interna, como o enquadramento da Federação da Malásia, ou mesmo o processo de independência da Indonésia, entre outros. Por receio de uma maior influência externa nestes processos, e que poderiam inviabilizar a paz na região, as Filipinas, Tailândia, Malásia, Singapura e Indonésia assinaram a Declaração Constitutiva da ASEAN. Posteriormente, juntaram-se o Brunei, o Vietname, Laos, Mianmar e Camboja, por esta ordem.

A declaração de Bangkok, assinada obrigatoriamente por todos os Estados membros, versa sobre três pilares: a soberania dos Estados membros – pela não ingerência em assuntos internos e pelo respeito e igualdade territorial; em segundo, a resolução pacífica de todos os assuntos – negando perentoriamente o uso da violência; e por último, a cooperação em todas as áreas. Perceberemos em que medida os dois primeiros pilares atuam; mas em relação ao terceiro pilar darei um breve relance sobre um dos maiores projetos de cooperação da ASEAN.

Em 1997, a ASEAN alargou o seu pilar de cooperação com a vontade política de querer constituir uma Comunidade Económica Asiática nas mesmas medidas

que a União Europeia. Este projeto tinha data prevista de término em 2015. O projeto tornou-se moroso. Contudo, será importante perceber que logo em 1998, uma crise financeira abala a Ásia, e com ela, os regimes ditatoriais que estavam em funcionamento há décadas e que tinham dado sustentação a este desejo. Ao mesmo tempo, Mianmar culminava numa crise interna com graves repercussões humanitárias; o regime indonésio começava a desmoronar-se sem que houvesse uma oposição estável que o pudesse substituir, entre outros problemas sociais que abalavam as economias daqueles países. Em cerca de dez anos, a Organização assistiu a diversos processos internos com quase todos os países a concorrerem à democratização, mesmo sem bases para tal.

É na sequência destes acontecimentos que a Ásia foi relançada na visão mundial. Foi também o momento certo para o (re)aparecimento da China na região, não mais como o inimigo comunista, mas como uma potência capaz de apoiar os seus vizinhos geográficos.

Do outro lado, o ocidente assistiu a uma alteração “imposta” de paradigma, também por causa da crise financeira. Clinton deixava a Presidência americana com a agenda a que se tinha proposto incompleta. A União Europeia dava os seus primeiros passos no seio asiático, quer pela cooperação com o Fundo Monetário Internacional na região, quer pelos acordos com o Camboja e o Laos, por exemplos. Ao mesmo tempo, lidava com a pressão do que se supunha ser um alargamento por consequência.

Posto este breve enquadramento histórico do que é e de como progrediu a união do sudeste asiático, é importante perceber de que modo a relação multilateral destes atores é feita e neste caso vamos de encontro aos dois primeiros pilares da constituição da ASEAN.

Os presentes saberão, com certeza, que a diplomacia asiática difere em muito da diplomacia ocidental, o que proporciona uma difícil confluência entre as partes. Ou pelo menos, a história assim tem mostrado, salvo exceções específicas.

O ASEAN Way não parece ser levado a cabo apenas pelos países da ASEAN, mas por uma grande maioria dos países asiáticos, quer do Sudeste, quer do Nordeste. Desengane-se quem acredita que não existem regras rígidas tipo de diplomacia!

A noção do tempo para os asiáticos é bastante diferente do *relógio ocidental*. O que para os ocidentais terá que ser colmatado *as soon as possible* (ASAP), para os asiáticos terá que ser colmatado “de vez”, com os dividendos distribuídos equitativamente, demore o ASAP que demorar.

Nestes casos estamos perante aquilo a que conhecemos como consenso. Nenhum assunto é trazido a público sem que tenha havido decisão consensual

sobre tal. Não existe o consenso da maioria. Existe o consenso unânime.

Assim sendo e para percebermos a dificuldade no processo e na lógica de trabalho do ARF, o consenso é a base também para este amplo fórum. Agora imagine-se atingir consenso unânime por toda a zona representada na Figura 8.



Figura 8 – Área geográfica do ARF.

Fonte: Wikimedia commons (2018)

O ARF foi criado em 1994. Note-se que este fórum apareceu imediatamente antes do alargamento ao Vietname, ao Laos e a Mianmar, que passavam por situações internas violentas. Foi para reiterar a segurança regional que o fórum foi criado, também em Bangkok. Sabendo de antemão, que nesta altura, era impossível conduzir um processo de paz e estabilidade dentro daquele complexo regional sem abarcar outros atores, a ASEAN chamou outros países com alguma influência geográfica e estratégica na zona. O ARF foi constituído assente em três estágios: primeiro a promoção de confiança, através do diálogo, formal e informal; segundo, o desenvolvimento de mecanismos de diplomacia preventiva e em terceiro desenvolvimento de mecanismos de resolução de conflitos. Muitos autores e estudiosos na área afirmam que o fórum não passou ainda - desde 1994 - do estágio 1, da conversação. A verdade é que a coexistência dos países da região e de outros países na região tem sido possível, mesmo entre encontros formais e informais.

A conversação do estágio 1 pressupõe a utilização da diplomacia da ASEAN: o *ASEAN Way*. É entendido, por alguns, que a aparente inércia do ARF em muito se deve ao *ASEAN Way* que prevê consenso obrigatório.

A ASEAN, através do ARF, promovia a zona livre de armas nucleares – quer de promoção, venda ou transferência. Isso foi conseguido com a assinatura de um tratado mas apenas pelos países da ASEAN. Não inclui a Coreia do Norte, produtor asiático.

A última reunião do ARF teve lugar em agosto do ano passado. Nessa altura condenaram os testes nucleares da Coreia do Norte e incentivaram ao cumprimento das Resoluções internacionais por parte dos coreanos.

Senhores,

Independentemente do que o ARF já alcançou, a organização tem em mãos, hoje mais do que há dois dias atrás⁴, questões sensíveis, que se prolongam há séculos e que mesmo assim têm feito as relações bilaterais e multilaterais resultar.

Hoje voltamos a ter a questão da Coreia do Norte, mas também temos a questão de Taiwan e do Mar da China. Todavia, é de ressaltar que este é o único fórum que senta à mesa a Coreia do Norte e os EUA.

No caso da Coreia do Norte, que é o que nos traz aqui, as relações bilaterais são manifestamente recentes. Veja-se a história com a Indonésia, que teve os seus tempos áureos, de reconhecimento e grande respeito mútuo logo após a independência deste último; ou com a Malásia, em que as relações persistem cortadas pelo que aconteceu ao irmão do atual líder. Mianmar é outro caso de relação abrupta, com indícios de uma possível extensão do programa nuclear coreano ao seu território. Permitam-me aqui relembrar da assinatura do tratado de zona livre de armas nucleares assinado por todos os Estados membros da ASEAN.

Por outro lado, a maioria dos países da ASEAN já teve – alguns ainda têm mais que outros – relações privilegiadas com os EUA. Nesta fase da história, a fase Trump, muitos deles tentam reconquistar o seu lugar ao sol.

No seio regional, os países da ASEAN lidam desde sempre com a questão do mar da China. Este assunto faz alavancar as relações bilaterais entre a China e muitos dos Estados membros da ASEAN. São 6 os Estados membros que circundam o mar da China e que com ela fazem fronteira. As contrapartidas de um mar partilhado têm muito a favorecer a um conjunto de países que veem no comércio marítimo grande fonte de rendimento. Veja-se que Mianmar e Laos fazem fronteira terrestre com a China; o mesmo mar atravessa as Filipinas. A Tailândia encontra-se ali encaixada virada também ao mar da China, e portanto, faz sentido que possam exercer maior pressão para que a questão se resolva.

Apenas por estes dois quadros políticos e de segurança, percebemos os focos de tensão quer a norte, quer a sudeste da Ásia.

Para rapidamente terminar, que já me vou estendendo, proponho que pensemos no ARF – aquele conglomerado de países que se estende por todo o mundo – como o trampolim para uma potência de segurança regional que se afirma

⁴ O Seminário foi realizado a 17 de maio de 2018. A 15 de maio de 2018 foi anunciado o cancelamento da Cimeira entre Coreia do Norte e EUA em Singapura. Desta forma, a região deparou-se com novos problemas diplomáticos.

na Ásia e daí eu ter mencionado a China.

O século XXI é visto como o século da Ásia: o grande palco dos acontecimentos mundiais e um exemplo de desenvolvimento estável. Já o foi no virar do século. Quinze anos depois voltou a centrar as atenções em si por causa da Coreia do Norte. Paralelamente, o pulsar da China é contínuo e permanente. As recentes decisões do Partido Chinês darão ao país novo âmago para unificar a Ásia, tirando dela o maior proveito possível e desenvolvendo os que a ela – China – se mostrem recetivos e cooperantes.

Do outro lado do globo, os EUA estão bem longes da Ásia. Irão manter-se assim nos próximos anos, quer pela política internacional que parecem defender; quer pelos problemas que enfrentam noutros pontos do mundo e onde as ameaças à segurança estão bem mais perto.

As duas grandes potências mundiais começam a concentrar-se na sua zona geográfica. A história assim o mostra. A forma de diplomacia apaziguadora do oriente não fará brotar confrontos e atos violentos entre as partes. A China está lá... a promover-se como fonte de boas práticas e assim caminhar – como um bloco – rumo ao ocidente.

Os EUA parecem ter maiores preocupações face a respostas violentas mais próximas geograficamente. De novo... as crises do ocidente proporcionam desenvolvimento e erupção do oriente.

Mais uma vez a história se repete.

Obrigada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Wikimedia commons (2018). ASEAN Regional Forum Map [Página online]. Retirado de commons.wikimedia.org/wiki/File:ASEAN_Regional_Forum_Map.png



3. A DESNUCLEARIZAÇÃO COREANA E O ORGANISMO DO KEDO

Tiago Pereira Chaves

Licenciado em História

Discente da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança, FCSH-IUM-IDI

iChaves@live.co.uk

Deixem-me antes de entrar no assunto, agradecer, de forma particular, o convite do Embaixador José Duarte, aqui presente, para a realização desta comunicação, que muito me sensibiliza e muito me honra. Por isso, muito obrigado.

3.1. INTRODUÇÃO

Entrando no que hoje me trouxe aqui, o tema da minha comunicação centra-se na Desnuclearização Coreana e no Organismo do KEDO. Desde a formação da República Popular Democrática da Coreia (RPDC) em 1945 até aos dias de hoje, as ligações entre o regime de Pyongyang e o resto da comunidade regional e internacional têm sido feitas com base em desconfianças mútuas. A raiz da questão remonta à Guerra da Coreia (1950-1953), e atualmente, apesar do Armistício assinado em julho de 1953, ainda não existe um Acordo de Paz que consolide uma maior cooperação entre as partes. O grande problema centra-se na questão nuclear. Iniciados esses programas de proliferação nuclear em solo norte-coreano na década de 1960, fruto do forte auxílio soviético, o desenvolvimento nuclear e balístico, por parte da RPDC, no entanto, já teve momentos de maior harmonia com as referidas comunidades. A sua entrada para o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, em 1985, a assinatura bilateral do *Agreed Framework*, em 1994, com os EUA, e a consequente aceitação do KEDO, em 1995, são exemplos disso mesmo.

Esta comunicação pretende, portanto, explorar esse processo de desnuclearização norte-coreano que surgiu desde a assinatura do *Agreed Framework*, em 1994, até ao encerramento da Organização do KEDO, em 2006. A ideia é demonstrar como esta Organização Multilateral contribuiu, de certa forma, para um crescente pacifismo, desnuclearização e cooperação entre os diversos atores, tendo como centro de gravidade a Península Coreana. No fundo, tenciono estabelecer ligações entre o passado e o presente, projetando o futuro, com vista a percebermos como o modelo da Organização para o Desenvolvimento Energético da Península Coreana pode abrir caminhos para um acordo de paz mais abrangente, utilizando a energia como uma salvaguarda para levar a paz à referida Península.

Deste modo, e num primeiro momento, surgirá um breve enquadramento histórico, com ênfase para o documento assinado entre os EUA e a RPDC, em 1994. De seguida, num segundo momento, seguir-se-á uma análise à Organização do KEDO, aos seus membros, à sua estrutura e ao seu financiamento. E, por último, numa terceira etapa, uma análise aos acontecimentos mais destacáveis que o KEDO teve no processo de desnuclearização norte-coreano, e como podemos interligar esse passado com o tempo presente.

3.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A cimeira entre o líder norte-coreano, Kim Jong-Un, e o Presidente Sul-Coreano, Moon Jae-In, que ocorreu no final do mês de abril, abriu um novo capítulo nesta caminhada histórica e deixou parte do mundo espantado. Um dos regimes mais fechados do mundo concordou em cooperar, desnuclearizar e pacificar a Península Coreana. Ninguém pode negar a importância deste encontro, onde duas nações divididas há décadas estão atualmente a negociar o fim das hostilidades. A História, contudo, demonstra-nos que todo este cenário não é novo.

No final do século passado, mais concretamente em 1991, os líderes da RPDC e da RPC assinaram a Declaração Norte-Sul sobre a Desnuclearização. Este documento garantia um regime de não proliferação e um acordo de inspeção bilateral na já referida Península. No entanto, o contexto global à época era de colapso da União Soviética (URSS). A RPDC fazia parte, tal como afirmou Fernando Rosas, desta “onda vermelha”, de quem dependiam bastante, sobretudo a nível militar e económico. Não esquecendo, todavia, que os norte-coreanos nunca se estabeleceram como um país marxista-leninista, na medida em que nunca houve uma substituição do ideário político por uma religião. A denominada Juche representa uma divinização do líder e uma autossuficiência em várias vertentes. A verdade é que o fim do sonho soviético (1989-1991) aliou-se a um período de enormes cheias em solo norte-coreano, levando centenas de milhares de cidadãos a morrerem de fome. Os fornecimentos soviéticos de regime Barter – que consistia na troca de produtos ou serviços – chegava ao fim e a energia deveria agora ser paga numa moeda pouco abundante nos cofres de Pyongyang: o dólar. Em resultado, o regime norte-coreano, aproveitando os conhecimentos de muitos especialistas soviéticos, viu no fomento das ogivas nucleares um caminho de futuro. Estamos a falar de uma questão de segurança e de sobrevivência, que Kenneth Waltz referiu serem as bases de um Estado. As entidades de Pyongyang, neste sentido, logo em 1993 proibiram a realização de inspeções em seu território à Agência Internacional de Energia Atómica. Os alertas para o exterior soaram, mas tocariam ainda mais alto quando no ano seguinte, em 1994, surge uma descarga de combustível nuclear

de um reator de 5 megawatts no centro de pesquisa de Yongbyon.

A administração norte-americana, preocupada, enviou o seu antigo presidente, Jimmy Carter, a Pyongyang, em julho daquele ano, com o intuito de aliviar as tensões. A administração Clinton acreditava que era necessário entrar numa diplomacia bilateral, numa primeira fase, e, num segundo momento, estender o braço diplomático a outras potências interessadas. A assinatura do Agreed Framework, em outubro de 1994, entre os EUA e a RPDC foi exatamente nesse sentido. O documento indicava que as autoridades da RPDC congelariam e encerrariam os seus programas nucleares e suspenderiam os Centros de Pesquisa Nucleares de Yongbyon e Taechon. Em contraponto, os EUA comprometiam-se a construir dois reatores de água leve com capacidade máxima de 2 mil megawatts na RPDC. Esta, por seu turno, ainda aceitava receber em troca recursos financeiros e entregas de energia alternativa na forma de óleo pesado a 500 mil toneladas métricas por ano, até à construção do primeiro reator de água leve. Para que tudo isto fosse aplicável, os EUA asseguravam a liderança de um organismo internacional para que os mesmos pudessem ser financiados. Os objetivos eram, assim, os seguintes:

- Assegurar o aquecimento e a produção elétrica à RPDC;
- Garantir a paz e a segurança na Península Coreana;
- Respeitar o Tratado de Não Proliferação;
- Aliviar as tensões entre os EUA e a RPDC;
- Aplicar a Declaração Conjunta sobre a Desnuclearização da Península,

assegurando uma coexistência pacífica e cooperativa entre as duas Coreias.

Com tudo isto, o Programa do KEDO trazia, portanto, algum otimismo e respondia às necessidades dos atores em questão. Sediada em Nova Iorque, a Organização do KEDO iniciou oficialmente funções a 9 de março de 1995.

3.3. ORGANIZAÇÃO DO KEDO

3.3.1. Estados Membros

Esta organização contou, deste modo, com o apoio inicial dos EUA, do Japão e da República da Coreia. Estes três membros fundadores formaram o órgão do Conselho Executivo. Contudo, tal como constava na Constituição da Organização, a entrada de outros Estados e organizações internacionais era possível. Neste sentido, representações desde a Nova Zelândia, passando pela Indonésia ou pela União Europeia até ao Canadá fizeram-se sentir, dando origem a um total de 13 representações, para além de outras 19 contribuírem financeiramente e materialmente, apesar de não fazerem parte do organismo.

3.3.2. Estrutura Organizacional

Estruturalmente, o KEDO estava dividido em 5 órgãos. O Conselho Executivo, por um lado, constituído pelos membros fundadores, mas também pela EURATOM, tinha o poder de estabelecer as regras e os regulamentos para que o organismo pudesse cumprir os seus objetivos. Por outro lado, a Conferência Geral, composta por todas as representações, funcionava como um fórum de discussão e deveria enviar relatórios com recomendações de políticas a seguir ao órgão referido anteriormente. A Direção Executiva, por seu turno, tinha a responsabilidade de gerir os recursos humanos do organismo, desde orçamento, contratos, financiamentos e projetos, sempre sob a tutela do Conselho Executivo. Os Comitês Consultivos, falando claramente do Comité para os Projetos de Reatores de Água Leve e do Comité para o Fornecimento de Energia, deveriam enviar recomendações e informações relativas a projetos ao Conselho Executivo. E, por último, o Secretariado, que desempenhava um papel central na operacionalização da sede da Organização em Nova Iorque.

3.3.3. Financiamento

Para que tudo isto funcionasse, era necessário um orçamento. Preparado pela Direção Executiva e aprovado pela Comissão Executiva, os fundos surgiram de doações voluntárias de cada Membro, mas também de entidades privadas e públicas. Segundo dados de 2005, os principais financiadores foram a República da Coreia, o Japão, os EUA e a União Europeia.

3.4. DESNUCLEARIZAÇÃO COREANA

3.4.1. Primeira Fase

Os primeiros anos até 2002 estabeleceram-se por uma política dirigida à implementação dos acordos estabelecidos e de protocolos necessários para assegurar a segurança laboral em solo norte-coreano. O KEDO alcançara aquilo que tinha colocado como objetivos vitais do seu organismo, e as partes cumpriram o acordado. O sucesso foi de tal ordem que alguns observadores ficaram admirados com os seus resultados.

Tudo parecia simples, mas as divergências não tardaram a aparecer. Logo nos dois primeiros anos, a Rússia, que no tempo da URSS ajudara a desenvolver a sua investigação nuclear e que desde 2000 tem tentando entrar de novo no xadrez coreano, queria fornecer os novos reatores, enquanto os EUA apostavam em reatores fabricados na Coreia do Sul, “sob licença norte-americana”. A RPDC, por sua vez, preferia reatores da marca Siemens, fabricados na Alemanha. A União

Europeia não tinha grandes ligações diplomáticas com o regime de Pyongyang e, tal como consta no artigo do Jornal Expresso, titulado “Tão amigos que nós éramos”, em que o Embaixador José Duarte dá um grande contributo, a política externa comum a nível europeu já começava a fragmentar-se. A verdade é que, após diversas discussões, a *Korean Electric Power Cooperation*, empresa sul-coreana, ficou de vez com o projeto de fornecimento de material LWR ao regime de Pyongyang.

Este episódio juntamente com um incidente em 1996 com um barco norte-coreano que ficou preso em águas sul-coreanas e levou à imediata suspensão do projeto LWR, em linha com o lançamento de um míssil Taepodong pelos norte-coreanos, em 1998, que levou a uma condenação internacional e a uma ameaça japonesa de rasgar o financiamento do KEDO, são exemplos de como a regra de relacionamentos entre as partes sempre foi de desconfiança mútua, e mesmo num contexto de cooperação não deixaram de existir.

E este sentimento entrou ainda com mais força no advento do novo século XXI. O presidente Bill Clinton, é verdade, face a este clima constante de desconfianças, chegou mesmo a garantir ao Congresso dos EUA que a RPDC estava a cumprir o acordo estabelecido, só que o que viria a seguir tornava o projeto inevitavelmente oco.

Apesar de Madaleine Albright, secretária de Estado norte-americana, ter visitado Pyongyang e ter assinado dois acordos, ainda sob segredo, mas que Albright revelara no seu livro, em que ela e Kim Jong-Il chegaram a um entendimento bastante bom, sobretudo na suspensão de venda de mísseis à Síria e ao Irão, a verdade é que Bush chegara ao poder e a influência norte-americana no organismo nunca mais seria a mesma, sobretudo após os ataques de 11 de setembro de 2001.

No célebre discurso do Estado da União, em janeiro de 2002, Bush estabeleceu o Irão, o Iraque e a RPDC como os três pontos estatais de patrocínio do terrorismo. Apesar de não haver ligações diretas entre Pyongyang e a Al-Qaeda, a verdade é que a administração Bush sempre considerou a cooperação estabelecida com as autoridades de Pyongyang inaceitáveis e havia que tomar medidas no sentido de isolar aquele regime, até que pudesse colapsar sozinho. Em outubro de 2002, James Kelly, secretário de Estado adjunto norte-americano, decide viajar até Pyongyang e confrontar as forças norte-coreanas com as informações que possuía. Até hoje não sabemos que informações eram essas, mas a administração Bush defendeu a tese de que o programa secreto nuclear da RPDC estava ainda em curso.

Consequentemente, o Conselho Executivo do KEDO suspendeu o fornecimento de óleo pesado e congelou a construção dos reatores LWR por um

período de um ano até que fossem asseguradas garantias que a RPDC cumpriria as normas estabelecidas. Em resposta, as forças norte-coreanas proibiram mais inspeções da AIEA no complexo de Yongbyon e anunciaram a saída do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). O projeto entrou assim em declínio e o fomento nuclear e balístico norte-coreano, até à data, têm-se consolidado.

3.4.2. Segunda Fase

A segunda fase do organismo pautou-se pelas tentativas do Six Party Talks em assegurar o status quo da península e o regime de não proliferação nuclear. Ineficientes, tal como foi visível numa comunicação que me precedeu, em 2005, os EUA decidem manter o seu nome no organismo. Na prática já não pertenciam à instituição que haveriam ajudado a criar. No ano seguinte, em 2006, o KEDO retira todo o seu corpo laboral de solo norte-coreano, encerrando, deste modo, os projetos em curso. Era, assim, o fim da Organização do KEDO.

3.5. CONCLUSÕES

Desde então até à data, o poderio nuclear e balístico da RPDC, sobretudo após a chegada ao poder de Kim, em 2011, tem vindo a consolidar-se. Em novembro de 2017, por exemplo, o regime de Pyongyang garantiu possuir um míssil balístico internacional capaz de chegar aos EUA. Não conhecemos a veracidade destas informações, mas o que sabemos é que estes programas consomem grandes recursos e a estrutura económica do país é fraca, onde as sanções económicas impostas pela comunidade internacional não têm ajudado.

Estamos a falar de uma região, o nordeste asiático, onde a energia e a geopolítica estão profundamente interligadas e a RPDC não é exceção. A sua forte dependência de carvão e energia hidroelétrica causam graves falhas na distribuição de energia primária e no estabelecimento de combustível para os meios de transporte. A necessidade de combater essas deficiências e promover a sua indústria e agricultura, para além da defesa da sua base estatal, tal como defendeu Kenneth Waltz, são alguns dos pontos que levam as entidades norte-coreanas a fomentar as suas capacidades de energia nuclear.

O corpo do KEDO, apesar de tudo, é um modelo referencial que pode solucionar crises como esta. Esta espécie de Nações Unidas conseguiu uma preservação do regime de não proliferação nuclear, uma modernização das infraestruturas norte-coreanas, um congelamento do poderio nuclear norte-coreano, uma manutenção da paz e da segurança na Península Coreana e uma forte cooperação de Pyongyang com Washington, Seul e Tokyo.

A recente cimeira entre os líderes do Norte e do Sul quis passar a mensagem de que os objetivos finais das negociações em curso são aqueles que, em parte, o organismo do KEDO conseguiu atingir. Temos visto diversos encontros bilaterais, mas será que isso chega? Não nos podemos esquecer que estamos a falar de atores muito diferentes, com objetivos estratégicos que, por vezes, colidem. Os últimos desenvolvimentos são prova disso. Um novo acordo não tem que seguir as diretrizes do passado, pois o contexto global também é diferente. Mas a verdade é que o KEDO, apesar de todos os seus defeitos, continua a ser uma referência de organismo multilateral de resolução de conflitos como este. O seu desconhecimento pela sociedade, em geral, todavia, torna toda esta questão ainda mais complexa.

Nenhum de nós sabe o futuro, mas o que temos a certeza é que não é com fogo e fúria como nunca antes visto que a solução é atingida. A diplomacia do KEDO é assim urgente no contexto atual.

Obrigado.



4. UMA NEGOCIAÇÃO SEM BATNA

José Duarte de Jesus

Embaixador Jubilado

Doutorado em História das Relações Internacionais

Docente da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança, FCSH-IUM-IDI

duarte.jesus@sapo.pt

Se, por um lado, as negociações iniciais para implementar o Programa KEDO, trouxeram, pelo menos, a suspensão da produção de plutónio por parte de Pyongyang, por outro lado, concluímos que todas as negociações, declarações mais ou menos violentas, ou mesmo ameaças, durante décadas não levaram a sítio nenhum. Muito embora o mundo seja diferente e novos atores internacionais tenham surgido, o grande problema da Coreia do Norte, relativamente ao mundo global e ao mundo regional, tem continuado, até há muito pouco tempo, por resolver. Em suma tudo tem falhado.

As esperanças renasceram desde que recentemente tivemos a quarta nova cimeira inter-coreana e que a data e o local para a grande Cimeira entre Trump e Kim Jong-un foram publicamente anunciadas, para junho próximo.

As duas primeiras conclusões são que este problema não é suscetível de solução através de palavras, declarações e ameaças, sejam elas tão fortes como aquelas a que assistimos até agora, ou de soluções de caráter técnico, sejam ameaças de caráter militar ou económico. Estas, até há pouco tempo, só pioraram a situação e agravaram as tensões.

O problema sempre foi e é de natureza política.

O velho e notável estratega, Henry Kissinger, acaba de nos dizer, o que para nós nos parece óbvio: *“American as well as multilateral diplomacy on North Korea has been unsuccessful, owing to an inability to merge the key player’s objectives – especially those of China and U.S. – into an operational consensus”*⁵.

É nossa opinião que deveríamos, *a priori*, pôr de parte como solução possível, o recurso à força como alternativa válida. Diplomata que sou, estudioso das técnicas cada vez mais profissionais de negociação, como solução para resolver os vários tipos de conflitos de interesses, que caracterizam as relações internacionais num mundo cada vez mais global e complexo, apostaríamos numa rápida opção pela negociação.

⁵ Heisenbergreport (2018). *“Henry Kissinger imagines a Solution to North Korea”* [Página online]. Retirado de heisenbergreport.com/2017/08/12/henry-kissinger-imagines-a-solution-to-north-korea/

Felizmente, tudo, nesta ocasião, parece encaminhar-se nesse sentido e tudo leva a crer que podemos contar com a China.

Ao avançar para negociações, julgamos indispensável não acreditar que a negociação possa ser substituída ou ter uma natureza burocrática e dispormo-nos a partir do princípio que nada é inevitável numa negociação. Em primeiro lugar, muito embora se trate dum problema de ameaça nuclear, haverá que não esquecer que a natureza do problema a negociar é fundamentalmente político.

Durante a década dos 90 do século passado e no início deste milénio, as circunstâncias eram diversas.

Se, por um lado, o grande objetivo de Kim Jong il – pai do atual líder – era negociar com a primeira potência mundial, única forma de romper o isolamento e, com este diálogo, inserir o seu país no concerto das nações, queria igualmente neste contexto colocar a Coreia do Sul num plano subalterno. Isto foi-me repetidas vezes afirmado por Kim Yang nam.

A circunstância atual – sem alterar o objetivo principal de Pyong Yang – reside no facto de a Coreia do Sul, através de uma hábil diplomacia, ter invertido a ordem. Se conseguirmos que a Cimeira de 12 de junho, em Singapura, tenha êxito, muito se deve a Seul.

Mas ao abordarmos a questão negocial não podemos perder de vista o seguinte:

Em técnica negocial, um dos momentos mais importantes é aquele que hoje se designa por ZOPA (*Zone of Possible Agreement*).

Como Kissinger nos recordou, por outras palavras, no artigo que já referimos, até agora, durante décadas, nunca soubemos aproveitar ou ter consciência de ZOPAS que existiram realmente, e nunca foram aproveitadas.

Como a maior parte das negociações enfermaram pelo erro da falta de uma estratégia comum, estratégia que deveria decorrer de um objetivo comum, nunca houve preocupação de definir como alternativa máxima uma BATNA (*Best Alternative to a Negotiated Agreement*)⁶.

Para iniciar uma negociação desta natureza, em que o clima emocional e os “*a priori*” políticos dominam, em desfavor da racionalidade de uma estratégia global, haveria que procurar conceptualizar de uma forma o mais racional possível as BATNAs dos principais atores do nosso lado e definir racionalmente a BATNA da Coreia do Norte.

⁶ BATNA, conceito definido em 1981 por Roger Fisher e William Ury e hoje tido por essencial em várias escolas da Universidade de Harvard, nos seguintes termos: “É o único ‘standard’ que o pode proteger tanto de aceitar termos que lhe são demasiado desfavoráveis como de rejeitar outros que teria interesse em aceitar”.

Neste preciso momento, com a atual presidência americana, parece difícil definir a BATNA daquele país.

Como no final da década de 1990 e início da década de 2000, admitimos que a UE poderia e deveria emergir como ator neste problema de estratégia e segurança global.

Não devemos perder de vista, que um dos objetivos estratégicos de Pyongyang é negociar – em pé de igualdade política – para uma solução “win-win” – isto é conseguir dialogar com os Estados Unidos como parceiro e não como inimigo, colocando a Coreia do Sul como ator conjunto com outros países, como a China ou mesmo o Japão.

Ao constituir o grupo negocial da nossa parte, dois parceiros nos parecem importantes para integrarem este grupo, embora com posições e ZOPAS diversas, mas complementares: a China e numa segunda fase a União Europeia.

Também ousaríamos adiantar que deveríamos procurar focalizar e privilegiar como parceiro do outro lado, a figura de Kim Young nam e de outros, que ele eventualmente representa no seu país.

Nesta fase, os encontros de que se sabe ou outros havidos entre Kim Jong-un com Jin Ping, afiguram-se-nos de bom agouro.

Curiosamente num dos últimos discursos de Trump, ao referir a negociação com a Coreia do Norte, aludiu a três países fundamentais neste contexto e pela seguinte ordem: a China, a Coreia do Sul e o Japão.

Por fim, no âmbito desta especulação negocial, ainda nos permitiríamos adiantar, que o início desta negociação se deveria manter reservada e com maior intervenção diplomática e a menor intervenção político-emocional possível.

Ora também isto aconteceu, através da ida de Kim Jong-un a Pequim e de Mike Pompeo a Pyong Yang.

A grande conclusão, para além destas meras considerações sobre um possível modelo negocial, está no facto de que, com um modelo mais ou menos semelhante ao que aludimos, sem uma consciência clara e uma definição prévia da nossa BATNA, em contraposição com a BATNA de Pyongyang, difícil e perigosamente avançaremos.

Apostar numa implosão do regime da dinastia Kim, para um futuro próximo, talvez seja menos realista e talvez igualmente perigoso para a região.

No meio de tudo o que sabemos que se está a passar, não obstante a total não transparência dos verdadeiros objetivos estratégicos do Presidente dos Estados Unidos e da inconstância da sua linha de conduta a que nos habituou, com muita prudência avançaria que antevejo com alguma esperança o encontro de Singapura.

A estratégia de Pyong Yang parece-nos clara: abrir o país ao diálogo político e económico e com isso salvar a “dinastia Kim”.

Os objetivos da Coreia do Sul, do Japão e da região, em geral, também se nos afiguram evidentes. O arrefecimento de mais um foco de tensão internacional seria útil para o mundo.

E, por fim, a nosso ver, o facto de não se vislumbrar uma BATNA, permite antever com algum otimismo os acontecimentos que se vão seguir a curtíssimo prazo.

PARTE 2 - A DIMENSÃO SECURITÁRIA



5. AS FORÇAS DA COREIA DO NORTE NO ATUAL CONTEXTO DE CRISE NUCLEAR NA PENÍNSULA DA COREIA

José Maria Passanha de Muller e Sousa

Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais
Discente da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança, FCSH-IUM-IDI
mullerzm@hotmail.com

Foi-me incumbido de tratar neste fórum a caracterização da Força norte-coreana no momento presente, portanto, no contexto da atual Crise Nuclear da Península da Coreia.

Quando falamos da Crise Nuclear da Península da Coreia, estamos a referir-nos à insistência e determinação de Kim Jong-Un no desenvolvimento de um programa nuclear ilegítimo, à margem dos tratados internacionais, e contra a vontade da comunidade internacional, em particular dos seus Estados vizinhos e dos Estados-Membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Assim, esta é uma crise que envolve as grandes potências do nosso tempo, e um conflito complexo que será usado como uma peça fulcral no tabuleiro de xadrez internacional.

Apresentarei o tema da atual Força norte-coreana em três capítulos:

- Análise SWOT à Indústria de Defesa norte-coreana;
- Os principais programas militares de Defesa que estão a ser atualmente desenvolvidos pela Coreia do Norte;
- A Força norte coreana, quanto à sua natureza.

5.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Coreia do Norte foi o único Estado que efetuou testes nucleares no século XXI.

A Instituição Militar norte-coreana está no centro da vida política e económica do regime de Kim Jong-Un. Do ponto de vista político, a Coreia do Norte emprega a ideologia Songun que confere à Instituição Militar prestígio, importância e prioridade sobre os assuntos de Estado. Do ponto de vista económico, o desenvolvimento das Forças Armadas norte-coreanas constitui o principal investimento do regime. Apesar de não ser possível trabalhar com dados oficiais, estima-se que a Coreia do Norte empregue um terço do seu PIB na Indústria de Defesa, valor que pode chegar aos 56%, segundo estudos que contabilizam o mercado negro. No pico da 2.^a Guerra Mundial, a Alemanha empregava sensivelmente o mesmo valor em Defesa. Mas mesmo contabilizando as estimativas de gastos na ordem dos 30% em Defesa, vemos uma enorme diferença comparando os gastos de Estados-Membro da união Europeia, criticados pela administração Trump de não cumprirem o investimento

mínimo de 2% do PIB em Defesa, estipulado pela NATO. Assim, a Coreia do Norte apresenta as características das chamadas “Economias de Guerra”.

Passemos então à análise SWOT e vejamos forças e fraquezas, ameaças e oportunidades da Indústria de Defesa norte-coreana.

5.2. ANÁLISE SWOT À INDÚSTRIA DE DEFESA NORTE-COREANA

A principal força da Indústria de Defesa da Coreia do Norte é a clara aposta política e económica do regime neste setor, assente na política Songun e no prestígio da Instituição Militar. Outras forças são a unidade de comando em termos políticos e militares, na medida em que o líder do executivo é simultaneamente o Secretário-Geral do partido único e o Chefe Supremo das Forças Armadas; a quase autossuficiência da Indústria de Defesa norte-coreana em termos de produção; o número de efetivos das Forças Armadas, fazendo deste o 5º maior exército do mundo, constituído por 945 mil efetivos.

No que diz respeito às fraquezas, o elemento mais notório é a debilidade da economia norte-coreana e a sua dependência ao exterior, em particular a sua exposição à China, sobretudo num momento em que a Coreia do Norte é alvo de pesadas sanções económicas internacionais. Outras fraquezas da indústria de Defesa norte-coreana são o evidente subdesenvolvimento tecnológico, utilizando técnicas e meios que remontam à era soviética; e os elevados níveis de corrupção que comprometem a eficácia do sistema e a paz social.

Passando às ameaças, a maior ameaça à Indústria de Defesa norte-coreana é o aumento da hostilidade internacional devido à persecução do programa nuclear da Coreia do Norte. O isolamento internacional da Coreia do Norte, a condição de Estado pária, e o embargo económico internacional que impede a Coreia do Norte de exportar produtos militares, por exemplo, constitui uma ameaça para a própria sobrevivência do regime. Há ainda a questão incontornável de uma grave crise humanitária de refugiados associada à falência do regime.

A maior oportunidade da Indústria de Defesa da Coreia do Norte é a obtenção de tecnologia nuclear passível à sua comercialização. Ainda respeitante aos ganhos económicos, a aposta na Indústria de Defesa permitirá a exportação de armamento para atores estatais e não estatais, como o grupo palestiano do Hezbollah, ou grupos na Síria, Irão e Uganda.

Neste capítulo, entendemos a centralidade da Indústria de Defesa norte-coreana pela forte aposta política e económica do regime neste setor e a debilidade da economia deste país resultado do isolamento internacional. O regime de Pyongyang é, por isso, extremamente dependente da sua Indústria de Defesa.

5.3. OS PRINCIPAIS PROGRAMAS MILITARES DE DEFESA

Passemos agora uma revista aos principais programas militares de defesa desenvolvidos atualmente por Kim Jong-Un:

- O Programa de Submarinos de Classe Balística Sinpo / Gorae, os submarinos mais desenvolvidos e modernos, totalmente produzidos pela Coreia do Norte. Disparam mísseis balísticos a 15 metros de profundidade, um pouco aquém dos 50 metros conseguidos pelos submarinos mais modernos.

- O Programa de mísseis balísticos lançados de submarino KN-11 ou Pukkuksong-1. Estes mísseis têm um alcance de 1200 quilómetros.

- O famoso Programa de Mísseis Balísticos Intercontinentais ICBM na sigla em inglês conhecidos por Taepodong-2, testados 6 vezes até à data, são estes os mísseis que poderão transportar as ogivas nucleares norte-coreanas. No total aproveitamento das suas capacidades, os mísseis podem alcançar os 15 mil quilómetros, podendo atingir Lisboa ou Washington. No entanto, os especialistas afirmam que os norte-coreanos ainda não dominam a tecnologia de reentrada dos mísseis na atmosfera.

- O Programa de Desenvolvimento de Veículos de Lançamento Espacial – Unha. Nesta área, a Pyongyang afirma ter colocado em órbita um satélite de observação da Terra, em 2016.

- Por fim, o motivo pelo qual estamos hoje nesta sala num seminário sobre as Coreias, o Programa Nuclear, suspenso desde 20 de abril 2018 por ordem do líder norte-coreano. Até à data, foram realizados 6 testes: o primeiro em 2006 e o último em setembro 2017. Segundo o Instituto de Geociência Alemão, o último ensaio nuclear correspondeu a uma bomba de 100 quilotoneladas e provocou um sismo de 6,1 na escala de Richter.

Outros dois programas que merecem a nossa atenção são o desenvolvimento de capacidade cibernética – que constituirá uma vantagem pela natureza assimétrica da ameaça que representa – e o investimento em Forças Especiais que permitirão uma capacidade de ataque mais desenvolvida.

5.4. A FORÇA NORTE-COREANA, QUANTO À SUA NATUREZA

Analisemos agora a Força norte-coreana quanto à sua natureza. Como sabemos, a Força diz respeito ao conjunto dos fatores morais e materiais que o Estado pode utilizar. É, portanto, o elemento que é revelado quando exercemos o poder; é a face visível do Poder.

Começando pela análise das Forças materiais à disposição do Estado norte-coreano, podemos medi-la em função da Força Humana, Força Aérea, Força Terrestre, Força Marítima, Recursos Naturais e Logística.

Não pretendendo ser demasiado exaustivo neste ponto, e começando pela Força Humana, a Coreia do Norte tem uma população de 25 milhões de habitantes, dos quais 945 mil soldados no ativo – sendo este o 5º maior exército do mundo nesta categoria – 5,5 milhões de soldados na reserva que podem ser empregues a qualquer altura, e ainda 13 milhões de homens e mulheres disponíveis a integrar no exército.

Em Força Aérea, no total, Kim Jong-Un tem à sua disposição 944 aeronaves, das quais 458 aviões de caça, 100 aeronaves de transporte, 202 helicópteros de combate, entre outras. A Força Terrestre é composta por 5 mil e 25 carros de combate, 4 mil e 100 veículos de combate blindados, 2400 lançadores de rockets, entre outros. Em Força Marítima, Pyongyang conta com uma marinha muito poderosa constituída por 11 fragatas, 2 corvetas, 76 submarinos (apesar de muitos poderem estar obsoletos, constitui o maior conjunto do mundo detido por um único Estado); 438 embarcações de patrulha (novamente, líderes mundiais nesta categoria).

Apesar da Coreia do Norte ser um estado rico em recursos energéticos, o regime de Kim Jong-Un não possui a tecnologia que permitiria ao aproveitamento do enorme potencial energético. Este facto torna o regime norte-coreano bastante dependente energeticamente do exterior.

Em Força Logística, a Coreia do Norte conta com uma mão-de-obra composta por 14 milhões de homens e mulheres, 8 portos principais, 25 mil km de estrada e 82 aeroportos funcionáveis.

No capítulo da Força Imaterial, a Coreia do Norte demonstra uma força considerável no que diz respeito às Forças Morais do seu regime, sendo que emprega uma visão Realista Ofensiva das Relações Internacionais, de maximização do poder (ou neste caso, de maximização de capacidades militares), e baseia-se numa ideologia de autossuficiência – Junche – que traduz o princípio realista de autoajuda na medida em que, no limite, a Coreia do Norte poderá contar apenas com as suas próprias capacidades para sobreviver.

A ideologia Songun coloca a Instituição Militar no centro da organização política, conferindo-lhe um prestígio aspiracional entre a população e as elites. O patriotismo nacionalista, o Partido Único e uniformização de ideias e de valores políticos, e o isolacionismo internacional, são outros fatores que compõem a Força Moral do atual regime norte-coreano.

Concluindo, fruto da sua posição geográfica – localizada numa península de alta densidade populacional – a Força da Coreia do Norte reside sobretudo no número de efetivos do seu exército e na Força Naval. Sendo o Poder relativo (aos adversários) e situacional, poderemos ainda observar que a Coreia do Norte detém uma força moral aparentemente superior à dos Estados intervenientes na atual Crise Nuclear da Península da Coreia.

5.5. CONCLUSÃO

Ao longo da apresentação falámos de três temas principais, dos quais induzimos as seguintes tendências:

- A relação de extrema dependência do regime norte-coreano face à sua Indústria de Defesa, e a ameaça que o isolamento internacional representa à sobrevivência desta Indústria e, conseqüentemente, à própria sobrevivência do regime;

- O investimento em Defesa está a produzir grandes programas militares, conferindo à Coreia do Norte uma grande capacidade de ataque;

- A Coreia do Norte tem um grande número de efetivos e uma poderosa Força Naval, mas a sua principal Força reside na preparação moral do regime.

Feitas as constatações, poder-se-á concluir que é na Indústria de Defesa da Coreia do Norte que, por um lado, reside uma das principais forças do atual regime norte-coreano, dadas as suas características de uma “economia de guerra” e o investimento em programas-chave de Defesa. Por outro lado, é também na Indústria de Defesa que reside o calcanhar de Aquiles do regime de Kim Jong-Un, por estar demasiado dependente de atores externos.

O regime norte-coreano parece-nos forte em termos morais e materiais. Não nos parece, no entanto, que possa gozar de tranquilidade no que diz respeito à manutenção no futuro do seu objetivo de sobrevivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Business Monitor International (2017). *North Korea Defense and Security Report*. Retirado de bmo.bmiresearch.com

Global Fire Power 2017 (2017). *North Korea Military Strength*. Retirado de www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp

Jornal Observador (2017). *Tudo o que precisava de saber sobre a Coreia do Norte, e nem sabia como perguntar* [Vídeo]. Retirado de observador.pt/videos/conversas-2/tudo-o-que-precisa-sabersobre-a-coreia-do-norte-e-nem-sabia-como-perguntar/



6. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: OPÇÕES DE RESPOSTA MILITAR

João Manuel Pinto Correia

Tenente-coronel de Engenharia

Doutorando em Relações Internacionais

Docente da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança, FCSH-IUM-Idi
correia.jmp@ium.pt

6.1. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende avaliar as possíveis Opções de Resposta Militar (ORM) ao dispor dos Estados Unidos da América (EUA) na crise que mantêm com a Coreia do Norte (DPRK)⁷ devido ao estado de desenvolvimento do seu programa nuclear. Isto, porque cabe ao instrumento militar estudar e planear as melhores opções, a executar se necessário, e sempre num quadro de validade estratégica. É isso que se propõe de seguida.

Em janeiro de 2017, quando Trump chegou à Casa Branca, já pouco havia a fazer para impedir a *quasi* finalização do programa nuclear da DPRK. Perante uma retórica de hostilização mútua, Trump limitou-se a endurecer o discurso, particularmente na Assembleia Geral das Nações Unidas – o palco dos palcos, esperando que isso restabelecesse⁸ a credibilidade norte-americana junto da Comunidade Internacional (CI) e, com esta, a dissuasão⁹. Chegava-se a uma fase em que se impunha a criação de ORM, a utilizar isolada ou complementarmente aos restantes instrumentos de poder.

Numa revisão pela literatura, pudemos observar que existe um conjunto variado de análises no que concerne às ORM. Porém, uma das críticas que podemos

⁷ DPRK - *Democratic People's Republic of Korea*.

⁸ Algo que havia sido afetado com a administração Obama na gestão das crises síria e norte-coreana. A forma como Trump abordou a crise na Coreia do Norte, levou Dershowitz, professor de Harvard, a referir que este tem mais credibilidade que Obama com a DPRK. Disponível em: <https://www.realclearpolitics.com/video/2017/08/12/dershowitz_trump_has_more_credibility_than_obama_with_north_korea.html>, [Consult. em 12 de janeiro de 2018].

⁹ A dissuasão, particularmente a sua versão punitiva (*deterrence*), assumiu-se como o “conceito mestre” da Guerra Fria e, embora pudesse basear-se também em meios convencionais, foi a dimensão nuclear e os seus potenciais efeitos que mais desafiaram a postura político-estratégica dos blocos em confronto. O peso das armas nucleares fez emergir nomes como Schelling, que teorizou sobre a “diplomacia da violência”. O termo “diplomacia” pressupõe um interesse em evitar o conflito recorrendo à coerção. A introdução das armas nucleares veio permitir que as guerras fossem ganhas sem combater, um aspeto ainda válido dependendo das circunstâncias e do contexto. Além de Schelling (*Arms and Influence*, 2008, pp. 1-34), outros autores como Brodie (*The Anatomy of Deterrence*, 1958) e (*Strategy in the Missile Age*, 1959), Khan (*The Nature and Feasibility of War and Deterrence*, 1960a) e (*On Thermonuclear War*, 1960b), Wohlstetter (*The Delicate Balance of Terror*, 1958), Snyder (*Deterrence and defense: toward a theory of national security*, 1961), Beaufre (*Dissuasion Et Stratégie*, 1964), Jervis (*Deterrence and Perception*, 1982-1983) e (*Deterrence Theory Revisited*, 1979) e Gray (*Modern Strategy*, 1999), (*Maintaining Effective Deterrence*, 2003) e (*Strategy for Chaos*, 2005), também se debruçaram sobre as teorias da dissuasão na Guerra Fria.

apontar a todas é a ausência de validação estratégica, em particular àquilo que se designa de provas da estratégia: adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade. Refira-se que, mesmo as opções que, à partida, possam ser menos prováveis devem ser consideradas, pois, de outro modo, como responderíamos à questão: E se a DPRK tomar a iniciativa de lançar um ataque preemptivo sobre os EUA, ou sobre algum dos seus aliados?

É o medo de uma resposta positiva a esta questão que leva a que o instrumento militar tenha que estar preparado para ser o “percursor da política por meios militares”. Neste contexto, entende-se que o problema de investigação é: “Que ORM com validade estratégica podem ser previstas para lidar com o conflito que opõe os EUA à DPRK, atendendo a todas as suas circunstâncias e condicionantes?”.

Para podermos prosseguir, importa discorrer sobre o que são ORM e o que é a validade estratégica. Para Bonn & Baker (*Guide to Military Operations Other Than War: Tactics, Techniques and Procedures for Stability and Support Operations. Domestic and International*, 2000, p. 348), uma opção militar é uma gama de respostas de forças militares que podem ser projetadas para realizar tarefas ou missões atribuídas. As opções incluem uma, ou a combinação, das seguintes: ação cívica, assistência humanitária, assuntos civis e outras atividades militares para desenvolver relações positivas com outros países; construção de confiança e outras medidas para reduzir as tensões militares; presença militar; ações para transmitir ameaças aos adversários, tais como projeção de forças; operações de deceção militar e operações psicológicas; quarentenas¹⁰, bloqueios e operações de provocação; invasões; operações de intervenção; conflito armado envolvendo operações aéreas, terrestres, navais e de guerra estratégica; apoio às autoridades policiais para combater atividades criminosas internacionais (terrorismo, narcotráfico, escravatura e pirataria); apoio às autoridades policiais para reprimir atos de rebelião; e apoio à insurgência, contrainsurreição e guerra civil em países estrangeiros.

A elaboração de ORM constitui uma das fases de qualquer processo de planeamento de operações e que decorre ao nível estratégico militar em estreita coordenação, ora com o nível político, ao qual responde, ora com o nível operacional de onde obtém uma avaliação num quadro de exequibilidade. As ORM serão escolhidas tendo por base as provas da estratégia, adequabilidade, aceitabilidade

¹⁰ A quarentena é uma medida de saúde pública eficaz que pode ter impacto em dois dos cinco pilares do *Counter-Chemical, Biological, Radiological, Nuclear, and Highyield Explosive* (C-CBRNE). Os cinco pilares são: prevenção da proliferação, a contra-força, a defesa ativa, a defesa passiva e gestão de consequências. A Quarentena implica medidas de defesa passiva e gestão de consequências (Miller, 2005, p. 2) e (Peck, 2007, pp. 8-11)

e exequibilidade. Assim, considera-se que: (1) uma ORM é adequada se permitir atingir os objetivos estratégicos e alcançar o estado final desejado, bem como se conseguir lidar com as condições operacionais, e ainda com a oposição e resistência do inimigo ou adversário, sem que daí resultem efeitos indesejados; (2) uma ORM é aceitável, se os benefícios/ganhos obtidos/alcançados superam os custos associados à opção. A análise deve identificar potenciais riscos, compromissos e custos que possam ser politicamente inaceitáveis; e (3) uma ORM é exequível se for viável dentro dos meios estratégicos que podem ser disponibilizados por uma determinada nação (Ministry of Defence of the United Kingdom, 2013, pp. 3-18).

De seguida, discorreremos sobre as ORM e as respetivas implicações. Concluimos que a validade estratégica recai apenas sobre as opções menos cinéticas.

6.2. AS OPÇÕES DE RESPOSTA MILITAR AO DISPOR DO EUA FACE À DPRK

O processo de confrontação entre os EUA e a DPRK torna-se possível ante os sinais de falha da diplomacia, bem como do insucesso das sanções. Além disso, tornam-se de certa forma claras as evidências de radicalização. Uma vez alcançado este patamar, fazendo uso do modelo de conflito de Diesing & Snyder (Conflict Among Nations Bargaining, Decision Making, and System Structure in International Crises, 1977), o próximo passo poderá ser a confrontação com os riscos inerentes.

Uma confrontação tem vários aspetos que devem ser levados em linha de conta. Em primeiro lugar, as circunstâncias de confronto. Seja com a DPRK não-nuclearizada, seja com a DPRK nuclearizada, devem atender a quem, de entre os contendores (EUA e DPRK) terá a iniciativa. O portador da iniciativa ditará o envolvimento, ou não, da China (Figura 9). Como vimos anteriormente, a China apenas intervirá no conflito caso os EUA tenham a iniciativa. Porém, há um indicador de que os EUA não pretendem o confronto. O teste de um míssil que sobrevoou o Japão, em 29 de agosto de 2017¹¹, poderia ter sido, no limite, encarado como uma “declaração de guerra” e interpretado pelos EUA como um ataque a um dos seus aliados, a quem se comprometeram conferir um chapéu nuclear, no quadro de um tratado de defesa mútua.

¹¹ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/aug/29/missile-passing-japan-wakes-to-ominous-warning-about-north-korean-launch>>, [Consult. em 14 de janeiro de 2018].



Figura 9 – Relação das Opções de Resposta Militar com o objeto da estratégia.

Para se perceber melhor o impacto de uma ação como esta, coloquemos a questão de outra forma. Ou seja, o que aconteceria, por exemplo, se um míssil japonês sobrevoasse a China numa circunstância idêntica? Como reagiria o regime chinês? Manteria a calma e a serenidade? Ou retaliaria ante a humilhação de um ato desta natureza? A resposta implícita a estas questões coloca-nos num conjunto de dilemas, não apenas para o presente, mas também para o futuro que lidará, certamente, com outros processos de nuclearização.

Uma situação de confrontação será sempre arriscada. Caso a confrontação se dê com uma DPRK sem capacidade nuclear e com os EUA a tomar a iniciativa, poderemos ter um conflito convencional em grande escala e com o envolvimento da China. Porém, a situação será ainda mais grave caso a confrontação se dê com uma DPRK nuclearizada. Neste caso, se os EUA tiverem a iniciativa, haverá um risco de ascensão aos extremos, pois, no mínimo teríamos três potências nucleares (EUA, China e DPRK) em guerra. Apesar destas relações de causa-efeito poderem antever efeitos catastróficos, não devem nunca ser colocadas de parte. Além disso, como vimos antes, o jogo deve ser pensado na condição de uma DPRK nuclear por falha da *deterrence*¹². Também o facto de assistirmos a um processo de conversações para a desnuclearização da DPRK, nos leva a admitir como prova suficiente de que a nuclearização foi alcançada.

Face a um estatuto de Estado nuclear restam duas opções no que concerne às formas de coação da dissuasão, a persuasão (*please do please do/do/estas são as nossas preferências*) e a *compellence* (*do or else/estas são as nossas imposições ou o nosso ultimato*). Ou seja, como não se impediu que um Estado desse um “passo em frente”, agora resta convencê-lo a recuar (persuadindo), ou obrigá-lo a recuar

¹² O poder das circunstâncias que levou a DPRK ganhar grau de liberdade que, de outra forma, não teria. Todo este processo impossibilitou, por exemplo um ataque preemptivo para obrigar o regime a parar uma determinada ação, a de nuclearização.

(compelindo). A escolha de cada um destes caminhos deve ter em linha de conta as suas consequências, bem como os fatores que estiveram associados à falha da *deterrence*. Quanto a possíveis causas da falha da *deterrence*, podemos elencar: (1) a forma aparentemente ligeira como a CI permitiu que a DPRK perseguisse com a atitude de desafio; (2) a inação da administração Obama, que, desde a transposição de uma linha vermelha por Assad, em 2013, ficou desacreditada quanto à validade das suas ameaças; (3) o deferimento tácito da China à consumação do programa nuclear norte-coreano; (4) a sobrevivência do regime; e (5) a forma como a DPRK contornou as sanções impostas pela CI.

A persuasão implica um sistema de recompensas para que o regime recue e abandone um estatuto de nuclearização. Porém, estas recompensas caem no domínio de outros instrumentos que não o militar e, ainda que este tenha um peso negocial, não foi suficiente para que se atingisse este ponto de situação. Desta forma, haverá que trabalhar na *compellence*, que tem por base a consideração de um conjunto de ORM. Antes de prosseguirmos, impõe-se trazer à colação um exercício que, na linguagem militar, se designa de jogo de guerra e que teve lugar em 2013, no Pentágono.

A ação simulada iniciaria com uma incursão na DPRK, por parte dos EUA, com aeronaves Bell Boeing V-22 Osprey, e partindo de solo sul-coreano. O objetivo era projetar forças norte-americanas ao longo da costa com o mar do Japão. De imediato, se constatou que a reação norte-coreana seria imediata e em forma de cerco, o que levaria a uma retirada. Seguir-se-ia uma incursão de forças terrestres dos EUA com a missão de chegar às infraestruturas nucleares¹³ instaladas junto às cidades. Esta ação seria acompanhada de lançamento de ajuda humanitária por aeronaves e com a finalidade de minimizar o impacto esperado do abandono das cidades por parte das populações. Seriam necessários 56 dias e uma força de 90 mil tropas para somente segurar as armas nucleares da DPRK. Bruce Bennett, um analista de defesa da Rand Coporation, refere que os EUA não estariam preparados para lidar com o colapso da Coreia do Norte e que para conter o arsenal nuclear do regime seriam necessários 200 mil militares, o que ultrapassa os números das intervenções do Iraque e Afeganistão no período mais exigente. Bennett adiciona que os EUA teriam que enviar um terço do exército norte-americano para lidar com as ADM do regime norte coreano. A DPRK tem cerca de cem locais relacionados com o programa de desenvolvimento de ADM. Mas não só! O desafio não seria somente segurar as infraestruturas de desenvolvimento de ADM. Seria,

¹³ Segundo Paul Mcleary, nos últimos anos a DPRK modernizou o seu programa nuclear e químico, tornando-se numa grande preocupação. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TJ0XI0e7zGo&feature=share>>, [Consult. em 01 de março de 2018].

igualmente, necessário enfrentar umas forças armadas regulares com cerca de 1,2 milhões de militares conjuntamente com uma força de operações especiais de 200 mil efetivos, preparadas para combater como guerrilha e capacitadas com táticas de insurreição.

Em síntese, os riscos de uma intervenção seriam elevadíssimos e de vários tipos. Ao nível militar convencional, poderiam, não apenas conduzir a uma derrota dos EUA, como também levar ao envolvimento de outros países da região, nomeadamente a ROK, o Japão e a China. Ademais, caso fossem utilizadas armas nucleares, os efeitos poderiam ser exponenciados, seja pelas possíveis ações contra-força (e seus efeitos) desencadeadas pelos EUA, seja pela hipotética ação da DPRK sobre os EUA, sobre a ROK ou sobre o Japão. Ao nível político, os EUA arriscariam a conduzir a CI para um clima de desconfiança, pois dificilmente (numa condição de iniciativa) assegurariam a concordância da China e da Rússia no CSNU. Ao nível económico, o mundo mergulharia no caos, uma vez que a região da Ásia-Pacífico é a que mais contribui para a economia mundial. Ao nível humanitário, a intervenção conduziria a uma catástrofe com milhões de deslocados e refugiados. Note-se que a DPRK tem uma dimensão pouco maior que o território de Portugal continental, mas onde habitam cerca de 30 milhões de pessoas. Muitas destas pessoas rumariam às regiões de fronteira (com a China, Rússia e ROK). Não foi por acaso que, numa fase anterior a setembro de 2017, mas de grande fricção entre os EUA e a DPRK, a China¹⁴ mobilizou 150 mil tropas para proteger a sua linha de fronteira com a DPRK, seguindo um procedimento idêntico ao da Rússia na região de Vladivostok.

Este exercício realizado pelo Pentágono lança um grande desafio na exploração e análise da aplicação do instrumento militar. Essencialmente, porque uma intervenção corresponde a uma ORM que deve ser equacionada quando um conjunto de opções menos cinéticas foram sendo colocadas de lado pela sua ineficácia. Em outubro de 2017, Mattis¹⁵ referia, além da via diplomática e económica, os EUA deveriam estar preparados para assegurar as opções militares a utilizar pelo Presidente se necessário. No quadro das ORM, podemos: (1) manter o *status quo* militar; (2) aumentar o *containment* e a *deterrence*; (3) bloquear acesso aos portos; (4) conduzir um ataque limitado destinado a: (4a) negar a utilização dos sistemas de aquisição e eliminação de alvos da DPRK capazes de ameaçar os EUA; (4b) eliminar os sistemas e as infraestruturas de lançamento de mísseis balísticos; (4c) eliminar as infraestruturas de produção e armazenamento de armas nucleares; (5) decapitar o regime; e (6) conduzir ataque em grande escala (faseado).

O que se pretende de seguida é analisar cada uma destas ORM com

¹⁴ Retirado de <https://www.newspakistan.tv/putin-sends-troops-russias-border-north-korea-tensions-grow-us/>

¹⁵ Retirado de <https://www.politico.com/story/2017/10/09/jim-mattis-north-korea-military-ready-243596>

o filtro das provas da estratégia, ou seja, da adequabilidade, aceitabilidade e exequibilidade (Figura 10). Para o efeito, recorre-se a um código de cores (verde, âmbar e encarnada). A cor verde está associada à inexistência de restrições, seja de meios, de riscos ou de efeitos. Por sua vez, a cor âmbar refere-se à existência de restrições (meios, riscos e efeitos), ainda que em quantidade limitada. No caso da cor encarnada, temos muitas restrições, algo que poderá ser impeditivo. A título de exemplo, a atribuição de um risco residual elevado na prossecução de uma ORM será suficiente para esta não ser adotada ou prosseguida, pois os ganhos seriam suplantados pelas perdas, sendo certo que nesta avaliação existem muitos aspetos de contexto.

Opções de Resposta Militar	Ends Ways Means		
	Adequabilidade	Acceptabilidade	Exequibilidade
1. Manter o <i>Status Quo</i> militar	S	S	S
2. Aumentar o <i>containment</i> e a <i>deterrence</i>	S	S	S
3. Bloquear acesso aos portos	■	■	S
4. Conduzir um ataque limitado:			
a. Negar a utilização dos sistemas de aquisição e eliminação de alvos da DPRK capazes de ameaçar os EUA;	■	■	S
b. Eliminar os sistemas e as infraestruturas de lançamento de mísseis balísticos;	■	■	■
c. Eliminar as infraestruturas de produção e armazenamento de armas nucleares.	■	■	■
5. Decapitar o regime	■	■	■
6. Conduzir ataque em grande escala (faseado)	■	■	■

Figura 10 – Síntese da validade estratégica das ORM dos EUA face à DPRK.

No caso da ORM # 1 - “Manter o *Status Quo* militar”, entende-se que a validade estratégica é total. Mesmo considerando que a DPRK é uma potência nuclear, o seu potencial dissuasor não é alheio à capacidade militar (cibernética, convencional e nuclear) dos EUA. Ou seja, apesar do estatuto de nuclear de ambas, a hierarquia mantém-se a favor dos EUA. A questão está em saber se este *status quo* é suficiente para conter a desafiador (DPRK) ou para o obrigar a desnuclearizar-se, já que o mesmo *status quo* (norte-americano) não impediu a mesma nuclearização.

Relativamente à ORM # 2 - “Aumentar o *containment* e a *deterrence*”, os considerandos são muito idênticos ao da ORM # 1. Porém, os propósitos desta ORM podem ser considerados falhados no contexto de uma DPRK nuclearizada. A menos que se pretenda assumir que os EUA e a DPRK vão entrar numa situação de

deterrence geral, por falha da *deterrence* imediata¹⁶, o que significaria que os EUA aceitariam o estatuto de potência nuclear da DPRK, algo improvável.

A ORM # 3 – “Bloquear acesso aos portos”, é exequível no que concerne aos meios envolvidos. Já no caso da adequabilidade, considera-se que o estado final desejado, neste caso a desnuclearização, não só não seria alcançado, como, ao traduzir-se num autêntico “cerco naval”, poderia levar a que o regime norte-coreano tomasse alguma ação bélica como retaliação, o que implicaria elevados riscos face aos ganhos. Além disso, esta ação poderia trazer graves consequências humanitárias para o povo norte-coreano, um efeito que, certamente seria aproveitado por Kim Jong-un.

A ORM # 4a “Conduzir um ataque limitado para negar a utilização dos sistemas de aquisição e eliminação de alvos da DPRK capazes de ameaçar os EUA” obedece a uma estratégia de negação. Do ponto de vista da adequabilidade tem restrições, uma vez que os EUA poderão ficar imunes aos ataques norte-coreanos, mas não os seus aliados, ROK e Japão, com os quais tem um Tratado de Segurança Mútua. Assim, no que se refere à aceitabilidade, considera-se que os riscos seriam muito elevados para os dois aliados dos EUA. Apesar destas restrições, a ORM seria exequível com os meios ao dispor dos EUA e a ação poderia ser circunscrita ao emprego de meios cibernéticos.

No caso da ORM # 4b “Conduzir um ataque limitado para eliminar os sistemas e as infraestruturas de lançamento de mísseis balísticos”, trata-se de uma estratégia contra-força no contexto das doutrinas da dissuasão. Esta variante da ORM # 4 é mais gravosa que a variante ‘a’. Apesar disso, em termos de adequabilidade, pode ter eficácia para proteger os EUA de um ataque, mas não confere essa proteção aos seus aliados, ROK e Japão. Já ao nível da aceitabilidade, os riscos residuais tenderão a ser elevados, uma vez que, um ataque desta natureza, não incapacitaria a DPRK apenas com uma investida. Em parte, pela capacidade de ocultação destes sistemas e, por outro lado, porque poderão existir algumas destas infraestruturas em aglomerados populacionais. Em consequência, além das implicações humanitárias já referidas anteriormente, esta “declaração de guerra” poderia levar a um ataque à ROK com recurso à artilharia disposta ao longo da fronteira que, além de ser invulnerável a qualquer fenómeno cibernético, existe em enorme quantidade. São milhares de peças de artilharia, e bastaria que 10 % atingisse Seoul para provocar uma catástrofe. Esta ORM seria exequível, ainda

¹⁶ A *deterrence* é geral ao regular a relação e o equilíbrio de poder com um adversário num período de tempo. É imediata quando este equilíbrio é colocado em causa e se equaciona um ataque e uma eventual retaliação (Morgan, 1977, pp. 28-29).

que com restrições de meios atendendo localizações dos sistemas e infraestruturas de lançamento. Ou seja, uma escolha pouco criteriosa dos meios para o ataque poderia fazer deslizar esta ação de um patamar de contra-força para um patamar de contra-valor.

No caso da ORM # 4c “Conduzir um ataque limitado para eliminar as infraestruturas de produção e armazenamento de armas nucleares”, existem algumas nuances que colocam esta opção num quadro mais gravoso que a anterior, uma vez que deixa à DPRK um maior número de graus de liberdade. É que, eliminar tais infraestruturas não cobre e eliminação dos sistemas de lançamento. Logo, se tais infraestruturas não forem eliminadas numa só investida, significa que o objetivo falhou em termos imediatos e haverá o risco de uma retaliação nuclear, inclusive sobre território norte americano. Esta escalada precipita-nos para a ORM # 6. Desta forma, os riscos residuais colocam esta opção fora do aceitável. No quadro da disponibilidade de meios para a operacionalização da ORM, as restrições são as mesmas que as identificadas para a ORM # 4b.

A “decapitação do regime” configura a ORM # 5. É um facto que esta ação traria grande impacto. No entanto, desconhece-se até que ponto, o regime não prosseguiria com os seus intentos. De entre as Forças Armadas e até do poder político, poderia surgir um continuador do regime, colocando em causa o estado final desejado. Ao nível do risco, tenderia a ser uma operação extremamente complexa dadas as restrições do regime, bem como o seu nível de controlo, o seu isolamento e, além disso, as consequências desta ação falhar o objetivo. Por todas estas razões, também se entende que em termos de exequibilidade, não obstante a disponibilidade, o emprego de meios seria condicionado.

Finalmente, temos a ORM # 6 “Conduzir um ataque em grande escala (faseado)”. Por todas as razões apresentadas para as ORM anteriores, considera-se que esta opção traria muitas restrições no contexto das três provas da estratégia. Desde logo, porque dificilmente os fins seriam alcançados sem que os EUA e os seus aliados sofressem pesadas baixas e que o planeta fosse empurrado para uma guerra de consequências incalculáveis.

Em síntese, podemos destacar que, de entre as várias ORM apontadas, apenas são válidas as quatro primeiras (1ª, 2ª, 3ª e 4ª na variante ‘a’). A opção # 4a poderá ter o benefício da dúvida, partindo do princípio que os meios empregues poderão ser não-cinéticos e que, desta forma, os riscos serão mais controlados. Note-se que, todas estas opções foram tratadas na circunstância de os EUA atuarem com a iniciativa do seu lado. Ou seja, na circunstância de uma retaliação, muito possivelmente, as opções consideradas seriam as que neste estão rotuladas como proibitivas, em concreto, as ORM # 4 nas suas três variantes, a ORM # 5 e a

ORM # 6. O que poderia acontecer, por exemplo, se num dos testes com mísseis lançados pela DPRK, um qualquer erro de cálculo, ou técnico, ou outro, ditasse a sua queda em solo japonês?

6.3. IMPLICAÇÕES

O estudo efetuado procurou integrar um conjunto de elementos e variantes que condicionam as várias ORM ao dispor de um qualquer decisor, seja ao nível militar, seja ao nível político. Até então, a academia e os vários especialistas, que se pronunciaram e discorreram sobre a forma de abordagem ao conflito que opõe DPRK à CI, particularmente aos EUA, apenas se haviam referido às opções, de forma mais ou menos sustentada, sem que estas fossem analisadas no contexto da matriz da estratégia e validadas de acordo com as suas três provas, adequabilidade, aceitabilidade e exequibilidade.

O filtro das provas da estratégia permite aos decisores militares remeterem para decisão política somente as opções válidas. E, mesmo as opções que são colocadas em último lugar estão associadas a restrições quanto aos fins (estado final), e/ou quanto ao risco residual, e/ou quanto aos meios envolvidos.

Por estas razões, esta investigação trouxe à colação uma abordagem mais completa das possíveis ORM, bem como o exercício que é feito no quadro do instrumento militar aos seus vários níveis (estratégico, operacional e tático). Mas não só! Esta investigação mostrou também o quão complexa é esta situação e o quão mais grave se pode tornar. Para que o processo de reversão de uma DPRK nuclearizada se dê, novas medidas por parte da CI, entre as quais a força militar, deverão ser equacionadas. Note-se que, a montante da operacionalização das opções militares, devem ser tentadas, “até à exaustão” ações de persuasão, que deverão envolver a China e a Rússia. Enquanto o processo de persuasão estiver em curso, as opções militares deverão funcionar como um género de “violência truncada” potencial. Para que esta (ameaça) funcione, os designados três C’s (credibilidade, comunicação e capacidade) da escola da dissuasão deverão estar presentes, bem como a racionalidade dos atores e a intenção.

6.4. CONCLUSÕES

Neste artigo, propusemo-nos avaliar as possíveis Opções de Resposta Militar (ORM) ao dispor dos EUA na crise que mantêm com a Coreia do Norte (DPRK). Concluímos que, de entre seis possíveis ORM, uma delas com três variantes, somente quatro têm validade estratégica: (1) manter o *status quo* militar; (2) aumentar o *containment* e a *deterrence*; (3) bloquear acesso aos portos; e (4 –

variante 'a') conduzir um ataque limitado destinado negar a utilização dos sistemas de aquisição e eliminação de alvos da DPRK capazes de ameaçar os EUA. Destas quatro, as duas últimas têm restrições ao nível do estado final pretendido, bem como dos riscos envolvidos.

Para alcançar os resultados obtidos, recorreu-se a um raciocínio dedutivo assente no conceito de ORM e a uma estratégia de investigação qualitativa. A validade estratégia das ORM foi obtida pelo filtro das provas da estratégia (adequabilidade, aceitabilidade e exequibilidade). Importa realçar que este filtro foi aplicado partindo do pressuposto de que a DPRK atingiu o estatuto de potência nuclear e, portanto, as opções destinam-se a atuar como *compellence*, enquanto forma de coação da dissuasão que, neste caso, pretenderá obrigar o regime a reverter o a condição de Estado nuclearizado (*do or else*). Porém, não obstante, apenas terem sido validadas quatro opções pelas provas da estratégia, as restantes continuam a ser uma "opção" ainda que com as várias restrições associadas. Não poderão nunca ser desconsideradas, pois, numa situação de retaliação, a ascensão aos extremos é sempre uma possibilidade, ainda que muito condicionada.

Como desenvolvimento futuro, seria importante desenvolver cada uma das opções em termos operacionais e táticos, com meios exclusivos dos EUA ou conjugados com meios, ora da Coreia do Sul (ROK), ora do Japão.

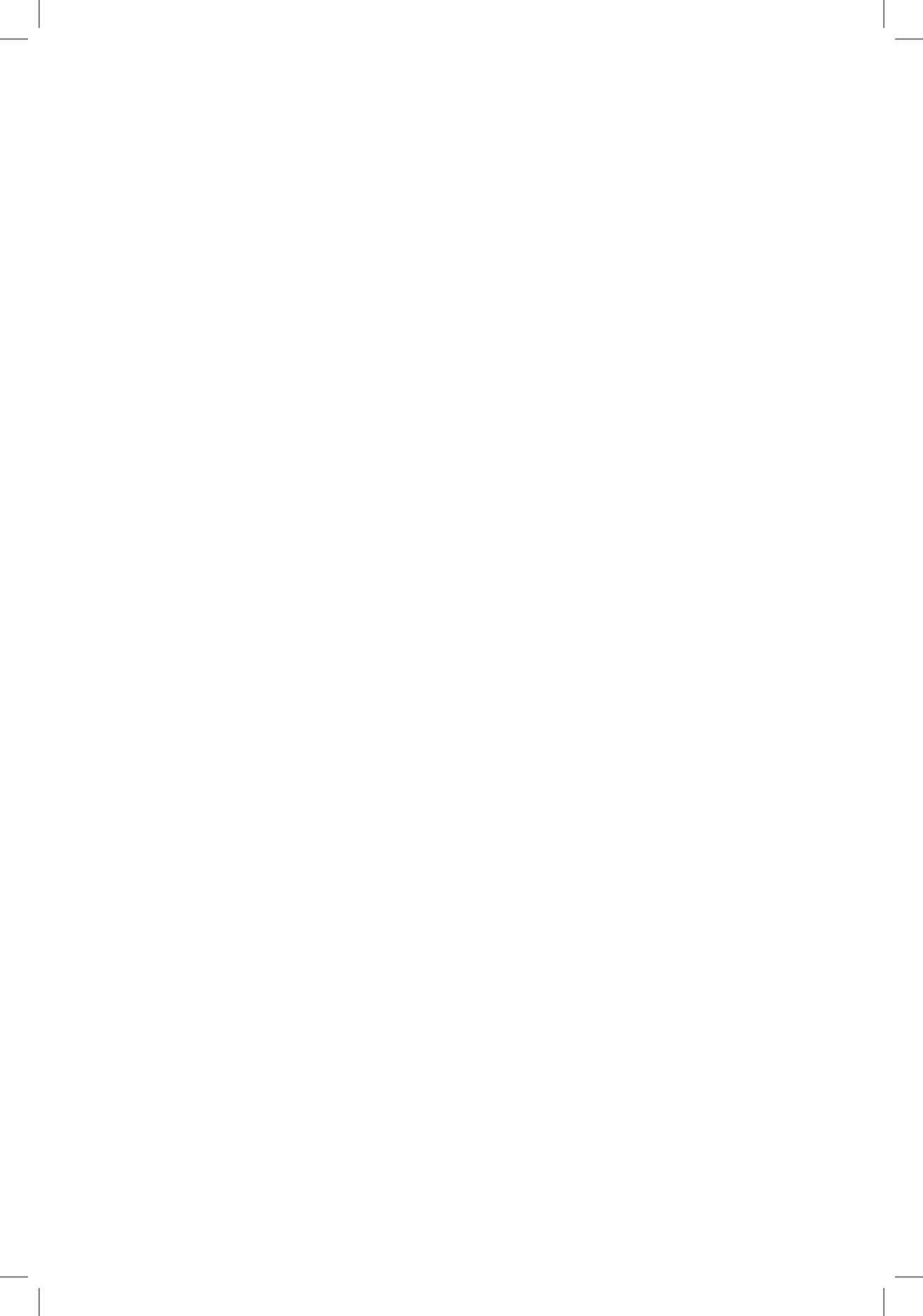
Em forma de síntese, urge referir o seguinte. A guerra não poderá ser a "continuação da política por outros meios" sem ORM. Porém, estas opções terão que ser racionais e atender à relação ganhos *versus* perdas, e numa perspetiva abrangente. Para Chomsky, nos dias que correm, o perigo de algum tipo de catástrofe nuclear é maior do que no período da Guerra Fria, e a maioria das pessoas ignora este perigo". Arma nuclear é uma arma irracional que só pode ser utilizada com pessoas racionais. A racionalidade do "jogo" esconde a irracionalidade das consequências de uma arma nuclear. A sua utilização efetiva ditaria o fim da dissuasão e também o fim da utilidade das armas nucleares, pelo menos das mais potentes (estratégicas). Que se mantenha o paradoxo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

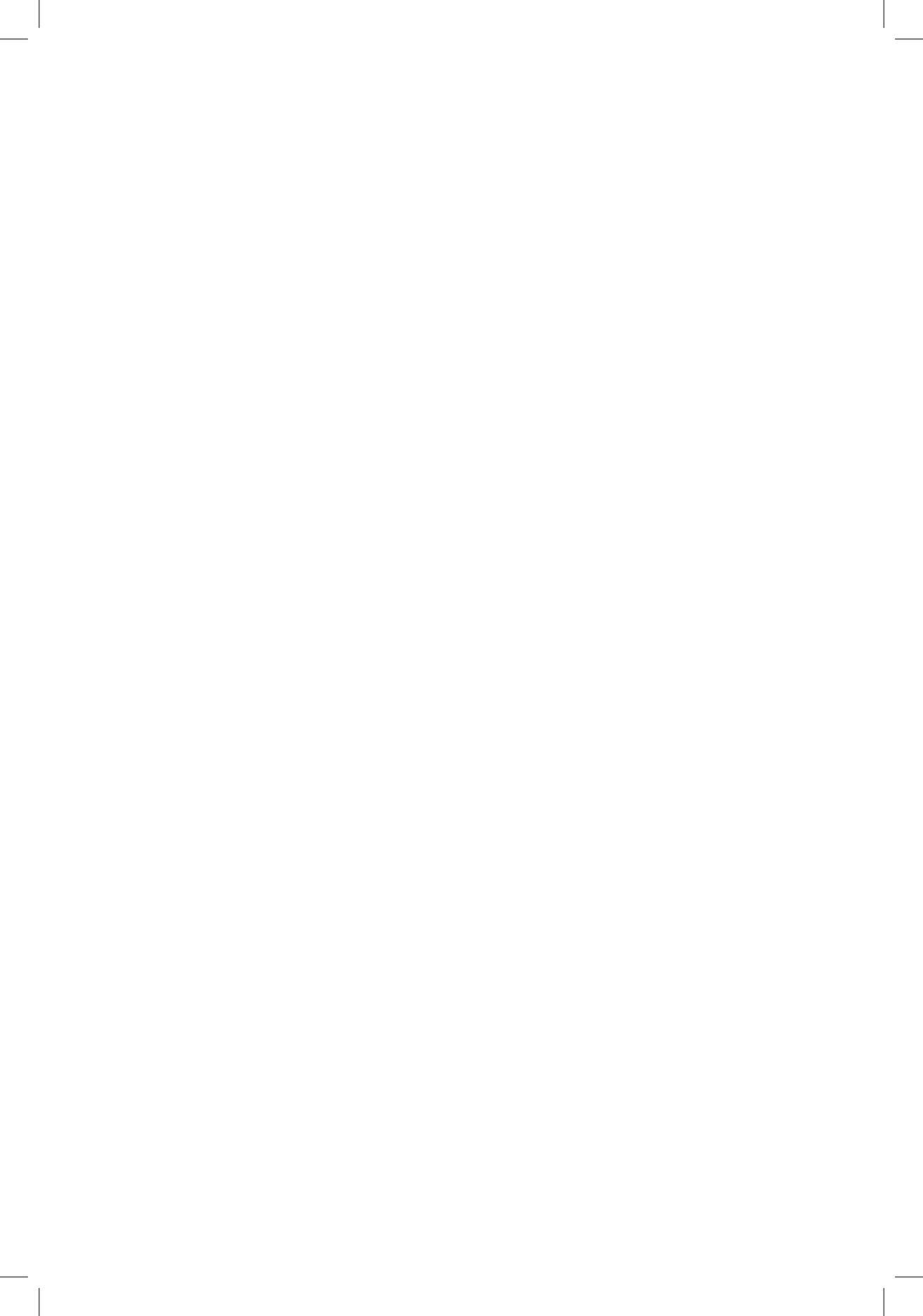
- Angeren, J. F. (2006). *The Opportunities & Limits of Compellence Strategies. The Quest for a Framework Analysis*. Leiden: Universiteit Leiden.
- Arms Control Association. (2016). *Chronology of Libya's Disarmament and Relations with the United States*. Retirado de <https://www.armscontrol.org/factsheets/LibyaChronology>
- Beaufre, A. (1964). *Dissuasion Et Stratégie* (2nd ed.). Malakoff: Armand Colin.
- Bonn, K. E., & Baker, A. E. (2000). *Guide to Military Operations Other Than War*:

- Tactics, Techniques and Procedures for Stability and Support Operations. Domestic and International* (1st ed.). Mechanicsburg: Stackpole Books.
- Brodie, B. (1958). *The Anatomy of Deterrence*. Santa Mónica: RAND.
- Brodie, B. (1959). *Strategy in the Missile Age*. Santa Mónica: RAND.
- CNS. (2011). *Libya Nuclear Chronology*. Monterey: Center for Nonproliferation Studies / Nuclear Threat Initiative.
- Congressional Research Service. (2017). *The North Korean Nuclear Challenge: Military Options and Issues for Congress*. Washington: Congressional Research Service.
- Diesing, P., & Snyder, G. (1977). *Conflict Among Nations Bargaining, Decision Making, and System Structure in International Crises*. Princeton: Princeton Legacy Library.
- Gerson, J. (2007). *Empire and the Bomb: How the U.S. Uses Nuclear Weapons to Dominate the World* (1st ed.). Londres: Pluto Press.
- Gray, C. S. (1999). *Modern Strategy*. Oxford: Cambridge University Press.
- Gray, C. S. (2003). *Maintaining Effective Deterrence*. Carlisle: Strategic Studies Institute.
- Gray, C. S. (2005). *Strategy for Chaos* (2nd ed.). Londres: Taylor & Francis .
- Hays, b. P., Vallance, B. J., Tassell, A. R., & Scowcroft, B. (1997). *American Defense Policy* (7th ed.). Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- HCSS. (2017). Breaking the deadlock. Policy options for dealing with North Korea. *Strategic Alert*, pp. 1-14.
- Jervis, R. (1979). Deterrence Theory Revisited. *World Politics*, Vol. 31, No. 2 , pp. 289-324.
- Jervis, R. (Winter de 1982-1983). Deterrence and Perception. *International Security*, Vol. 7, No. 3 , pp. 3-30. Cambridge: MIT Press
- Kahn, H. (1960a). *The Nature and Feasibility of War and Deterrence*. Santa Mónica: RAND.
- Kahn, H. (1960b). *On Thermonuclear War*. Princeton: Princeton University Press.
- Lattanzio, A. (2012). *Songun: antimperialismo e identità nazionale nella Corea socialista*. Fioentina: All'Insegna Del Vetro.
- Lehman, R., & Livermore, L. (02 de May de 2015). "Cross domain" Deterrence, Escalation Geometries and the Morphing of Strategy. Retirado de <https://www.slideshare.net/LivermoreLab/lehman-cross-domain-llnl-final1>
- Marshall, T. (2016). *Prisoners of Geography*. Londres: International and Sunday Times.
- Mazarr, M. J. (2016). *Rethinking Risk in National Security. Lessons of the Financial Crisis for Risk Management*. Nova Iorque: Palgrave McMillan.

- Miller, R. I. (2005). *The Impact of Quarantine on Military Operations*. Montgmoery: Air War College.
- Morgan, P. M. (1977). *Deterrence: A Conceptual Analysis*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- NATO ACT. (2013). *Comprehensive Operations Planning Directive*. Bruxelas: NATO.
- Paul, M., & Suh, E. (2017). *North Korea's Nuclear-Armed Missiles. Options for the US and its Allies in the Asia-Pacific*. Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs.
- Payne, K. (2010). Future of Deterrence: The Art of Defining How Much Is Enough. *Comparative Strategy*, 29, pp. 217–222.
- Peck, A. G. (2007). *Counter-Chemical, Biological, Radiological, and Nuclear Operations*. Montgmoery: Air Force Doctrine Center.
- Schelling, T. (2008). *Arms and Infuence*. Yale: Yale University.
- Snyder, G. H. (1961). *Deterrence and defense: toward a theory of national security*. Princeton: Princeton University Press.
- Taylor, B. D., & Botea, R. (2008). Tilly Tally: War-Making and State-Making in the Contemporary Third World . *International Studies Review*, Vol. 10 (N. 1), 27-56 .
- The White House. (2017). *National Security Strategy of the United States of America*. Washington: White House.
- Ministry of Defence of the United Kingdon. (2013). *Allied Joint Doctrine for Operational-Level Planning. Allied Joint Publication - 5*. Londres: UK Ministry of Defence.
- US Air Force Studies Board. (2014). *U.S. Air Force Strategic Deterrence Analytic Capabilities: An Assessment of Tools, Methods, and Approaches for the 21st Century Security Environment*. Montgmoery: Air War College.
- Wohlstetter, A. (1958). *The Delicate Balance of Terror*. Santa Mónica: RAND.



PARTE 3 - A PENÍNSULA COREANA NO HORIZONTE 2030



7. EXERCÍCIO DE CENARIZAÇÃO: A PENÍNSULA COREANA NO HORIZONTE 2030

Moderador e Coordenador:

José Manuel Félix Ribeiro
Professor Doutor
Docente da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança, FCSH-IUM-IDI
jm.felixribeiro@gmail.com

Oradores*:

Dra. Andreia Raquel Borges Pires
Dr. Tiago Pereira Chaves
Dra. Andreia Dias Graça
Dra. Stella Rosa Menezes dos Santos

Composição do Grupo de Trabalho 1*:

Dra. Andreia Raquel Borges Pires
Dra. Beatriz Loja Fernandes David
Dra. Débora Sofia Laranjo Soares
Dr. Fábio Caetano dos Santos
Dra. Liana Lynn Davis Vieira
Dr. Tiago Pereira Chaves
Dr. Tiago de Vasconcelos Coelho Belona da Graça

Composição do Grupo de Trabalho 2*:

Dra. Adriana Nunes Pereira
Dra. Andreia Dias Graça
Dr. José Maria Passanha de Muller e Sousa
Dra. Mara Machado Pires
Dra. Márcia Filipa Leitão da Fonseca
Dr. Miguel Jorge Bicho Ropio
Dr. Romualdo P.S. Correia
Dra. Stella Rosa Menezes dos Santos
Dra. Verónica de Gouveia Pereira

* Discentes da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança, FCSH-IUM-IDI

7.1. PONTO DE PARTIDA – OBJETIVO DO TRABALHO

Antecipar a dinâmica de relacionamento entre as Coreias no contexto do Complexo Regional de Segurança do Nordeste da Ásia no horizonte 2035, fazendo-o num momento particularmente denso de consequências futuras para as Coreias, para a China e para o conjunto da região – momento marcado pelas negociações em curso entre as duas Coreias e entre os EUA e a Coreia do Norte. Após décadas de tentativas frustradas para alcançar um compromisso pelo qual Coreia do Norte abandonaria o seu programa nuclear militar, alternando

com intervalos de sanções internacionais para forçar Coreia do Norte a novas negociações com o mesmo objetivo.

7.2. UM PADRÃO DE RELACIONAMENTO INTERESTATAL NUMA MACRORREGIÃO – O NORDESTE DA ÁSIA – UMA HISTÓRIA DE SÉCULOS

7.2.1. As Relações entre as Coreias, a China e o Japão

7.2.1.1. Apontamento sobre a História da Península Coreana

A Península Coreana não foi sempre o território que conhecemos hoje, nem na sua delimitação, nem nas suas características identitárias. Ainda antes da contagem anual romana, a península coreana já era conhecida como o território dos Três Reinos e que assim permaneceu até ao ano de 668 d.C.. Baekje (Paekche), Goguryeo (Koguryo) e Silla eram os três reinos presentes no território coreano. Ao mesmo tempo, um quarto Estado foi-se formando ao sul da península, conhecida como Gaya (Kaya). Desta forma, desde esta altura que as alianças com Estados vizinhos se foram formando, quer com o Japão, quer com a China. Estes reinos tinham por base crenças e divisões tribais e foram-se fortificando e instalando em pontos estratégicos do território e desenvolvendo os aglomerados urbanos da altura. Estes locais foram considerados por alguns historiadores como os primeiros centros de regulamentação e ordenação. O território estava então dividido como se observa na Figura 11.



Figura 11 – Península Coreana no período dos Três Reinos.

Fonte: Earlyworldhistory (2018)

Nos primeiros séculos d.C., o Reino de Gogureyo – cuja capital era Pyongyang - iniciou o seu plano de expansão tentando conquistar território chinês a norte. Num dos contra-ataques chineses, o Reino enfraqueceu as suas defesas e o Reino de Baekje – a sul, atacou Pyongyang matando o rei. Este reino de Baekje tinha excelentes relações, quer com a China, quer com o Japão.

Posteriormente, e tendo em conta as baixas que sofrera o Reino de Gogureyo, este aliou-se ao Reino de Silla, sob auspícios de Gwanggaeto, o que lhe permitiu novas conquistas e a sua expansão territorial até à Mongólia. Pyongyang tornou-se a capital do Reino, e é até aos dias de hoje, capital da Coreia do Norte.

Após quase um século, e perante o renascer do Reino de Gogureyo, Baekje estabeleceu uma aliança com o Reino de Silla, sob auspícios do então Rei Pophung. O quarto território, Gaya, que não foi acima apontado como Reino, acabou por ser conquistado pelos dois Reinos que o comprimiam a sul. Todavia, esta última aliança não conseguiu travar o Reino do Norte, que se apoderou de quase 90% do que hoje é o território norte-coreano, como o conhecemos.

Os norte coreanos conseguiram, no século VII, travar algumas investidas chinesas de conquista, acabando por construir um muro de forma a travar estas ambições. A Dinastia Tang da China foi derrotada pelo General Manchun de Gogureyo aquando da tentativa de ataque com uma força terrestre e naval. A tática chinesa parecia consistir em pressionar até à exaustão as terras norte coreanas, de tal forma que em 667 – apenas 30 anos depois da tentativa de anexação chinesa – Pyongyang acabou por ceder e o Reino Gogureyo colapsou. E, de seguida, o Reino de Baekje acabou por ser absorvido pela China, face à falta de apoio que havia solicitado ao Japão. Sabi, a capital deste Reino foi anexada pela Dinastia Tang, com o apoio do Reino vizinho, Silla. A ajuda da China foi imprescindível para que se formasse o Reino Unificado de Silla.

7.2.1.2. Relação da Coreia com a China

Os reis dos territórios conquistados foram feitos prisioneiros na China. Era também a China que permanecia no terreno a sustentar a população dos três reinos desaparecidos. Sem os anexar, a China lançou um programa de taxas e impostos obrigatórios, em conjunto com o Reino de Silla. Os cidadãos eram ainda obrigados a lutar nas forças armadas, quer da China, quer de Silla; estavam registados na hierarquia social como escravos, tendo possibilidades de trabalho bastante limitadas, mas pagando impostos como os outros. Este sistema tributário da Coreia unificada persistiu durante 200 anos.

Nos anos 900, um grupo rebelde de camponeses insurgiu-se contra o Reino de Silla, refugiando-se no Norte e formando o Koryo, que deu nome à Coreia. Após

a abdicação do último rei de Silla, Koryo reunificou o território, alargando-o até ao Rio Amnok, na fronteira com a China. Mas alguns anos mais tarde, em 1231, os mongóis invadem a Coreia e colocaram-na sob regime militar. Nesta altura, os mongóis também detinham território chinês e travavam batalhas também nesse território.

A mudança de dinastia chinesa – de Yuan para Yi ou Ming – trouxe influências culturais e consequências políticas para a Coreia. Os séculos de prosperidade chinesa durante essa dinastia trouxeram benefícios à Coreia tendo-se realizado reformas agrárias, administrativas e culturais (como aconteceu em termos de religião) bastante importantes. A capital da Coreia unificada passou a ser Seul e o confucionismo substituiu o budismo, que fora então proibido. No século XV, o Rei coreano Sejong promulgou o alfabeto coreano.

A Coreia foi sendo palco das disputas chinesas e japonesas, que a partir de 1592 lutaram entre si durante seis anos. Os japoneses e os chineses devastaram a península coreana e enfraqueceram o Estado, que não soube gerir as disposições da China sob o território. Não obstante as sentidas dificuldades, os chineses acabaram por derrotar os japoneses no mar, obrigando-os a recuar. A vitória chinesa muito se deveu à inovação coreana dos “navios tartaruga” que eram resistentes a canhões.

A partir do século XVII, com a vassalagem obrigatória da Coreia aos manchus da Dinastia dos Qing na China – o território foi batizado de Império Coreano e Gojong o seu Imperador. A dificuldade em aceitar mudanças por parte dos manchus acabaria por fazer a China entra em declínio durante o século XIX.

7.2.2. Breve apontamento sobre as Coreias no século XX

7.2.2.1. A ocupação da Coreia pelo Japão, no contexto de expansão do Império japonês

Com a derrota da China na Guerra Sino-Japonesa de 1894 a 1896, o Japão ocupou diversos territórios, nomeadamente a península coreana. Entre finais do séc. XIX e inícios do séc. XX o Japão, assumindo um modelo pró-economia de mercado, desenvolveu aceleradamente a sua indústria, incluindo nomeadamente as indústrias da defesa e assumiu uma orientação externa expansionista com o intuito de ultrapassar as limitações no acesso matérias-primas que experimentara no passado. A invasão da Coreia pelo Japão ocorreu de forma rápida e abrangente, seguindo-se-lhe o domínio do mar da China, bem como de diversas ilhas no Oceano Pacífico.

Entre 1904 e 1905 o Japão travou uma nova guerra. Desta feita com o Império Russo, saindo novamente vitorioso. Após este acontecimento marcante,

no final do mesmo ano, o Japão celebrou com a Coreia o Tratado de Eulsa tendo em vista a transformação da Coreia num protetorado japonês. Este processo retirou a influência que, quer a China, quer o Império Russo tinham sobre a península, e o Japão conseguiria ainda obter por parte dos Estados Unidos da América (EUA) o compromisso de não ingerência. Volvidos cinco anos, o Japão celebrou um novo Tratado, desta vez de anexação da Coreia, a 22 de agosto de 1910.

Durante o período de anexação, existiram diversos movimentos nacionalistas que tentaram sublevar-se, embora sem êxito. Um dos mais significativos, foi liderado por Syngman Rhee, em 1919, e levou à criação de um Governo no exílio, o que não impediu que fosse reconhecido por alguns países. Também diversos movimentos, comunista, em especial entre 1919 e 1925 potenciaram a instabilidade relativamente à ocupação pelo Japão. Uma vez que a Coreia era considerada parte integrante do império japonês, e para fazer face aos movimentos acima descritos, foram tomadas pelas autoridades ocupantes diversas medidas: proibição do estudo da língua materna coreana, limitação de diversas manifestações culturais e obrigação de adoção de nomes japoneses.

Durante a II Guerra Mundial, o povo coreano foi obrigado a integrar as forças militares japonesas e foram criados campos de trabalho forçado que integraram cerca de 2,6 milhões de pessoas. Em 1945 os Coreanos que eram enviados para esses campos representavam cerca de 32% da capacidade laboral do País. E, aquando do lançamento das bombas nucleares em Hiroxima e Nagasaki, após as quais o Japão se rendeu, 25% das mortes foram de população coreana.

7.2.2.2. A derrota do Japão na II Guerra Mundial e o imediato pós-guerra – da partição das Coreias à Guerra da Coreia

Após a II Guerra Mundial, o Japão foi obrigado pelos Aliados a abdicar dos territórios que havia ocupado durante o período expansionista. Com o fim da guerra, EUA e URSS acordaram em formar uma Comissão que, numa fase posterior à auscultação da vontade dos diferentes grupos políticos e de pessoas que se manifestavam na Coreia, contribuiria para a decisão sobre o modelo político a adotar, apesar de subjacente à vontade geral se encontrar a ideia de independência.

Em novembro de 1943, os participantes na Conferência do Cairo (Reino Unido, EUA e a China Nacionalista), acordaram que a Coreia deveria restabelecer a sua independência, pelo que, ao abrigo do artigo 77.º, n.º 1, al. b) da Carta das Nações Unidas, várias propostas foram apresentadas, sendo uma delas a criação de uma Comissão integrada pelos EUA, URSS, Reino Unido e República da China com vista à tutela da Coreia, bem como à prossecução das finalidades previstas no

artigo 76.º do mesmo documento.

Todavia, após a retirada do Japão, foi considerado pela URSS e pelos EUA que a Coreia não tinha maturidade nem capacidade para se autogovernar, pelo que foi proposta a divisão da península por uma fronteira temporária e artificial, tal como veio a ser aprovado na Conferência de Potsdam realizada entre julho e agosto de 1945. O Norte ficaria sob a administração da URSS, definindo-se Pyongyang como capital e o Sul, sob a administração dos EUA, sedeando-se a capital em Seoul. Em princípio, e após uma presença de cinco anos em que se daria apoio ao desenvolvimento da Coreia, realizar-se-iam eleições livres, sob a orientação da ONU.

O mapa disponível à data, não tinha uma demarcação das províncias, somente a longitude e a latitude, e surgiu, assim, a opção pelo Paralelo 38 como linha de separação como forma de evitar que a URSS viesse a controlar sozinha a península coreana e para que os japoneses tivessem uma clara noção da demarcação. O processo de negociações acabou por se desenrolar de forma mais simples do que se imaginara, pois Estaline não pretendia controlar a península coreana, mas apenas manter um equilíbrio de poderes que impedisse a supremacia de qualquer uma das potências em questão.

O plano soviético para a Ásia era diferente do que aplicara na Europa, pelo que a sua diplomacia procurava, ao invés de afrontamentos, consensos estratégicos com os EUA – aguardando as propostas dos EUA – que tinham uma intenção muito clara na Ásia de, por um lado, ocupar o Japão adquirindo a jurisdição sobre determinadas ilhas que haviam sido ocupadas durante a guerra e assegurar a manutenção da China como um Estado unitário e politicamente próximo dos EUA. Em todo o caso, a URSS manifestou o seu especial interesse nas indústrias pesada e militar, deixadas pelo Japão tal como alguns jazigos minerais importantes para o desenvolvimento da indústria nuclear.

Com a divisão concretizada, a tensão entre as Coreias divididas cresceu exponencialmente. A URSS começou a impedir o escoamento de bens para a Coreia do Sul e o fornecimento de carvão e de energia elétrica. Apesar desta postura da URSS, nada impediu que milhares de pessoas com formação e capacidades técnicas abandonassem a Coreia do Norte. Diversas campanhas de propaganda, manifestações de rua, entre outras atuações desestabilizadoras foram assumindo expressão e, uma vez que a URSS desenvolvia um modelo comunista no lado Norte da fronteira, o Comité Central do Partido Comunista Coreano, solicitou apoio da URSS, mas esta absteve-se, invocando o princípio de direito internacional *“pacta sunt servanda”* e incentivando o Comité a cooperar com os EUA.

Perante esta atmosfera, os EUA, receando a formação de um Estado com

aquela orientação política, recomendaram, para liderar a formação de um futuro Governo único para a Coreia, Syngman Rhee, nacionalista e anticomunista que alinhava com as orientações americanas. No lado Norte, Kim Il-Sung foi a figura indicada pela URSS. Afigurava-se cada vez mais distante a possibilidade de se criar um Governo único para a Coreia, que satisfizesse igualmente as intenções dos EUA e da URSS. Os EUA, apesar do suporte que providenciavam à zona a Sul do Paralelo 38, não pretendiam entrar noutra guerra, muito menos com as proporções que se antecipavam. Assim, os EUA propuseram à ONU a criação de uma Comissão temporária com vista à realização das eleições livres ao nível de toda a Coreia, algo que permitiria a retirada dos EUA.

No entanto, em 1948, quando a ONU tentou promover essas eleições, Kim Il-Sung absteve-se de qualquer cooperação, boicotando o compromisso alcançado previamente pelas duas potências mundiais, dando início a uma política de hostilidade. Desta feita, as eleições decorreram exclusivamente na Coreia do Sul, embora de certa forma boicotadas pela URSS, que considerou que esta decisão violaria os acordos alcançados anteriormente.

Syngman Rhee torna-se efetivamente Presidente da Coreia do Sul a 20 de julho desse ano, chegando ao fim a presença militar dos EUA naquele território. Enquanto Kim Il-Sung, por seu turno, se tornava líder da República Popular Democrática da Coreia (RPDC). Após a investida de funções quer de Kim Il-Sung, quer de Syngman Rhee, ambos se intitularam os governantes legítimos de toda a península coreana, não havendo reconhecimento mútuo.

Apesar da tensão crescente entre os EUA e a URSS, havia uma base de respeito mútuo, pelo que nenhum dos Estados pretendia dar um passo em falso que pudesse condicionar as suas relações diplomáticas futuras. Como tal, apesar dos EUA apoiarem a Coreia do Sul, numa fase inicial recusaram-se a fornecer material bélico, com receio que utilizassem esses meios para invadir o Norte. Do lado da Coreia do Norte, os movimentos nacionalistas eram cada vez mais intensos e a vontade de se estenderem para Sul da fronteira crescia. De mais a mais, já tinham passado dois anos desde o final da II Guerra Mundial e ainda não tinha havido uma verdadeira intenção de restabelecer a independência da Coreia. Em paralelo, a intenção da Coreia do Norte invadir a Coreia do Sul com o intuito de promover a reunificação através da intervenção armada era cada vez mais evidente.

Partindo do princípio que iriam deixar em Pyongyang um Governo com relações fortes com a URSS, no final de 1948, todas as forças soviéticas tinham abandonado o país, embora se tenham mantido alguns conselheiros militares.

Em março de 1949, foram celebrados onze acordos entre a URSS e a RPDC, tendo em vista vários objetivos, mormente de apoio financeiro e económico,

escoamento de bens, regularização de pagamentos, troca de especialistas com vista ao desenvolvimento industrial, além da construção de uma linha férrea que unisse alguns pontos de ambos os Estados. Como contrapartida, a RPDC oferecia como modo de pagamento bens como arroz, minerais e ouro. Apesar de ambas as forças militares – dos EUA e da URSS terem abandonado a Coreia, esta permanecera dividida e com regimes políticos diametralmente opostos, sustentados por ideologias orientadas pela prévia tutela.

Em paralelo, após a Guerra Civil Chinesa que opôs a China Comunista à China Nacionalista ter terminado com a vitória do Partido Comunista foi declarada em 1949 a República Popular da China. Recorde-se que o PC chinês apoiou a Coreia do Norte através do envio de voluntários que se ofereceram para combater ao lado das forças comunistas durante a guerra civil. A China, como manifestação de gratidão, comprometeu-se a apoiar a Coreia do Norte. Além disto, a China considerou os EUA, como a maior ameaça à sua segurança nacional, sabendo que tinham como objetivo travar a expansão mundial das forças comunistas. A política desenvolvida pelo Presidente dos EUA, Harry Truman, sucessor de Franklin Roosevelt, era a de apoiar todos os Estados que se quisessem libertar da ameaça comunista, pelo que demonstrou o seu apoio a Seoul.

A 25 de junho de 1950, as forças militares da Coreia do Norte invadiram a Coreia do Sul. A Coreia veio, pois, a ser o primeiro palco real do confronto entre as duas superpotências no período da Guerra Fria. A imagem que transparecia da Coreia do Norte era de um país altamente manipulado pela URSS, traduzindo-se numa mensagem de claro desafio aos EUA. No entanto, tal não esclarece a incerteza sobre o grau de autonomia da Coreia do Norte na iniciativa de invadir a Coreia do Sul naquele momento. A invasão da Coreia do Sul foi alcançada num curto espaço de tempo, sendo esta obrigada a recuar e ficando reduzida a uma pequena área no sudeste da península: Pusan. Face ao sucedido, a Coreia do Sul apelou à intervenção da ONU.

Pese embora todo o apoio que a RPDC recebia da URSS, não só em termos militares, mas também financeiros, não era claro o controlo que esta exercia sobre aquela. Inicialmente a URSS não estava de acordo com a invasão da Coreia do Sul, tendo em conta as consequências que daí poderiam advir. Só após Kim Il-Sung, em 1950, garantir a Estaline que a RPDC seria capaz de invadir o Sul conquistando-o antes que os EUA tivessem tempo de intervir, é que este teria cedido. Além disto, Estaline poderá eventualmente ter sido influenciado pela possibilidade de os EUA não considerarem a que a Coreia não era estrategicamente relevante. Além de que havia a possibilidade de que a RPDC viesse a atuar com ou sem o apoio da URSS. Mas mesmo assim Estaline tomou as devidas precauções, pelo que apesar do seu

apoio a Kim Il-Sung, deixou explícito que o seu exército não deveria passar do Paralelo 38. A fronteira foi, todavia, ultrapassada a 24 de junho, pelo que no dia seguinte foi emitida a Resolução 82 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) que exigia o abandono das hostilidades por parte da RPDC.

Para que alguma decisão pudesse ser tomada, requeria-se a unanimidade dos membros permanentes do CSNU: EUA, URSS, China, França e Reino Unido. Apesar de ser previsível o veto da URSS, tal não se concretizou, uma vez que à data se encontrava a boicotar a ONU, não tendo exercido o seu direito nesta votação.

Além disto, a URSS questionava a legitimidade da intervenção das Nações Unidas, uma vez que a Coreia do Norte não fora convocada para participar na discussão da controvérsia em causa, ao abrigo da Carta das nações Unidas. De todo o modo, mesmo sem a presença da URSS, a Coreia do Norte foi considerada um Estado agressor, dando-se o aval para uma intervenção armada com vista à proteção da Coreia do Sul.

Face ao sucedido, os EUA intervieram, tendo-se o Presidente Truman prontificado fornecer apoio militar aéreo e naval para alcançar todos os propósitos a Sul da fronteira, enquanto reforçava o apoio a Taiwan, receando uma tentativa de invasão por parte da China. Só mais tarde, face às demonstrações de que a Coreia do Norte não pretendia acatar nenhuma das recomendações da ONU, o CSNU requisitou a intervenção de outros Estados. Posto isto, os EUA acabaram por rever o seu plano de prioridades e a Coreia tornou-se num tema da maior importância, pois o avanço do Comunismo anunciava-se como uma ameaça aos progressos almejados para o Japão e para presença americana na Ásia, bem como um potencial efeito dominó na Europa.

Perante a decisão de uma intervenção militar, surgiu a necessidade de reunir os Estados participantes e organizar uma estrutura única de comando. Uma vez que os EUA se disponibilizaram a partilhar a maior parte da responsabilidade da operação assumiram a sua liderança.

Esta intervenção sob comando dos EUA rapidamente demonstrou a sua superioridade, sobretudo a partir da investida em Inchon, aniquilando grande parte da capacidade naval da Coreia do Norte. Ao mesmo tempo que, em resultado da intervenção aérea e da destruição das redes de abastecimento das forças norte coreanas, de portos e de refinarias, entre outras infraestruturas logísticas, permitindo a recuperação do território.

A intervenção da ONU pautava-se exclusivamente pelo restabelecimento do território da República da Coreia, embora a intenção de ultrapassar a fronteira não fosse descurada. Efetivamente, essa possibilidade evidenciava-se como uma forma de, hipoteticamente, reunificar a Coreia. Além disso, a 27 de setembro,

MacArthur recebeu o memorando 81/1, em que Truman sublinhava que somente se ultrapassaria o Paralelo 38, se naquele momento ainda não se verificasse a presença de tropas soviéticas e chinesas no território.

Uma vez verificadas as condições, até por se julgar que a China não iria intervir naquela guerra, a Assembleia Geral das Nações Unidas, com o intuito de restabelecer a paz e a segurança deu o aval para que se atravessasse a fronteira.

A 19 de outubro de 1950 foi tomada a capital da Coreia do Norte, Pyongyang. O general MacArthur, comandante-chefe acreditava ser necessário estender a Guerra à China com o objetivo mais vasto de evitar a expansão do comunismo, recorrendo-se ao armamento nuclear se necessário, tendo Truman inicialmente apoiado. Todavia, face à persistência da China e ao risco que representaria recorrer á arma nuclear, Truman acabou por abandonar esta ideia.

É de notar que a China, face à aproximação americana, avisara que caso a sua segurança nacional fosse posta em causa interviria. Uma vez que as forças da ONU já se encontravam muito próximas das margens do Rio Yalu, para prevenir a aproximação à fronteira chinesa, Mao Tsé-Tung mobilizou uma força com cerca de duzentos mil soldados voluntários chineses. Esta intervenção da China veio resolver, pelo menos de forma aparente, o problema que preocupava seriamente a União Soviética, que era a potencial e indesejável confrontação direta com os EUA.

Apesar desse receio, Estaline, depois de grande insistência, acabou por ordenar que a sua força aérea cooperasse com a RPDC, obrigando os seus pilotos a vestir uniformes norte-coreanos e a falar a sua língua, evitando a sua exposição. Estavam, todavia, proibidos de sobrevoar o território do Sul, face ao risco de serem abatidos, acabando como prisioneiros de guerra, algo que exporia a própria URSS.

Contudo, face à dificuldade de concretização destas ordens, a URSS acabou por limitar a sua intervenção ao controlo do território da URSS, além de treinar as forças norte-coreanas e chinesas e fornecer algum armamento. O primeiro confronto com o exército chinês ocorreu a 1 de novembro de 1950 tendo, com recurso ao elemento surpresa, obrigado as forças das Nações Unidas a recuar. No entanto, não ficou óbvio para a ONU a intervenção da China.

Aconteceu que a 30 de novembro, o exército chinês voltou a intervir, obrigando o exército da ONU a recuar novamente para o lado sul do Paralelo 38. À medida que o exército da ONU ia recuando, ia destruindo todas as instalações militares, locais estratégicos, provisões e linhas férreas existentes, por forma a dificultar esta investida. O envolvimento da URSS tornou-se óbvio, no entanto, tratando-se de informações muitíssimo sensíveis, foram mantidas em segredo, evitando-se uma escalada de um sentimento de revolta que pudesse despoletar uma nova Guerra Mundial. Era ponto assente a elevada perigosidade deste conflito, que

em parte se pautou por um jogo de influências executado pelos EUA e pela URSS.

Caminhava-se a passos largos para o Inverno. Com a intervenção dos chineses na guerra, o número de mortes disparou e os exércitos no Sul viram-se se obrigados a recuar novamente. Numa notificação a Washington, MacArthur referiu que, caso não houvesse um reforço dos meios militares, provavelmente não seria possível oferecer resistência por muito mais tempo à intervenção da China. Foi declarado estado de emergência nos EUA a 16 de dezembro, uma vez que esta intervenção da China deixava em aberto uma possível investida da URSS e na quase inevitável Guerra Mundial.

A 4 de janeiro de 1951, face às sucessivas investidas chinesas, Seul foi novamente ocupada. Entretanto o reforço requerido por MacArthur foi autorizado, podendo contra-atacar a 7 de março de 1951, pelo que a 14 desse mês Seul foi novamente reconquistada pelas forças das NU lideradas pelos EUA, reaproximando-se do Paralelo 38. MacArthur, no seguimento de uma intenção de pôr fim à guerra, foi notificado no sentido de promover uma janela de diálogo com os chineses e norte-coreanos. MacArthur, antes mesmo que Truman tivesse a possibilidade de fazer uma declaração pública, ofereceu essa tal janela de diálogo, embora a tenha apresentado como um ultimato à rendição.

A convicção de MacArthur era de que se os EUA perdessem a Guerra da Coreia, seria o início do fim do combate à difusão do Comunismo, com a consequente queda da Europa, ao passo que se saíssem da guerra vitoriosos, além de impedirem o recuo na Europa, uma guerra de maiores proporções seria evitada. Face a todas as posições controversas do General, colocando em causa até a Presidência, e tendo em consideração o número de mortes elevado de soldados, por ter avaliado erradamente a possibilidade de a China intervir na guerra e de ter contestado a forma como esta estava a ser orientada, teve de se justificar perante o Congresso. A decisão de Truman em afastá-lo em abril de 1951 foi amplamente compreendida.

A 23 de Junho de 1951, o delegado soviético para a ONU (Jacob Malik) anunciou em Nova Iorque que a URSS entendia ser possível alcançar-se uma solução pacífica para a Coreia através de negociações, sendo que estas deveriam ter início com os beligerantes propondo-se um cessar-fogo e um consequente armistício. Truman, neste sentido, autorizou o General Ridgway a concretizar uma janela de negociações com o inimigo e, após diversas trocas de mensagens por rádio, as partes acordaram em iniciar as negociações a 10 de julho. Enquanto o acordo do armistício não fosse assinado, a guerra prosseguiria. Em agosto a URSS rompeu com as negociações, tendo em conta as intervenções militares recentes dos EUA. A 25 de outubro, retomaram-se as negociações em Panmunjom, tendo sido acordados diversos

pontos, embora outros tantos se mantivessem em desacordo, nomeadamente a repatriação dos prisioneiros de guerra. Este impasse durou até 1953.

Parte da viragem que permitiu ultrapassar o impasse foi determinada pelas eleições norte-americanas, em que a Guerra da Coreia foi o tema quente das campanhas. Eisenhower venceu as eleições e um dos seus propósitos primários foi por um fim à guerra. A 27 de julho de 1953, quatro meses após a morte de Estaline, foi finalmente assinado o Armistício em Panmunjom, apesar de Syngman Rhee se opor expressamente, mormente por temer o afastamento dos EUA, algo que estes vieram a contornar através de um Tratado de Defesa Mútua que previa o fornecimento de assistência militar e económica. As partes acordaram que seria estabelecido um perímetro, quer para Sul, quer para norte do Paralelo 38, de quatro quilómetros no total, dois quilómetros para cada lado da fronteira, destinando-se a uma zona desmilitarizada, em ordem a prevenir qualquer tipo de incidentes (Figura 12).



Figura 12 – A guerra da Coreia em quatro mapas.

Fonte: Xunta de Galicia (2018)

Esta linha demarcada vedava o acesso a qualquer pessoa que não estivesse devidamente autorizada. A responsabilidade relativamente a esta zona era partilhada. Surgiu igualmente um compromisso em como as hostilidades perpetradas por ambos os lados cessariam doze horas depois de o Armistício ser assinado. De forma a retificar o desenvolvimento deste acordo, foi estabelecida uma Comissão para o Armistício Militar, composta por elementos da China, da República Popular Democrática da Coreia, da República da Coreia e da ONU, assistida por um corpo neutral que incluía diversos países, sendo que o suporte em termos logísticos de comunicações e infraestruturas, estaria a cargo de ambas as administrações dos dois lados da fronteira, exigindo-se a ambos a máxima cooperação.

O Armistício consagrava ainda, que se prosseguissem diálogos com vista à prossecução da paz envolvendo os EUA, Coreia do Sul, China e Coreia do

Norte, embora Syngman Rhee continuasse a manifestar a sua desaprovação. Em todo o caso, seguiram-se diversas paradas e discursos para celebrar o cessar das hostilidades. Apesar do contributo deste Armistício para o estabelecimento da paz, nenhuma das Coreias encontrou uma solução para o problema, reclamando ambas a vitória, não tendo, na verdade, nenhuma das partes vencido a guerra, permanecendo divididas.

No âmbito internacional e como expressão da Guerra Fria, os EUA iriam aumentar significativamente o investimento em tecnologia militar e em armamento, em especial armamento nuclear, em conjunto com uma forte política de apoio internacional a Estados europeus enfraquecidos, reafirmando a sua capacidade de entrosamento e confluência ao nível da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

7.2.2.3. A Coreia do Norte e a Coreia do Sul após guerra da Coreia – As Alianças Estratégicas

A divisão da Península Coreana no pós-armistício de 1953, tornou necessário que a Sul e a Norte se renovassem as alianças estratégicas. A paz não havia sido realmente atingida e o armistício não passava de um mero cessar-fogo que não protegeria qualquer das partes, fosse o seu vizinho imediato decidir atacar, pelo que se impunham medidas no sentido de deter um possível recender do conflito. Assim, em outubro desse mesmo ano, os EUA e a Coreia do Sul celebravam um Tratado de Defesa Mútua, que iria definir as relações geopolíticas da região nas décadas que se seguiram.

No contexto deste Tratado, os EUA instalaram um dispositivo militar no território da República da Coreia, distribuindo-se por forças em terra, mar e ar, e garantindo desta forma a segurança nacional da Coreia a sul. Todavia, também os EUA tinham a beneficiar desta aliança, que como esclarece Kongdan Oh em *U.S.- ROK: The Forgotten Alliance*, “é uma das mais importantes para os EUA, não só porque serve de detenção a outro ataque norte-coreano à Coreia do Sul, mas também porque providencia uma base continental para as forças norte americanas face à China e a Rússia e possibilita uma defesa de primeira linha para o Japão”, outro aliado do Estado americano na região. Para mais, apesar de esta aliança ter deixado as Forças Armadas da Coreia do Sul subordinadas ao controlo operacional dos EUA, Kongdan Oh explica, no mesmo artigo, que “também permitiu aos sul-coreanos experienciar um progresso económico com verbas militares relativamente baixas”, beneficiando do aumento das suas forças militares e da proteção do chapéu nuclear dos EUA. Ao analisar-se os meios de defesa da Coreia do Sul, à data do pós-armistício, entende-se a importância da posição estratégica alcançada na sua associação com os EUA.

A Coreia do Sul deparou-se, desde o início, com dois problemas cruciais: por um lado, a superioridade numérica das forças convencionais da Coreia do Norte – face às quais a superioridade tecnológica das forças dos EUA e da Coreia do Sul se tornou decisiva na gestão desta assimetria; por outro, a concentração de forças por parte da Coreia do Norte – nomeadamente um gigantesco dispositivo de artilharia pesada logo a norte da Zona Desmilitarizada – ameaçando a metrópole de Seoul- capital da Coreia do Sul – localizada a pouca distância a sul da Zona Desmilitarizada e ao alcance da artilharia.

Esta última problemática serviu de racional para explicar porque, até meados da década de 60, se assistiu ao crescimento prolífero de armas nucleares táticas dos EUA na Coreia do Sul (Figura 13). No fundo, os EUA justificavam a presença destas armas, como elemento fundamental de dissuasão de um ataque convencional por parte da Coreia do Norte e, paralelamente, asseguravam a dissuasão nuclear face à URSS, aliada precoce da Coreia do Norte. Modernamente, com a China a tornar-se potência nuclear, interessava aos EUA manter a sua posição tática similar e preservar as suas relações próximas com a vizinha coreana a sul.

US Nuclear Weapons In South Korea

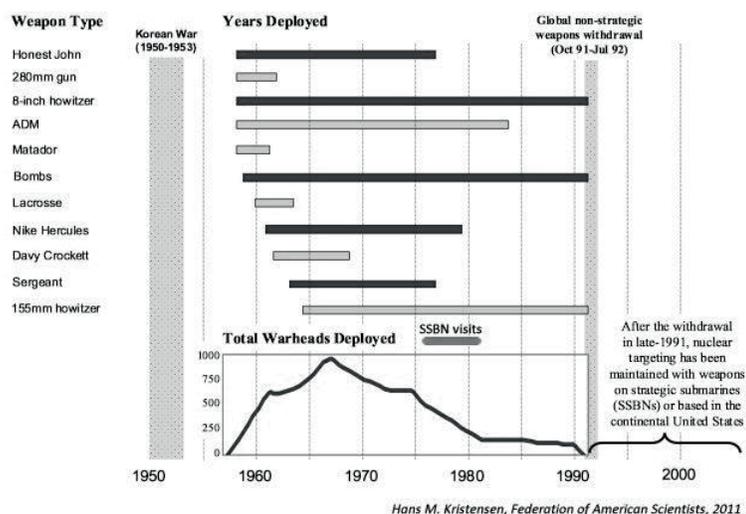


Figura 13 – Armas nucleares táticas dos EUA na Coreia do Sul.
Fonte: Federation of American Scientists (2018).

Em 1967, os EUA atingiram um máximo de 950 armas nucleares em território sul-coreano, contudo, com o cessar da Guerra Fria, o arsenal americano foi diminuindo gradualmente, assistindo-se, nas décadas seguintes, a

uma desnuclearização progressiva da região a sul do paralelo 38, bem como, o investimento nas capacidades convencionais estratégicas da Coreia do Sul.

Em meados dos anos 90, o arsenal americano havia-se diluído para aproximadamente 100 ogivas, representando uma descida de quase 90% comparando com o excelso de 1967. As alianças a norte da Península coreana, revelavam-se, evidentemente, diferentes. A Coreia do Norte – no imediato pós-guerra da Coreia e durante a década de 60 do Século XX – podia contar com dois aliados: a URSS e a República Popular da China. Todavia, a sua posição estratégica via-se dificultada pelo confronto que se estabelecia entre os seus dois aliados, procurando ambos a liderança do movimento comunista mundial.

Apesar de esta situação só se tornar relevante após a morte de Estaline e a ascensão ao poder de Nikita Khrushchev – com Mao reclamando para si a liderança do movimento comunista internacional – o aprofundar da tensão entre as duas potências comunistas, obrigou a Coreia do Norte, primeiro a tentar um equilíbrio entre ambas, e a seguir a optar pela definição de uma política externa cada vez mais autónoma, apoiada num reforço da sua capacidade militar – estabelecendo, inclusive, um programa nuclear – face à presença dos EUA a sul da fronteira. Este crescente isolacionismo nas relações internacionais, acompanhou-se internamente da purga na direção do Partido Comunista da Coreia do Norte, dos elementos pró-soviéticos e pró-chineses aí existentes.

Face à divisão Sino-Soviética e a recusa do líder norte-coreano, Kim Il-sung de se posicionar a favor de um ou outro aliado, o investimento nuclear da Coreia do Norte foi-se extrapolando nas décadas seguintes; e ainda que “inicialmente tenha beneficiado de apoio menor tanto de Moscovo como de Pequim, o programa nuclear da Coreia do Norte desenvolveu-se largamente sem ajuda externa”, dando argumentos à sua política de isolamento. Esclareça-se, porém, que o fator-chave na decisão pela política de autossuficiência se justificava na realidade pela presença à data das forças norte-americanas na região, constituindo estas, a escassos metros da Zona Desmilitarizada (DMZ), uma ameaça séria para o regime de Kim Il-Sung.

A substancial melhoria das relações entre os EUA e a República Popular da China após 1971, com a visita do Presidente Richard Nixon a Pequim, alterou a situação estratégica e geopolítica no Complexo Regional de Segurança do Nordeste da Ásia e levou Kim Il-Sung a encarar a possibilidade de um movimento paralelo de aproximação aos EUA. Procurando obter a retirada das forças militares dos EUA da Coreia do Sul, o líder norte-coreano induziu uma primeira abordagem com base em Pequim, esperando que o regime chinês facilitasse conversações bilaterais entre a Coreia do Norte e os EUA, estabelecendo-se um “ambiente mais favorável à retirada das tropas norte-americanas e à assinatura de um tratado de

paz” entre as duas Coreias. Neste sentido, as conversações entre o Norte e o Sul da península reabriram-se, dando lugar a um *Joint Communiqué* – o primeiro acordo intercoreano desde o fim da Guerra da Coreia.

Todavia, face à falta de cooperação chinesa, Kim Il-Sung optou, em maio de 1974, pelo envio direto ao presidente Gerald Ford, de uma proposta de negociações bilaterais, acompanhado de uma carta ao Congresso dos EUA propondo:

- Um compromisso de parte a parte pelas duas Coreias de não invasão do território da outra;
- Reduções mútuas de armamento;
- Retirada das forças das Nações Unidas ainda presentes na Coreia do Sul (à época consistindo nas forças dos EUA);
- Neutralidade militar;
- Assinatura de um Tratado de Paz que substituísse o Acordo de Armistício.

Já na década de 80 do Século XX os EUA descobriram que a Coreia do Sul tinha em curso um programa para desenvolver armas nucleares, tendo tentado que esse programa fosse abandonado.

E na década de 90, o colapso da URSS e o fim da guerra fria, foram acompanhados por um conjunto de movimentos que envolveram os EUA e a Coreia do Norte. Assim:

- Em 27 de setembro de 1991 o presidente George Bush anunciou a decisão dos EUA eliminarem o seu *stock* mundial de armas nucleares táticas (terrestres e de curto alcance), abrangendo assim o tipo de armas instaladas na Coreia do Sul. A partir dessa altura, os EUA passaram a garantir a segurança da Coreia do Sul e do Japão com recurso a caças com capacidade dual (nuclear e convencional), bombardeiros estratégicos e mísseis balísticos instalados em submarinos, para além de mísseis balísticos intercontinentais baseados em território dos EUA e com capacidade para atingir a Coreia do Norte;

- Em 1994, os EUA procederam a uma nova supressão de armas nucleares táticas – as que estavam embarcadas em navios de superfície e em porta-aviões.

A decisão de retirada de armas nucleares táticas da Coreia do Sul foi feita no sentido de persuadir a Coreia do Norte a autorizar inspeções internacionais às suas instalações nucleares e, em parte, porque os EUA já não consideravam necessário a existência de armas nucleares táticas na região como via de defesa da Coreia do Sul. Após resistência inicial, a Coreia do Norte anunciou que autorizava a inspeção das suas instalações, mediante prova de que os EUA haviam retirado a sua presença nuclear do Sul da península.

Esta nova aproximação entre os EUA e o regime norte-coreano culminou, já durante a Administração Clinton em 21 de outubro de 1994, quando os Estados

Unidos e a Coreia do Norte assinaram um Acordo – *U.S.-North Korea Agreed Framework* – obrigando Pyongyang a congelar a operação e a construção de reatores nucleares, suspeitos de fazer parte de um programa secreto de armas nucleares, em troca do compromisso de instalação de dois reatores de potência resistentes à proliferação. O acordo também responsabilizava os Estados Unidos pelo fornecimento de petróleo à Coreia do Norte, até à construção dos reatores estar finalizada.

Este Acordo pôs fim a uma crise de 18 meses, durante a qual a Coreia do Norte anunciou a sua intenção de se retirar do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), sob o qual se havia comprometido a não desenvolver armas nucleares.

E conseguiu igualmente congelar temporariamente a capacidade de produção de plutónio na Coreia do Norte, colocando este Estado sob a alçada das diretrizes da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) e, ainda, congelar a operação do reator em Yongbyon, bem como, interromper a construção de dois outros reatores - um em Yongbyon e um outro em Taechon. Estima-se que, sem este Acordo, a Coreia do Norte poderia ter hoje no seu arsenal centenas de armas nucleares.

E, entretanto, um consórcio internacional designado por Organização de Desenvolvimento Energético da Península Coreana (KEDO, do inglês *Korean Peninsula Energy Development Organization*) foi criado no sentido de implementar o Acordo.

7.3. A(S) COREIAS NO COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA NO NORDESTE DA ÁSIA

7.3.1. Complexos Regionais de Segurança – Conceito e aplicação na Cenuarização

Os Complexos Regionais de Segurança estão associados ao estudo e às teorias de complexidade dos sistemas (*Complex Systems*). Este é um campo científico que atravessa todas as disciplinas científicas e contempla a forma “como as partes de um sistema produzem comportamentos coletivos do sistema e como o sistema interage com o seu ambiente” (New England Complex Systems Institute, 2018).

Os Complexos Regionais de Segurança são subestruturas duradouras localizadas numa dada macrorregião mundial e baseiam-se em estruturas internas e limites externos que podem ser usados para monitorizar continuamente a sua dinâmica e distinguir mudanças significativas ao longo do tempo. Segundo Buzan e Wæver um Complexo Regional de Segurança é um conjunto de unidades cujos

principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são interligados de tal forma que os seus problemas de segurança não podem ser analisados ou resolvidos de forma separada. Os Complexos Regionais de Segurança têm uma estrutura que engloba cinco variáveis (Buzan & Wæver, 2003):

- Fronteira – que estabelece a diferença entre o Complexo Regional de Segurança e os seus vizinhos;
- Estrutura Anárquica – que exige que o Complexo Regional de Segurança deverá ser composto por duas ou mais unidades autónomas;
- Polaridade – que permite avaliar a distribuição do poder entre as unidades;
- Padrão de Conflitualidade – que abrange os padrões de amizade e inimizade existentes entre os Estados do Complexo;
- Presença Eventual de Potências Geograficamente Exteriores – como atores influentes na dinâmica do Complexo.

Existem, assim, três pilares fundamentais em que a Estrutura de um Complexo Regional de Segurança se baseia: o primeiro diz respeito ao padrão de rivalidade, o segundo assenta na balança de poder e no padrão de relacionamento entre os Estados da região e o terceiro à influência de potências globais na dinâmica do Complexo regional em análise.

Os Complexos Regionais de segurança têm uma dinâmica própria que pode ser objeto de Cenarização a partir das transformações antecipáveis da sua Estrutura. De acordo com os autores referidos podem distinguir-se três evoluções típicas:

- Manutenção do *Status Quo*;
- Possíveis alterações de Fronteira, de Polaridade e de Padrão de Conflitualidade Interna;
- Intervenções de potências geograficamente exteriores ao Complexo, mas com capacidade de influenciar a sua dinâmica.

7.3.2. O Complexo Regional de Segurança do Nordeste da Ásia

O Complexo Regional do Nordeste da Ásia é um Complexo Regional Multipolar que integra sete Estados com uma história de relacionamento de séculos. Internamente a este Complexo destaca-se atualmente a China como potência em ascensão, quer em termos militares, quer a nível económico (com uma economia mergulhada na globalização). Esta potência no seio do complexo regional de segurança não encontra um rival próximo. Contudo, a presença militar e económica de uma grande potência historicamente exterior ao Complexo, neste caso os Estados Unidos da América, tem sido determinante ao contribuir para

a redução do padrão de conflitualidade no seio deste complexo possibilitando condições para que os principais Estados como o Japão, Coreia do Sul e República Popular da China desenvolvam relações económicas de primeiro plano com os EUA e cada vez mais intensas entre si. Por sua vez a URSS sempre se assumiu como Entidade do Complexo, mas após a sua implosão, a Rússia que passou a deter a proximidade geográfica com o Complexo Regional de Segurança do Nordeste da Ásia tem uma presença menos influente do que a URSS tivera.

Ora, é cada vez mais visível no Complexo Regional de Segurança do Nordeste da Ásia uma forte tensão entre dois atores: a China que se considera a potência central no futuro da Ásia, *versus* os EUA que veem o seu poder e influência na Ásia como um fator decisivo para a manutenção do seu estatuto atual de superpotência hegemónica (Figura 14).

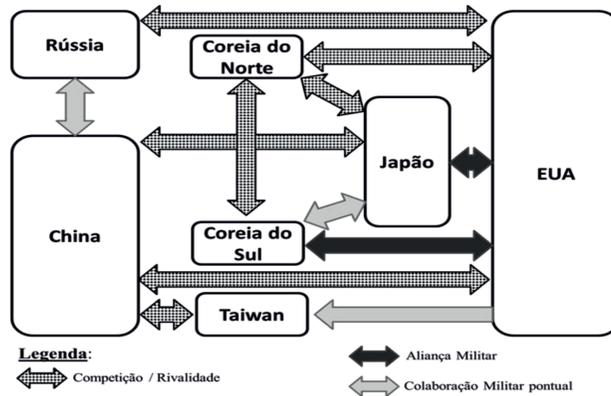


Figura 14 – Complexo Regional de Segurança do Nordeste da Ásia.

Segundo a análise da Figura 14 é possível observar que:

- A Coreia do Norte tem uma relação de tensão com quase todos os países que integram o Complexo Regional de Segurança do Nordeste da Ásia nomeadamente, com os Estados Unidos da América, o Japão e a Coreia do Sul. Possuindo apenas proteção militar não garantida da parte da China.
- A Coreia do Sul possui uma aliança com os EUA, uma tensão com a Coreia do Norte e exerce apenas uma colaboração militar com o Japão.
- A China, grande centro deste complexo regional detém apenas uma colaboração militar com a Rússia e tensões com o Japão, EUA e Taiwan, e por sua vez exerce uma proteção militar não garantida à Coreia do Norte.
- Os EUA, outro ator de destaque neste complexo possui uma aliança militar com a Coreia do Sul e com o Japão, prestando proteção militar não garantida a Taiwan; e tendo – em grau diferenciado – relações de tensão com a Rússia, Coreia

do Norte e China.

- O Japão tem uma aliança militar com os EUA, uma relação de tensão com a Coreia do Norte e com a China e uma mera colaboração militar pontual com a Coreia do Sul (fora de um quadro de aliança militar).
- A Rússia tem uma relação de tensão com os EUA e o Japão e uma colaboração militar pontual com a China.
- Taiwan detém uma relação de tensão com a China e recebe proteção dos EUA.

7.3.3. A opção nuclear da Coreia do Norte – uma hipótese de explicação

O Tratado de Não Proliferação (TNP) de 1968 apenas reconhece cinco potências nucleares. No entanto, a Coreia do Norte faz parte de um grupo de países detentores de armas nucleares e apresenta desde a década de 1990, as características associadas ao desenvolvimento de armamento dessa natureza, como a acumulação de uma quantidade suficiente de material físsil, e manifestação de capacidades desde 2006 (Hymans, 2010).

Para entender o programa nuclear da Coreia do Norte, é necessário perceber os interesses e motivações por detrás do mesmo. A lógica inerente à posse de armamento nuclear pela RPDC é a da *deterrence*. Esta ideia é explicada claramente no filme de 1964 *Dr. Strangelove*, em que o personagem homónimo sintetiza numa pequena frase o significado deste conceito – “*deterrence* é a arte de produzir na mente do inimigo, o medo de atacar”. É essa a aparente finalidade do desenvolvimento de armamento nuclear da RPDC. A elevada presença norte-americana junto dos seus aliados na região desde o início da Guerra da Coreia em 1950, constitui por isso uma ameaça à sua soberania, e como tal, a capacidade nuclear garante dessa forma a não-agressão por parte dos seus inimigos e a não interferência na estrutura interna do país (Gaertner, 2014). Igualmente, os exemplos do Iraque e da Líbia acentuaram a indispensabilidade do programa nuclear para a sobrevivência do regime. No entanto outras motivações são apontadas para além da garantia da própria segurança.

Victor Cha (2002) divide as motivações norte-coreanas em três categorias: “escudos”, “espadas” e “emblemas”. A primeira diz respeito ao sentimento de insegurança constante, ilustrando a *deterrence*. A segunda aponta para uma finalidade agressiva do programa, sendo fundamental para o plano de guerra e reunificação da península coreana. A terceira, aponta para a necessidade de afirmação e prestígio na arena internacional, e para a procura de um maior peso diplomático enquanto nova Potência Nuclear.

Já Habib (2011) aprofunda esta questão, incluindo a dimensão da economia

interna e aspetos políticos, mais propriamente a manutenção da política *Songun* (“*military first*”) e da filosofia *Juche* (autossuficiência). Está, desta forma, em causa a sobrevivência do regime, constantemente ameaçada por pressões externas, e que leva a que o mesmo dê prioridade a meios assimétricos, como a posse de armamento nuclear. Tem igualmente utilizado a capacidade nuclear como ferramenta de negociação junto da comunidade internacional, mais propriamente junto dos EUA. Outra explicação derivaria da desconfiança dos norte-coreanos em relação à vizinha China, apesar de necessitar do balanço contra os EUA (Zhang, 2018).

Após a Guerra da Coreia, Kim il-Sung começou a preocupar-se com o peso da facção pro-China – Yan’an – no Partido dos Trabalhadores da Coreia, e após a saída dos militares chineses do país, a facção foi afastada devido à ameaça que esta poderia constituir para o regime. Quando as relações sino-soviéticas se agravaram durante a década de 1960, derivada de fatores como a tentativa de ingerência soviética e a não partilha de tecnologia nuclear, a Coreia do Norte alinhou-se com a mais poderosa – a URSS (Zhang, 2018).

Com o fim da União Soviética no início da década de 1990, a Coreia do Norte não teve outra escolha a não ser aproximar-se novamente da China, ao precisar de assistência e de um aliado na região. Desta forma, a Coreia do Norte torna-se altamente dependente da China a nível económico, e por isso novamente sujeita à influência política do passado. As reformas económicas da China, mais acentuadas nos anos 90 mostraram-se bastante atrativas para as elites norte-coreanas, revitalizando assim a facção pro-China no país, sendo um dos seus principais defensores Jang Song-Thaek, irmão de Kim Jong-Il e tio do atual líder norte-coreano.

Quando Kim Jong-Un chega ao poder em 2011, a sua legitimidade junto dos oficiais mais antigos do regime era bastante reduzida. Sentindo-se suscetível a um possível ataque interno, Kim Jong-Un vê novamente a influência chinesa interna e externa como uma ameaça à sua sobrevivência política, levando à condenação e morte de Jang Song-Thaek e dos seus seguidores, assim como ao assassinato do seu irmão mais velho Kim Jong Nam com conhecidas ligações à China (Zhang, 2018).

Para além destes, outros fatores como o apoio a sanções internacionais, cortes nas exportações, ou suspensão de negócios norte-coreanos na China, têm exacerbado este sentimento de desconfiança. Ou seja, apesar de a China ser bastante importante na balança de poder no Complexo é igualmente vista como sendo bastante duvidosa e pouco fiável aos olhos de Kim Jong-Un, e esta desconfiança pode ter sido um dos motivos para a intensificação do programa nuclear nos últimos anos. A arma nuclear norte coreana constitui desta forma uma ameaça potencial à China.

No contexto deste Complexo Regional de Segurança, em processo de

redefinição de poder relativo no seu interior, a decisão da Coreia do Norte de avançar com a criação de um arsenal nuclear pode pois ser encarada simultaneamente como uma forma de se proteger de um adversário distante – os EUA – e de um vizinho – a China – que embora tenha também um regime de partido único comunista, é o herdeiro de um império que sempre tratou a Coreia, apoiando a sua divisão ou quando unificada, fazendo esforços para que se tornasse num Estado tributário.

7.3.4. Uma sucessão de eventos

Elaborou-se a seguinte cronologia, na sequência da anterior, mas agora centrada em quatro tipos de acontecimentos que decorreram entre 1985 e 2017¹⁷: novas instalações para o ciclo do combustível nuclear, testes de armas nucleares, testes de mísseis balísticos, cimeiras entre Estados destinados a negociar a eventual desnuclearização da Península coreana:

- 1985: A Coreia do Norte termina a construção das instalações de Yongbyon para refinar o urânio “Yellowcake”, permitindo assim produzir o combustível adequado para o funcionamento dos reatores nucleares.

- 12 de dezembro: A Coreia do Norte assina o Tratado de Não Proliferação Nuclear.

- 1986: Além de terminar o primeiro reator, a Coreia inicia a construção de um segundo reator nuclear.

- 1989: Com o auxílio de imagens de satélite os EUA conseguem prova inconcutíveis que a Coreia possuía um programa de armas nucleares.

- 1991: A República Popular Democrática da Coreia é admitida no dia 17 de setembro na Assembleia Geral da ONU.

- A Coreia do Norte tenta contratar físicos nucleares soviéticos.

- 1992: Declaração Conjunta de Desnuclearização da Península Coreana.

- A Coreia do Norte conclui o acordo com a AIEA (Agência Internacional de Energia Atómica).

- 1993: A Coreia do Norte anuncia a sua retirada do Tratado de Não-Proliferação e suspende o diálogo com os EUA.

- 1994: EUA e Coreia assinam novo acordo para parar o programa nuclear da Coreia do Norte.

- Em julho do mesmo ano Kim Il-Sung, o primeiro líder da Coreia do Norte, morre de ataque cardíaco. É sucedido por seu filho, Kim Jong-Il.

- 1998: Coreia do Sul Declara a Sunshine Policy: abertura ao relacionamento com a Coreia do Norte.

¹⁷ Como se referiu anteriormente, no decorrer da década de 70 o governo norte coreano tentou sem sucesso adquirir assistência nuclear da União Soviética e da China. E a Coreia do Norte propõe à Coreia do Sul a formação de um programa nuclear secreto; o Sul não aceita a proposta.

- A Coreia do Norte Continua a venda de material nuclear e faz um teste de míssil que sobrevoa o Japão.
 - 2002: A Coreia do Norte informa a AIEA que congela o acordo que mantém com a organização (expulsão da AIEA do país).
 - 2003: 10 de janeiro a AIEA volta a ser o porta voz dos EUA.
 - A Coreia do Norte anuncia novamente que se está a retirar do Tratado de Não-Proliferação.
 - 9 de dezembro: não pode haver nada menos que a eliminação completa e verificável dos programas nucleares da Coreia do Norte.
 - A Coreia do Norte oferece congelar seu programa de reatores em troca de uma lista de concessões dos EUA. O presidente George W. Bush recusa-se.
 - Proposta para o início das reuniões a 6 (*Six-Party Talks*).
 - 2005: *Six-Party Talks*
- Os EUA e a Coreia do Norte anunciam um acordo onde a última propõe pôr fim ao seu programa nuclear em troca a um pacto de não-agressão. A declaração foi revogada no dia seguinte quando a Coreia do Norte exigiu permissão para continuar o desenvolvimento de reatores civis como parte de um acordo, encerrando as negociações.
- 2006: George W. Bush pronuncia que este ato da Coreia do Norte viola todos os precedentes quanto ao acordo sobre os testes de misseis.
 - Bush anuncia que o Norte testou sem sucesso um míssil.
 - 2006–2007: As conversações entre seis países envolvendo a Coreia do Norte, os EUA, a Coreia do Sul, a China, a Rússia e o Japão resultam na assinatura de um acordo.
 - Sob supervisão russa e americana, a Coreia do Norte desmonta mais de metade das barras de combustível gastas da central de Yongbyon.
 - 2009: A Coreia do Norte testa um míssil Unha-2 sobre o território japonês.
 - O Serviço Geológico dos EUA, baseando-se na atividade sísmica, verifica que a Coreia do Norte realizou um teste nuclear subterrâneo.
 - A Coreia do Norte testa sem sucesso o lançamento de um satélite Kwangyongsong-3.
 - 2013: No dia 13 de fevereiro a Coreia do Norte testa sem sucesso um satélite Kwangyongsong-3.
 - O Serviço Geológico dos EUA deteta sinais de outro teste nuclear subterrâneo perto de Sungjibaegam.
 - 2016: Aumentam as tensões diplomáticas entre a Coreia do Norte e o ocidente, onde os EUA condenam publicamente os seus atos (testes de misseis).
 - 6 de fevereiro: a Coreia lança com sucesso o satélite Kwangmyongsong-4 em órbita.

– 23 de agosto: a Coreia do Norte lança com sucesso um míssil balístico sobre o Mar do Japão.

– 2016: O Sul alega que o Norte realizou um quinto teste nuclear baseado em tremores de terra obtidos perto das instalações de testes subterrâneos da Coreia do Norte.

– 2017: O New York Times informou que o governo Obama lançou um programa de ataque cibernético para sabotar o desenvolvimento de mísseis da Coreia do Norte, semelhante ao vírus Stuxnet implantado contra o Irão. O programa é creditado por frustrar vários testes de mísseis nos últimos três anos.

– 14 de maio: a Coreia do Norte lança um míssil Hwasong-12. A análise do Comando do Pacífico dos EUA alegou que o míssil não parecia ser um míssil balístico intercontinental e não ameaçava diretamente os EUA.

– 31 de maio: os EUA realizam operações de operadoras duplas com o USS Ronald Reagan (CVN-76) e o USS Carl Vinson (CVN-70) na Península da Coreia pela primeira vez desde a década de 1990.

– 4 de julho: A Coreia do Norte lança seu primeiro míssil balístico intercontinental, e os EUA e a Coreia do Sul lançam mísseis no mar como uma demonstração de força no mesmo dia.

– 29 de agosto: a Coreia do Norte lança um míssil sobre o Japão pela primeira vez desde 2009. O míssil pousou no Mar do Japão. A 3 de setembro, acontece o sexto teste nuclear.

Vale a pena referir que em finais de 2017 nas negociações que envolviam a Coreia do Norte era visível que se foram sobrepondo tentativas de resolução de questões distintas, mas que as estratégias negociais dos atores se interrelacionaram de maneira particularmente densa. E nomeadamente:

– A celebração ou não de um Tratado de Paz envolvendo todos os beligerantes (ou os que são seus “herdeiros”) e que pusesse fim à guerra da Coreia;

– A natureza de garantias de segurança entre os Estados do Complexo Regional de Segurança e de outras potências que nele se envolveram;

– A redefinição do relacionamento entre as Coreias e a clarificação do modelo institucional para onde evoluiria esse relacionamento – centrada na questão da reunificação;

– A decisão sobre a capacidade nuclear e balística da Coreia do Norte, tendo igualmente em conta o dispositivo militar dos EUA em território da Coreia do Sul.

7.3.5. Uma alteração no Complexo regional de Segurança - A ascensão da China como grande potência e a sua nova estratégia pan-asiática

7.3.5.1. A China é diferente

Ao contrário do Japão e da Alemanha, que no pós-II Guerra Mundial competiam economicamente com os EUA, mas estavam dependentes da proteção norte-americana face à URSS, a China apresenta hoje um padrão de complementaridade económica fortíssimo com os EUA. Mas, a China está envolvida num processo de obtenção de uma muito maior autonomia estratégica, assente no desenvolvimento de um complexo militar industrial de grande dimensão a nível mundial. A China com esse complexo militar industrial pretende gerir os pontos fortes e fracos das suas características geoestratégicas, por forma a adquirir uma muito maior capacidade para dissuadir os EUA de se oporem a objetivos que o regime chinês considere cruciais – ex. reunificação com Taiwan – e para afirmar uma clara superioridade no longo prazo face à potência asiática rival – a Índia.

Ao contrário da URSS, a China pode criar as condições de crescimento económico assente na extroversão que lhe permitiu acumular capital na constituição de um aparelho de defesa e num complexo militar industrial modernizados, sem pôr em causa a sua viabilidade económica.

A China parece empenhada em obter – por via geopolítica e estratégica – um espaço de segurança face aos EUA e seus aliados na Ásia-Pacífico, e face à Índia – a outra potência asiática emergente – com presença nas extensas vias de comunicação marítima da China com o Golfo Pérsico, o Mediterrâneo e o Atlântico. Neste processo, podem distinguir-se várias componentes essenciais:

- A constituição de uma força nuclear que forneça à China capacidade de dissuasão nuclear face a três potenciais adversários, os EUA, Índia e Rússia;
- A execução sustentada de um programa de ciberdefesa e de um programa espacial ambicioso que envolve a militarização do espaço;
- A consolidação de um espaço marítimo de proteção, mediante o afastamento do dispositivo naval dos EUA com relação ao seu litoral, através da conjugação de meios navais, aéreos e de comando e controlo, que lhe permitam fazer o *sea denial* do espaço compreendido entre a primeira linha de ilhas e a sua costa, aumentando ao mesmo tempo a vulnerabilidade do Japão e da Coreia do Sul nas suas próprias rotas de abastecimento marítimo;
- A consolidação de um espaço continental na Ásia Central, que lhe permita obter maior independência energética, circunscrever geograficamente o islamismo, consolidar a sua aliança com o Paquistão e conter o avanço da

Índia e as ambições das potências ocidentais, sem hostilizar a Rússia – potência anteriormente dominante na região, sob a configuração estatal da URSS, e sua parceira na Organização de Cooperação de Xangai.

Este extenso e diversificado esforço de Defesa, se contou com aquisições externas de armas, tem-se baseado, sobretudo, no desenvolvimento de um complexo militar industrial que, ao contrário do que aconteceu com a URSS, assenta numa economia em rápido e continuado crescimento, tornado possível pela sua profunda integração na globalização.

A ascensão da China pode começar por fazer sentir o seu impacto em disputas territoriais nos mares que a rodeiam (Mar da China Oriental e Mar do Sul da China), com forte potencial de recursos energéticos *offshore* e que são locais chave de passagem das vias de comunicação marítima que abastecem todo o Nordeste da Ásia. Pode traduzir-se, também, numa maior competição com a Índia (também com impacto nas velhas disputas territoriais), no sentido de tentar reduzir a sua liberdade de ação no espaço marítimo circundante, de limitar a sua presença na Ásia Central e de travar a promoção da sua influência no Pacífico. O Paquistão – tradicional adversário da Índia – ocupa um lugar decisivo nestes objetivos estratégicos da China, designadamente, no que respeita a uma futura influência chinesa no Afeganistão, tendo em conta o seu armamento nuclear e os cálculos da Índia neste domínio.

Este investimento geopolítico e geoestratégico, mas também geoeconómico, da China encontra materialização no seu grande projeto OBOR – *One Belt One Road*.

7.3.5.2. As ambições regionais da China vistas dos EUA

No relatório de 2017 ao Congresso americano (*US-China Economic and Security Review Commission* [USCESRC], 2017) é feita uma análise da aproximação da China a países pertencentes à região onde se insere, como por exemplo, Myanmar, Camboja, Laos e Tailândia. A presença chinesa nestes países se destaca com dois objetivos claros: ganhar vantagem no potencial económico no sudeste da Ásia e balançar as oportunidades geopolíticas da região contra as suas vulnerabilidades em matéria de segurança.

Esta estratégia permite que a China consiga capitalizar o relacionamento com estes países para o seu próprio interesse, utilizando diversas táticas como por exemplo pacotes de assistência que acabam por beneficiar os seus próprios objetivos. Ao instituir a sua presença nos mais diversos países, consegue então garantir uma vasta rede que lhe permitirá no futuro ter um impacto positivo na sua estratégia de se destacar ao nível mundial, e ser o núcleo que de certa forma “controla” todos os países ao nível regional (USCESRC, 2017).

Em relação aos países vizinhos importa sublinhar que a China tem na Coreia do Norte um “aliado” e tem-se assistido à afirmação da China como jogador-chave na questão nuclear que envolve um terceiro ator cuja China quer ultrapassar num futuro próximo - os Estados Unidos da América. Apesar de ser considerada um jogador chave na mediação do conflito e por ter aplicado sanções mais fortes em 2017, a China continua a ser relutante em apoiar as medidas norte americanas em relação à Coreia do Norte, porque acredita que a ação americana tem como principal fim fortalecer as suas alianças nesta região e de certa forma, conter a China. A verdade é que os Estados Unidos da América têm dois aliados de peso neste complexo regional: o Japão e a Coreia do Sul (USCESRC, 2017).

É importante referir novamente os interesses da China a longo prazo em que é pretendido atingir uma autonomia ao nível militar que permita ultrapassar os Estados Unidos da América, a política seguida de articulação aos estados considerados mais fracos no sentido em que não constituem uma ameaça aos interesses chineses permite que a China tenha aliados afirmando-se como país central neste complexo regional.

Este ponto é importante, porque é conhecido que a China vê a América do Norte como uma ameaça e pretende diminuir a sua influência na região permitindo que ganhe uma maior projeção inclusive no espaço marítimo do Índico e Golfo Pérsico. Ao conseguir os objetivos mencionados anteriormente, e ao reforçar as relações com a Europa, a China consegue reforçar a sua hegemonia, permitindo consolidar a ideia da existência de uma Nova Rota da Seda, que de acordo com os documentos vistos em aula, teria início na China, passando pela Turquia, Rússia, Venezuela, Quênia e Malásia, fomentando a ideia de que a China pretende construir uma infraestrutura global (USCESRC, 2017).

7.3.6. A nova Administração dos EUA e uma nova fase de movimento no relacionamento no interior do Complexo Regional de Segurança

Com a nova administração dos EUA eleita em 2017 e liderada pelo presidente Donald Trump, as relações entre os EUA e a Coreia do Norte ficaram num impasse. Para o líder norte-coreano, Kim Jong-Un, a cimeira que se realizou entre os dois países foi o realizar de uma estratégia de aproximação já pretendida há bastante tempo, de forma a assegurar os seus interesses e a manutenção do regime. Da parte dos EUA, a estratégia anterior passava por isolar económica e diplomaticamente a Coreia do Norte, bem como aplicar a demonstração de capacidades e de força. Pressionava a China para atuar junto do governo da Coreia do Norte, ameaçando-a com sanções económicas e aumentando a cooperação com a Coreia do Sul e com o

Japão na defesa, bem como com o aumento de efetivos militares no nordeste asiático.

Os acontecimentos recentes apontam para uma aproximação entre os EUA e a Coreia do Norte, reafirmando o papel dos EUA no continente asiático, neste caso como ator externo no Complexo de Segurança Regional do Nordeste da Ásia. As possibilidades abertas por esta aproximação são designadas por Charles A. Kupchan como o alcançar de uma *zone of stable peace*.

A zone of stable peace is a grouping of strategically proximate states among which war has become unthinkable. The members of a zone of stable peace succeed in demilitarizing their relationship, thereby eliminating the use of armed force as a legitimate tool of statecraft.

Rapprochement, security community, and union thus differ as to the formality and scope of the key bargains that lock in stable peace. Rapprochement rests on tacit understandings to preserve peace; practice, not principle, guides behavior. The participants in a security community go one step further, reaching agreement upon the group's ordering rules and often making them explicit in declarations and charters; practice and principle combine to guide behavior. A union generally entails codified agreement not just about ordering rules, but also about rules for making rules. The agreed-upon order is normally formalized through a constitution that specifies legally binding commitments; principle guides practice and behavior. (Kupchan, 2012)

7.3.7. Uma síntese, antes de olhar para o(s) futuro(s)

A história do relacionamento entre as Coreias, China e Japão sempre fora complexa devido à divisão das Coreias. Ao longo de quatro dinastias imperiais chinesas – Tang, Yuan, Ming e Qing – a China procurou sempre intervir na vida política da península coreana, apoiando uns reinos contra outros e – quando se verificou a unificação entre reinos – tratou a Coreia como um Estado tributário.

A emergência do Japão, como Estado unificado e poderoso, fez surgir outro ator interessado em controlar as Coreias, neste caso para se defender de potenciais agressores vindos do continente ou como plataforma para expansão posterior nesse continente.

O Complexo Regional Multipolar com uma história de séculos, tem atualmente uma potência central em ascensão em termos militares e assente numa economia mergulhada na Globalização – a China – que não encontra no interior deste complexo rival próximo.

Tem sido a presença militar económica de uma potência historicamente exterior ao complexo – os EUA – na Ásia Pacífico que permitiu reduzir o padrão de conflitualidade no interior deste Complexo, criando as condições para que os principais Estados – Japão, Coreia do Sul, República Popular da China – tenham relações económicas de primeiro plano com os EUA e cada vez mais intensas entre si.

Mas China e EUA estão a entrar num período de fortes tensões entre si. A China considera-se a potência central no futuro da Ásia, enquanto os EUA consideram a o seu poder e influência na Ásia como um fator decisivo do seu estatuto atual de superpotência.

Enquanto neste período de tensões e rivalidades, a Coreia do Norte tomou a decisão de avançar para a obtenção de um arsenal nuclear, de forma a proteger-se de um adversário distante – os EUA – e de um vizinho – a China – que embora tivesse também um regime de partido único comunista – era o herdeiro de um império que sempre tratara a Coreia ou apoiando a sua divisão, ou quando unificada, pretendendo que fosse um Estado tributário.

Desde o início dos anos 90, o equilíbrio de poder na península coreana mudou, para desvantagem da Coreia do Norte. Estrategicamente, a dissolução da União Soviética e a melhoria das relações diplomáticas e económicas entre a China e a Coreia do Sul fizeram com que a situação alterasse para a Coreia do Norte, ao nível da garantia de segurança externa. Politicamente, estas mudanças significaram também maior isolamento.

Por seu lado as negociações em torno da questão nuclear foram sobrepondo tentativas de resolução de questões distintas, mas que as estratégias negociais dos atores interrelacionaram de maneira particularmente intrincada:

- A celebração ou não de um Tratado de Paz envolvendo todos os beligerantes (ou os que são seus “herdeiros”) que pusesse fim à guerra da Coreia;
- A natureza de garantias de segurança entre os países do Complexo Regional de Segurança e de outras potências que nele se envolveram;
- A redefinição do relacionamento entre as Coreias e a clarificação do modelo institucional para onde evoluiria esse relacionamento – ou seja a questão da reunificação ou não;
- A decisão sobre a capacidade nuclear e balística da Coreia do Norte, tendo igualmente em conta o dispositivo militar dos EUA em território da Coreia do Sul.

7.4. AS COREIA(S) NO COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA NO HORIZONTE 2035

7.4.1. Identificação dos Elementos Pré-Determinados na Cenarização

Consideraram-se cinco elementos pré-determinados principais:

- Os EUA e a China vão ambos posicionar-se num espaço estratégico unificado – o Indo-Pacífico – o que dará poder reforçado à Índia e a alguns Estados

da ASEAN, que farão a interface entre estes dois Oceanos a zona de maiores tensões entre potências;

– A China procurará até ao horizonte 2035 avançar na criação de um espaço sinocêntrico na Ásia e na consolidação de um dispositivo de defesa, assente num poderoso complexo militar industrial e que a ponham fora do “alcance militar” dos EUA;

– A Coreia do Norte procurará evitar a todo o custo a criação de uma relação privilegiada e controladora da República Popular da China sobre as Coreias;

– O relacionamento entre as Coreias evoluirá de forma gradual, começando pelo quadro de relações externas e de segurança e evoluindo de forma mais lenta na aproximação entre os dois sistemas económicos e políticos – o que pode tornar esse relacionamento bilateral muito vulnerável a tentativas de interferência de outras potências (ou seja a reunificação das Coreias foi considerada fora do horizonte temporal deste exercício);

– A evolução da questão nuclear norte coreana vai manter uma relação estreita com o modo como evoluirá a relação do Irão com os EUA e outras potências a propósito do seu programa nuclear.

7.4.2. Seleção das Incertezas Cruciais e de duas Configurações Plausíveis e Contrastadas para a Resolução de cada uma

A primeira Incerteza Crucial é o resultado das negociações em curso no que respeita à celebração de um Tratado de Paz e à natureza das garantias de segurança, que a Coreia do Norte pode obter e da parte de quem, no final das negociações.

Consideraram-se duas Configurações plausíveis e contrastadas para resolução desta Incerteza:

– Primeira Configuração – Solução Multilateral: Celebração de um Tratado de Paz e criação de um quadro institucional em que os Estados que o assinem acertam garantias mútuas de segurança futuras;

– Segunda Configuração – Solução Bilateral: Celebração de um conjunto assimétrico de pactos de não agressão, deixando uma ou mais potência(s) do Complexo descontentes.

A segunda Incerteza Crucial reside no resultado a que se chegará nas negociações em curso quanto ao arsenal nuclear da Coreia do Norte, à presença militar dos EUA na Coreia do Sul, às infraestruturas do programa nuclear da Coreia do Norte e ao seu programa de mísseis balísticos intercontinentais.

Consideraram-se duas Configurações plausíveis e contrastadas para resolução desta Incerteza:

– Primeira Configuração – Faseamento Negociado: Negociações levam a uma limitação severa no alcance das mísseis balísticos da Coreia do Norte e à retirada dos sistemas de defesa antimíssil dos EUA, instalados na Coreia do Sul em anos recentes. Concorrente verificar-se-ia um faseamento no processo de desnuclearização da Coreia do Norte, que diferencie em tempo longo os diversos tipos de ativos do seu programa nuclear – do arsenal nuclear já existente às infraestruturas industriais e de teste de armas nucleares;

– Segunda Configuração – Aceleração Seletiva: Negociações levam a um avanço rápido no processo de desnuclearização da Coreia do Norte, abrangendo mísseis e o arsenal nuclear atual da Coreia do Norte e a maior parte da infraestrutura nuclear desenvolvida para o programa militar. Bem como, a um avanço para um acordo de segurança mútua entre as Coreias.

7.4.3. A Matriz de Cenuarização e os quatro Cenários que dela resultam

A Matriz de Cenuarização foi obtida pelo cruzamento de dois Eixos de contrastação alinhados por cada uma das Incertezas Cruciais e suas Configurações de Resolução, tal como visível na Figura 15.

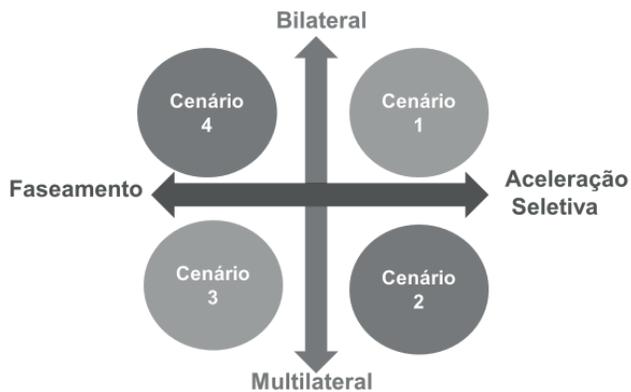


Figura 15 – Matriz de Cenuarização.

7.4.4. Explorando dois cenários contrastados – o Cenário 2

7.4.4.1. Contextualização do Cenário 2

No Cenário 2 teria lugar a assinatura de um Tratado de Paz entre todos os beligerantes na guerra da Coreia. Após um longo período de ameaças e desavenças os atores da Guerra da Coreia chegariam a um acordo e assinariam um Tratado de Paz. No entanto, há que recapitular como estes Estados chegaram

a este resultado que transformaria por completo a futura arquitetura de segurança e o desenvolvimento do Complexo Regional de Segurança do Nordeste da Ásia.

Relativamente à Coreia do Norte, com o final da Guerra da Coreia, a nação que até hoje é liderada pela Dinastia Kim construiu barreiras que a separassem do restante planeta e isolou-se quase completamente. Entre altos e baixos, o país atualmente possui um arsenal nuclear capaz de devastar as nações vizinhas. No entanto, perante a comunidade internacional não é bem visto, pois a ONU já aplicou severas sanções em variados seguimentos, todos com vista à desnuclearização dos norte-coreanos. Para além disto, durante meses, o atual líder Kim Jong-Un, e o presidente Donal Trump trocaram entre si diversas acusações e ameaças. No entanto, é importante ter em conta que a Coreia do Norte possui uma economia fraca, que não é autossustentável e que enfrenta problemas sociais. Para Kim Jong-Un, a assinatura de um Tratado de Paz seria de extrema importância, tendo em consideração que o país precisa de uma rápida injeção de investimento e modernização na sua economia e que uma reaproximação às Nações Unidas, abriria mais vastas oportunidades de obter cooperação internacional para essa modernização.

No caso da Coreia do Sul – Estado rival da Coreia do Norte – é hoje um país desenvolvido. Contou com o apoio dos norte-americanos durante e após a Guerra da Coreia, que fez com que o país crescesse economicamente e reforçasse em termos militares. O país presidido por Moon Jae-in dispõe hoje de uma indústria eletrónica e automóvel de primeira qualidade e possui grande prestígio internacional. Mas lida no dia-a-dia com uma grande tensão junto ao Paralelo 38, a Zona Desmilitarizada entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte. Para Moon Jae-in, a paz na região trará maior território, além de uma eventual redução dos investimentos no setor da Defesa.

Por sua vez, os Estados Unidos foram, como se sabe, primordiais no desenrolar e finalização da Guerra da Coreia ao atuarem contra a Coreia do Norte e na elaboração do armistício em Panmunjom. No decorrer dos anos, foram fundamentais para a ascensão económica da Coreia do Sul. Ao contrário a relação com a Coreia do Norte nunca foi amistosa, pelo contrário, sempre esteve rodeada de tensão. Atualmente, a nova Administração dos EUA tem vindo a prosseguir na tentativa de concretizar uma desnuclearização da Coreia do Norte por via diplomática e de uma abertura de portas para uma eventual cooperação económica bilateral.

Os chineses sempre tiveram enorme influência no que diz respeito a Península da Coreia, desde as épocas mais antigas envolvendo os antigos reinos. Durante a Guerra da Coreia, o país combateu diretamente as tropas dos Estados Unidos e da Coreia do Sul. Ao longo dos anos, tornou-se o maior parceiro económico da Coreia do Norte. Ora a China não vê com bons olhos o grau de influência dos

Estados Unidos no Nordeste Asiático, e por isso revela um forte interesse em ter um papel ativo nas discussões relativamente à desnuclearização da Coreia do Norte e à formalização de um eventual tratado de paz.

A Rússia (herdeira da URSS) não possui atualmente uma influência determinante na Península da Coreia, mas até à década de 90 a antiga União Soviética foi uma importante aliada militar da Coreia do Norte. Inclusive, até hoje o sector militar comandado pela Dinastia Kim possui vários equipamentos, aeronaves e submarinos provenientes desta parceria com os soviéticos, todos obsoletos e muitos em mau funcionamento. Para o país liderado por Vladimir Putin a assinatura de um Tratado de Paz seria de grande importância, pois a Rússia faz fronteira terrestre com os norte coreanos e a eclosão de uma crise militar afetá-la-ia diretamente, tanto em termos militares, como em termos sociais devido às vagas de refugiados que se dirigiriam para o território da Rússia.

Com estas linhas e tendo em vista que o panorama mundial tem sido traduzido de maneira diferente nestes últimos anos, conclui-se que países que antes se tratavam como inimigos podem utilizar de um jogo de poderes vinculado numa cooperação multilateral que permita a implementação de um ambiente de paz e de uma Coreia do Norte desnuclearizada.

7.4.4.2. Narrativa do Cenário 2

Neste cenário seria assinado um Tratado de Paz entre todos os beligerantes na guerra da Coreia. Após um longo período de ameaças e trocas de desavenças perante o cenário internacional, os Estados (ou os seus herdeiros, no caso da URSS) que estiveram envolvidos na Guerra da Coreia chegam a um acordo e assinariam um Tratado de Paz. Seriam assinadas garantias mútuas de segurança entre os subscritores do tratado de paz garantindo a independência e integridade territorial das duas Coreias.

A Coreia do Norte comprometer-se-ia a destruir o seu arsenal nuclear de forma faseada ao longo de um período longo em que se consolidaria uma forma de parceria entre as duas Coreias. A assinatura de um acordo de segurança mútua entre todos os subscritores do Tratado de Paz levaria, em primeiro lugar, a uma validação da independência dos territórios correspondentes à Coreia do Norte e à Coreia do Sul e respetiva integridade territorial. Traduzindo a força dos obstáculos a uma hipotética reunificação no curto/médio prazo das duas Coreias: são hoje Estados completamente autónomos e independentes que, por influências externas distintas (e até antagónicas), se desenvolveram em sentidos muito díspares e apresentam diferenças consideráveis no que concerne a aspetos sociais, culturais, etc. A assinatura do acordo corresponderia assim um reconhecimento das fronteiras dos dois Estados na Península da Coreia.

7.4.4.3. Impacto do cenário no Complexo Regional de Segurança

Neste Cenário, seria provável que os Estados Unidos aceitassem proceder à retirada (de parte) das suas tropas do Nordeste Asiático, nomeadamente da Coreia do Sul, uma vez consolidada a estrutura que garantiria a paz. Se assim acontecesse a China poderia avaliar positivamente as consequências para sua segurança nacional por não haver uma tão elevada presença militar norte-americana junto das suas fronteiras. Com isto, a Coreia do Sul poderia atingir uma maior autonomia face aos EUA.

O comprometimento por parte da Coreia do Norte em avançar com o processo de desnuclearização surgiria em paralelo com a legitimação internacional do regime de Pyongyang. Os Estados Unidos da América, que ao longo da história de relações bilaterais nunca cedeu a essa abordagem, ao romperem com o passado, atingiriam a solução diplomática mais promissora ao darem o salto inicial para início do estabelecimento de relações com a Coreia do Norte.

Neste Cenário os Estados seriam obrigados a fazer cedências: pela parte da China, deixaria de ser o principal parceiro comercial da Coreia do Norte, pela parte dos Estados Unidos estes deixariam de exercer tanta influência quer na Coreia do Sul, quer no Japão. No entanto, estas concessões seriam os meios essenciais para atingir o objetivo comum de alterar o padrão de conflitualidade no Complexo Regional de Segurança.

7.4.5. Explorando dois cenários contrastados – o Cenário 4

7.4.5.1. Contextualização do Cenário 4

A China possui uma ligação histórica de longa data com a Coreia do Norte, além de ser o seu principal parceiro económico (a balança comercial de Pyongyang com Pequim representa cerca de 90% do total). As relações entre a República Popular da China e a Coreia do Norte têm sido marcadas pelo interesse estratégico da China em contar com a Coreia do Norte como um Estado tampão que bloqueia a aproximação norte-americana ao território chinês. No entanto, de 2017 até à presente data, a China tem vindo a mudar a sua postura face aos ensaios nucleares e aos testes de mísseis balísticos realizados pela Coreia do Norte passando a aplicar com maior rigor as sanções aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mudança de postura que se deu no contexto das fortes pressões realizadas pelos EUA e por outros Estados membros das Nações Unidas. Mas a China, não tem interesse numa reaproximação das Coreias que decorra em paralelo com uma melhoria substancial das relações dos EUA com a Coreia do Norte, visto que os

EUA teriam cada vez mais influência na Península Coreana.

Os EUA, como se referiu anteriormente, no ano de 2018, iniciaram uma nova abordagem nas suas relações com a Coreia do Norte ao procurar explorar uma eventual aproximação com Pyongyang, mediante a realização de negociações diretas EUA-Coreia do Norte ao nível dos Chefes de Estado de ambos os Países.

A mudança política no posicionamento da China e a aplicação de sanções, aprovadas pelas Nações Unidas, contribuíram para gravar um “sentimento de distância da Coreia do Norte face à China, e abriram espaço para que a Coreia do Norte optasse por um futuro acordo com os EUA e Coreia do Sul.

Estas negociações são benéficas para ambos os Estados, tanto mais que possuem objetivos bastante distintos: os EUA pretendem manter-se como a 1ª potência mundial e consolidar a sua influência no espaço Indo Pacífico. Enquanto que para a Coreia do Norte, os objetivos parecem ser o de evitar o colapso de seu regime comunista, assegurar maior autonomia face ao grande vizinho – a China, e de manter uma capacidade de dissuasão militar credível.

A Coreia do Norte parece estar a dar passos de aproximação entre as duas Coreias, no sentido de consolidar a sua posição nas duas frentes de negociação, com a Coreia do Sul e os EUA, permitindo também uma possível abertura dos mercados económicos desses países. Outro fator relevante que vem sendo adotado pelos norte-coreanos é de exigir o estabelecimento de relações diplomáticas com os principais países que atualmente não o reconhecem, especialmente os EUA, a Coreia do Sul e o Japão, bem como as garantias de segurança das suas fronteiras pelos EUA e subscritas pela China e Rússia. No entanto, há interesses alheios que podem pôr em causa o processo de negociação desse acordo, por exemplo os interesses Chineses citados anteriormente.

O Japão sendo um rival regional da China, com o seu envolvimento eventual neste processo de aproximações da Coreia do Norte, provocaria um enfraquecimento da posição relativa da China no seu espaço geopolítico mais próximo - o Nordeste da Ásia.

7.4.5.2. Narrativa do Cenário 4

O Cenário 4 parte da consolidação de duas relações bilaterais - sendo a primeira a dos EUA com a Coreia do Norte e a segunda entre a Coreia do Norte e o Japão (esta com uma forte componente de ajuda económica).

Não seria assinado um tratado de paz entre os beligerantes envolvidos na guerra da Coreia, por haver uma total discordância da China face à evolução das negociações entre os EUA e a Coreia do Norte. Com o intuito de não querer perder a influência no Nordeste da Ásia, a RPC evitará ao máximo a aproximação dos EUA

à Coreia do Norte, pois com relações próximas e diretas, a China deixaria de ser mediadora entre os dois países. Deste modo, os mecanismos utilizados por Pequim seriam procurar até ao horizonte 2035 avançar ainda com mais determinação na criação de um espaço sinocêntrico na Ásia, bem como na consolidação de um dispositivo de defesa, assente num poderoso complexo militar industrial e que a ponha fora do “alcance militar” dos EUA.

A China à luz dos seus interesses tudo fará para que os EUA não celebrem um acordo de parceria com os norte-coreanos, pois a Coreia do Norte figura no plano estratégico da China como um Estado tampão que bloqueia a aproximação norte-americana ao território chinês na sub-região do Nordeste da Ásia.

Por outro lado, o regime da Coreia do Norte procurará evitar a todo o custo a criação de uma relação privilegiada e controladora da República Popular da China sobre as Coreias. A procura de uma relação bilateral entre Pyongyang e Washington deve ser apreciada neste contexto. Possibilitar-lhe ia assegurar a continuidade do seu regime, embora com um comportamento internacional bem diferente do que tem sido o seu. O que a tornaria menos dependente da China.

Os EUA e a Coreia do Norte assinariam um pacto de não-agressão. Partindo do pressuposto que seria acordada a suspensão imediata do programa nuclear militar, o desmantelamento das instalações utilizadas para os ensaios nucleares, este pacto salvaguardaria a Coreia do Norte, tendo em vista que ela ainda teria mecanismos para segurança de seu território e regime, o que não anulará o seu potencial militar, mas manterá uma relação amistosa com os Estados Unidos e consequentemente as tensões no Nordeste Asiático reduzir-se-ão.

Nesta sequência, a Coreia do Norte aceitaria, igualmente, a proibição de construção de mísseis balísticos intercontinentais, o que traria maior tranquilidade para os Estados Unidos.

Verificar-se-ia o processo de desmantelamento do arsenal nuclear que a Coreia do Norte através de faseamentos. Este requisito manteria na Coreia do Norte instalações relativas ao controlo do ciclo do combustível nuclear sujeitas a verificação internacional e permitir-lhe-ia obter ajuda internacional para a diversificação tecnológica no que diz respeito à nuclearização para fins energéticos civis.

A Coreia do Norte celebraria com o Japão um tratado relativo a indemnizações pelo período de ocupação da Coreia, acompanhado por um programa de apoio económico e tecnológico. Que conduziria à celebração de um acordo de cooperação económica de largo espectro – ultrapassando a questão do pagamento de indemnizações pelo período de ocupação da Coreia. Esta celebração traduzir-se-ia numa nova dinâmica regional. Este novo panorama permitirá à Coreia do Norte multiplicar os parceiros para o seu desenvolvimento económico

para além da Coreia do Sul, reduzindo igualmente o papel da China na economia norte coreana.

O relacionamento entre as Coreias evoluiria de forma gradual. Começaria pelo quadro de relações externas e de segurança e evoluiria de forma mais lenta na aproximação entre os dois sistemas económicos e políticos – o que pode tornar o relacionamento bilateral muito vulnerável a tentativas de interferência de outras potências que não tenham interesse na reunificação das Coreias.

7.4.5.3. Impacto do cenário no Complexo Regional de Segurança

Este Cenário – se ocorresse – colocaria graves desafios à atual direção da República Popular da China. A China sentir-se-ia ameaçada com a assinatura de um acordo entre os EUA e Coreia do Norte, tanto mais que os EUA teriam também intervindo no estreitamento de cooperação do Japão e da Coreia do Sul com a Coreia do Norte. Os motivos que estão na base desta rejeição são os que têm a ver com o propósito da China tornar-se, no horizonte 2035, a superpotência da Ásia e caminhar para a liderança económica mundial.

7.4.6. *Wild Cards* - uma vaga de proliferação nuclear no Nordeste da Ásia?

As *Wild Cards* permitem contemplar uma situação plausível, que hoje parece pouco provável tendo em conta dinâmica de negociação já percorrida, mas que se se confirmasse alteraria por completo os Cenários considerados.

Com efeito, um cenário de desnuclearização – independentemente do prazo - da Coreia do Norte é ainda considerado improvável, por vários cientistas políticos. O principal argumento aponta para a centralidade do desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano para a sobrevivência do próprio regime. Kim Jong-Un emprega o princípio realista de “Autoajuda” que enuncia que, no limite, o Estado apenas poderá contar consigo mesmo para assegurar a sua sobrevivência. Assim, para abdicar do seu programa nuclear, os EUA teriam de convencer Kim Jong-Un de que irão ser os garantes e os protetores do regime norte-coreano. Conseguirão fazê-lo? Na opinião desses autores Kim Jong-Un não abdicará do seu armamento nuclear, e não depositará a sobrevivência do regime nas mãos dos EUA.

Ao prosseguir com o desenvolvimento do seu programa nuclear, a Coreia do Norte assumir-se-ia como um Estado pária das Relações Internacionais, que não cumpre com as normas e regras estabelecidas pela ordem internacional vigente,

e não cumpre com os tratados internacionais de não proliferação. Tal situação resultaria num isolamento internacional e catapultaria a questão nuclear norte coreana para o primeiro plano na agenda internacional política.

O desenvolvimento de armamento nuclear por parte do governo norte-coreano representaria simultaneamente uma ameaça à paz e estabilidade internacional e ao status quo do Este asiático, liderado pela China, única detentora de capacidade nuclear na região.

Assim, um cenário de desenvolvimento de capacidade militar nuclear da Coreia do Norte poderia provocar, simultaneamente, uma vaga de proliferação nuclear a nível regional e talvez mesmo mundial.

A nível regional, a vaga de proliferação seria mais rápida, evidente e efetiva. Este cenário ganharia ainda mais relevância se os EUA, numa modificação da sua política internacional retirassem o “chapéu-de-chuva” nuclear da região. Uma Coreia nuclear no longo prazo levaria à tomada de posições dos seus vizinhos diretos, que sendo países desenvolvidos e fortes economias mundiais, teriam os argumentos e a capacidade para desenvolver com rapidez o seu próprio arsenal nuclear. Falamos do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan, todos eles já tendo tido – ou mantendo – programas nucleares militares “escondidos”.

Uma corrida armamentista nuclear na região estabeleceria um reequilíbrio de poder no Nordeste asiático. Mais países juntar-se-iam à vaga de proliferação. Singapura, Malásia, Indonésia ou Austrália teriam os argumentos e capacidades para o fazer. No entanto, este seria um reequilíbrio frágil e perigoso, que romperia com os objetivos de supremacia regional da China, e poderia ser, ou não, pacífico.

A nível mundial, a proliferação nuclear poder-se-ia estender, no imediato, ao Irão que tendo um programa de enriquecimento nuclear para fins não militares, inspecionado pela comunidade internacional, terá uma oportunidade para alcançar as suas pretensões nucleares para fins militares. Um Irão nuclear, por sua vez, desformataria o sistema de equilíbrio de poder na região, provocando uma vaga de proliferação nuclear no Médio Oriente.

No entanto, os EUA já afirmaram que não permitirão um Irão com capacidade nuclear, ou nas palavras do Secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo, sobre a possibilidade de um Irão com armas nucleares: “*Not now, not ever*”. Esta tomada de posição por parte dos EUA é justificada pela necessidade de manutenção do *status quo* mundial e na região do Médio Oriente, em nome da proteção dos seus aliados Israel e Arábia Saudita, afirmando Mike Pompeo que o “*Iran will never again have carte blanche to dominate the Middle East*”.

7.5. CONSIDERAÇÃO FINAL - A CIMEIRA ENTRE EUA E A COREIA DO NORTE, UM NOVO RUMO NAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS.

O que parecia impossível finalmente aconteceu: o primeiro encontro entre um presidente americano e um líder da Coreia do Norte, após anos e anos de tentativas fracassadas para a desnuclearização e de quebra dos acordos anteriormente assinados por ambas as partes, finalmente os dois lados reúnem-se numa cimeira histórica.

Depois de a Coreia do Norte ter libertado três americanos que se encontravam presos neste território, como gesto de boa vontade para com o lado americano, Donald Trump acordou uma data e local para a reunião com o líder da Coreia do Norte, Kim Jong-Un. Ocorreu no passado 12 de junho de 2018 na Cidade-Estado de Singapura, a qual foi escolhida devido à sua neutralidade e por possuir relações diplomáticas tanto com os Estados Unidos como com a Coreia do Norte. O fator segurança também foi um dos critérios de peso no momento da escolha. A cimeira decorreu no Hotel Capella na Ilha de Sentosa. Trump escreveu: “Vamos os dois tentar transformá-la num momento especial de Paz Mundial”, e assim fizeram.

Trump e Kim reuniram-se por 40 minutos, numa reunião privada apenas com os seus tradutores, mostrando que ambas as partes estavam totalmente dispostas a assinar um elo de boa vontade na tentativa de chegar a um acordo mútuo depois de meses de trocas de ameaças e insultos.

Mas afinal o que surge com esta Cimeira?

Os dois líderes inicialmente assinaram uma declaração conjunta, não mais que um documento que demonstra as intenções de boa vontade de ambas as partes. Embora o documento ainda tenha sido oficialmente divulgado pelos EUA nem pela Coreia do Norte. Adianta-se que o documento prevê “garantias de segurança” dos EUA para com a Coreia do Norte sobre a prerrogativa da desnuclearização completa da península coreana. A nível político ambos os lados se comprometeram a estabelecer relações diplomáticas e “unir esforços para um regime duradouro, estável e pacífico na península coreana” e também se comprometeram a recuperar os restos mortais de prisioneiros de guerra. Por mais genéricas que pareçam as declarações, assinala-se uma nova era nas relações diplomáticas e internacionais, a simples intenção de ambas as partes continuarem o diálogo iniciado representa um avanço para a estabilidade na Península coreana, e contribui também para a paz mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Buzan, B. & Wæver, O. (2003). *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press
- Cha, V. (2002). Hawk Engagement and Preventive Defense on the Korean Peninsula [Página *online*]. Retirado de muse.jhu.edu/article/14386
- Earlyworldhistory (2018). Ancient World History: Three Kingdoms, Korea [Página *online*]. Retirado de earlyworldhistory.blogspot.com
- Federation of American Scientists (2018). Nuclear Information Project [Página *online*]. Retirado de fas.org/programs/ssp/nukes/images/roknukes.jpg
- Gaertner, H. (2014). North Korea, deterrence, and engagement [Página *online*]. Retirado de www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14751798.2014.950464
- Habib, B. (2011). North Korea's nuclear weapons programme and the maintenance of the Songun system [Página *online*]. Retirado de www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09512748.2011.554992
- Hymans, J. (2010). When Does a State Become a Nuclear Weapons State? An Exercise in Measurement Validation. *The Nonproliferation Review*, Vol. 17 (1), pp. 161-180. Londres: Taylor and Francis.
- Kupchan, C. A. (2012). *How Enemies Become Friends - The Source Of Stable Peace*. Princeton: Princeton University Press.
- New England Complex Systems Institute (2018). About Complex Systems [Página *online*]. Retirado de necsi.edu
- US-China Economic and Security Review Commission (2017). *Report to Congress 2017*. Washington.
- Xunta de Galicia (2018). Korea 1950-1953 [Página *online*]. Retirado de www.edu.xunta.gal/centros/espazoAbalar/aulavirtual2/pluginfile.php/791/mod_imscp/content/3/korea_19501953.html
- Zhang, F. (2018). Is China changing its strategy towards North Korea? [Página *online*]. Retirado de <http://www.eastasiaforum.org/2018/04/04/is-china-changing-its-strategy-towards-north-korea/>

POSFÁCIO DE AUTORES

COORDENADORES

Teresa Ferreira Rodrigues é doutorada em História (História Económica e Social - Séculos XIX e XX, especialidade Demografia Histórica), mestre em Demografia Histórica e Social e licenciada em História, tendo frequentados os respetivos cursos na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL). Atualmente, é Professora Doutora Associada com Agregação em Relações Internacionais (especialidade: Ecologia Humana) na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, integra o Departamento de Estudos Políticos da FCSH e é Professora Convidada da Nova *Information Management School*, ambos da UNL. É coordenadora de três Pós-graduações: Estudos Estratégicos e de Segurança (parceria Nova e IDN-MDN); Globalização, Diplomacia e Segurança (parceria Nova, IDI-MNE e IUM-Estado Maior General das Forças Armadas-MDN); Gestão de Informações e Segurança (parceria Nova, IDN-MDN e SIRP-PCM). É membro da Direção do IPRI-UNL, onde coordena a área dos *Foresight and Strategic Planning* e membro de várias associações nacionais e internacionais no âmbito dos estudos demográficos e das relações internacionais. Responsável e membro de projetos de âmbito nacional e internacional, nomeadamente do Ministério da Defesa Nacional, da Fundação para a Ciência e Tecnologia e outros fundos Comunitários. Autora de centena e meia de artigos e doze livros publicados.

Rui Jorge Roma Pais dos Santos é Tenente-coronel de Infantaria Paraquedista do Exército Português. É licenciado em Ciências Militares – Ramo Infantaria; mestre em Ciências Militares – Infantaria, ambos na Academia Militar e em Ciências Militares – Segurança e Defesa, no Instituto Universitário Militar; e doutorando em Relações Internacionais, especialidade em Estudos de Segurança e Estratégia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Está habilitado com os cursos de carreira e outros cursos militares, dos quais se salientam o Curso de Estado-Maior Exército, o Curso de Estado-Maior Conjunto e o Curso de Instrutor de Paraquedismo Militar. Ao longo da maior parte da sua carreira prestou serviço na Brigada de Reação Rápida. Desempenhou seis missões internacionais em Timor Leste, Bósnia-e-Herzegovina, Afeganistão e Kosovo. No âmbito da docência participou em quatro missões de Cooperação Técnico-Militar (Moçambique e Angola). Desempenha atualmente funções de docente no Instituto Universitário Militar, desde 2013. É investigador do Instituto Português de Relações Internacionais e do Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar.

AUTORES

Andreia Raquel Borges Pires é licenciada em Comunicação Social e Cultural – Variante Digital, pela Universidade Católica Portuguesa e mestre em Ciência Política e Relações Internacionais – Estudos Políticos de Área, pela Universidade Nova de Lisboa. Atualmente frequenta a Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança. Da sua experiência profissional destacam-se as funções de Assessoria Técnica da Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP e a Assessoria Técnica de Secretariado do Comissariado de Timor-Leste para a Expo Shanghai 2010.

Tiago Pereira Chaves é licenciado em História, pela Universidade Nova de Lisboa (Lisboa, Portugal). Atualmente é discente da Pós-Graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança. Da sua experiência profissional destaca-se a frequência de um estágio no departamento Político-Económico na Embaixada dos EUA, em Lisboa e ser Colunista de Geopolítica na plataforma online *Political Insights*.

José Duarte de Jesus é licenciado em história e filosofia, mestre em lógica matemática e doutorado em História das Relações Internacionais. Embaixador jubilado que serviu em Marrocos, RFA, França, Comunidade Económica Europeia, ex-Checoslováquia, Congo Kinshasa, Congo Brazzaville, Republica Centro africana, Ruanda e Burundi, Pequim, Pyong Yang, Ulan Bator e Otava. Depois de jubilado, tem sido professor convidado em várias universidades. Tem numerosos livros e artigos publicados em revistas, em Portugal e no estrangeiro.

José Maria Passanha de Muller e Sousa é licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Frequentou durante dois semestres no Programa ERASMUS 2015-2016 na *Sciences Po* Paris. Presentemente está a frequentar a Pós-Graduação em Globalização, Segurança e Diplomacia. Da sua experiência profissional destaca-se as funções de subdiretor interino do Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões em Pangim, Goa, Índia. E os estágio que realizou na Embaixada de Portugal Paris, onde trabalhou diretamente com o Conselheiro Cultural da Embaixada.

João Manuel Pinto Correia é Tenente-Coronel Engenheiro do Exército Português. É mestre em Engenharia Militar pela Academia Militar e mestre em Ciências Militares, Segurança e Defesa pelo Instituto Universitário Militar. É doutorando em Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Possui diversas outras formações nacionais e internacionais de natureza militar e civil. Exerceu funções de Comando e de Estado-maior em Unidades de Engenharia Militar, bem como na *United Nations Interim Force in Lebanon*. Desde 2014 que é docente no Instituto Universitário Militar, inicialmente (em 2014/15) como docente de Operações Ofensivas da Aérea de Ensino

Específico do Exército e, desde setembro de 2015, como docente da Área de Estudo das Crises e dos Conflitos Armados, nas Unidades Curriculares de Estratégia Militar, Guerra e Paz, Estudos Estratégicos e Planeamento Estratégico. É investigador do Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM e do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI). Possui vários artigos publicados.

José Manuel Delgado Félix Ribeiro é licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e doutorado em Relações Internacionais, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa. Da sua vasta carreira salienta-se ter sido técnico do Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial e da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Colaborou com a Secretaria de Estado do Planeamento com trabalhos na área da economia internacional e da estratégia de desenvolvimento. Foi Diretor de Serviços e Subdiretor-Geral no Departamento de Prospetiva e Planeamento. Coordenou e participou em diversas equipas nas áreas da economia, da prospetiva e das estratégias de desenvolvimento. Possui uma extensa carreira académica, com participação regular em cursos ministrados pela Universidade Nova de Lisboa, Instituto Nacional de Administração, Instituto de Defesa Nacional e Instituto Universitário Militar, entre outras instituições de ensino. Tem numerosos estudos e artigos publicados, na área de economia internacional, da prospetiva e das estratégias de desenvolvimento.

Andreia Dias Graça é licenciada em Estudos Europeus, pela Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa, e mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa

Stella Rosa Menezes dos Santos é licenciada em Relações Internacionais, pela Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Campinas (Santos, Brasil). A sua experiência profissional concentra-se na área administrativa e financeira.